Relatório e contas 2011

Metropolitano de Lisboa

Indice

Mensagem do Presidente 3
Aspetos relevantes da atividade desenvolvida 9
Indicadores de gestão 23

1.
Relatório da atividade
1.1. Serviço prestado 27
1.2. Recursos humanos 34
1.3. Recursos materiais e tecnológicos 41
1.4. Expansão da rede 43
1.5. Investimentos 45

2.
Governo da sociedade
2.1. Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa 48
2.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita 49
2.3. Transações relevantes com entidades relacionadas 51
2.4. Outras transações 52
2.5. Membros dos órgãos sociais e suas competências 64
2.6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais 65
2.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, ambiental e social 67
2.8. Cumprimento dos princípios de bom governo 72
2.9. Código de ética 72
2.10. Riscos relevantes para a empresa 72
2.11. Conflitos de interesse 73
2.12. Divulgação de informação 73

3.
Cumprimento das restantes obrigações legais
3.1. Objetivos de gestão 75
3.2. Risco financeiro 75
3.3. Prazo médio de pagamento 76
3.4. Deveres especiais de informação 76
3.5. Recomendações do acionista 76
3.6. Remunerações 76
3.7. Prémios de gestão 77
3.8. Normas de contratação pública 77
3.9. Racionalização de políticas de aprovisionamento 77
3.10. Limites de acréscimo de endividamento 77
3.11. Remuneração fixa 77
3.12. Princípio da unidade de tesouraria do Estado 77
3.13 Quadro resumo 78

4.
Economia e finanças
4.1. Balanço do ano 80
4.2. Proposta de aplicação de resultados 94

5. Demonstrações financeiras 95

6. Anexo às demonstrações financeiras 100

7. Parecer do Conselho Fiscal 151

8. Certificação legal de contas 157

Mensagem do presidente

Enquadramento geral e alguns destaques relacionados

Como todos temos consciência, nomeadamente pelos reflexos evidenciados no nosso dia-a-dia, o ano de 2011 foi um ano de recessão, ou de redução do crescimento económico, de forma generalizada, se bem que com maior relevo nos países europeus, sendo que no caso de Portugal a situação se apresentou especialmente gravosa face às fragilidades estruturais acumuladas pelo país, que o deixaram vulnerável à pressão especulativa dos mercados financeiros e que foi amplificada por uma atitude algo peculiar das agências de *rating*, cujas consequências globais potenciaram a já difícil situação da dívida soberana e as dificuldades das empresas e das famílias.

Naturalmente que consequência deste enquadramento e da pretensa fragilidade da empresa que as agências foram identificando e agravando, a qual não podemos de deixar de considerar induzida (provocada e amplificada), a que teremos de associar a situação nunca resolvida da sua dívida histórica, o ML não ficou incólume e foi penalizado de forma inaceitável. Desde logo pela dificuldade crescente criada na obtenção de crédito e nas elevadas (especulativas) taxas de juro que nos foram propostas para podermos cumprir com as responsabilidades financeiras da empresa.

Apesar de todas estas penalizações, fomos capazes de contrariar e superar as dificuldades com que nos deparámos e apresentar um EBITDA ajustado positivo pela primeira vez na história recente do Metropolitano de Lisboa.

Toda esta situação anómala e de duvidosa racionalidade, haveria de culminar na atribuição ao Metropolitano de Lisboa do estatuto de EPR (Empresa Pública Reclassificada), dados os indicadores de mercantilidade calculados, contrariando a natural consequência que deveria decorrer da positiva evolução dos resultados apresentados, ou seja, a responsabilização acrescida da Gestão e contratação de objetivos daí decorrentes, bem como a assunção pelo Estado das suas responsabilidades.

O caminho a trilhar deveria ter sido o da responsabilização e não o da funcionalização, caminho que não foi possível adotar.

Decorrente desta nova realidade, passámos a contar com o apoio do Estado para honrar as dívidas que foram contraídas pela empresa ao longo dos anos, na sua generalidade, diga-se, em seu nome e para a concretização de atividades de sua responsabilidade, como é o caso do investimento de expansão da Rede, e deixámos, igualmente, de ter capacidade efetiva de gestão dos instrumentos de risco financeiro contratados no passado, quer pelas condicionantes externas que foram ocorrendo, quer pelo papel entretanto assumido pela Tutela Financeira sobre a matéria.

Foi, pois, num quadro de constrangimentos acrescidos que se desenvolveu a nossa atividade, tanto ao nível dos mecanismos e da autonomia de gestão, bem como da crescente dificuldade em assegurar Processos fluidos e céleres na prestação do serviço de transporte, na manutenção dos ativos e na gestão da infraestrutura, ou ainda na dificuldade acrescida na motivação e envolvimento da Comunidade de Trabalho face aos exigentes desafios que se colocaram à empresa.

Naturalmente que somos defensores do rigor, da exigência e da transparência de Processos no exercício da atividade e a eles estamos vinculados, mas esses Valores são necessariamente pressupostos e não fins. Têm de ser fatores de eficiência exigente e não de entropia paralisante, sendo certo que o rigor e a transparência de Processos não devem, nem podem, ser fatores de inviabilização de uma gestão eficiente, tal como nos é imposta e que impomos a nós próprios. Em suma, não podemos deixar de ter sempre presente que o fim último da nossa atividade é o Serviço Público de transporte em modo Metro, tendo como centro e cerne da respetiva prestação uma resposta eficiente ao passageiro na satisfação das suas expectativas, o que tem sido extremamente difícil.

Não obstante tudo o que atrás se referiu, neste ano de 2011 foram alcançados vários e importantes objetivos que nos propusemos concretizar e que não estavam exclusivamente dependentes da nossa vontade e capacidade de intervenção. De entre estes relevamos o acordo alcançado com o Governo para o estabelecimento de um mecanismo de compensação do Serviço Público prestado pela empresa.

Tal acordo, mais não é que a formalização da legalidade e prática corrente na UE, tendo como fundamento o que é definido pelo Regulamento n.º 1370/07 da Comissão Europeia em termos de compensação das Obrigações de Serviço Público exigidas às empresas de transporte. Concluímos desta forma muitos anos de busca de uma solução que permitisse repor, em parte, a verdade da efetiva performance das nossas empresas de transporte e da qualidade da sua gestão, demasiadas vezes tratadas de forma diferenciada, de acordo com critérios impercetíveis e normalmente em detrimento de setor ferroviário.

Igualmente teremos de destacar a aceitação efetiva pelo Governo da necessidade de se promover a correção da chave de repartição de receitas dos passes, objetivo também perseguido pelo ML há vários anos e que teve os seus primeiros desenvolvimentos e resultados já no ano de 2012. Não podemos deixar de reiterar que a persistência desta situação anómala durante muitos anos, teve como consequência a perda de uma receita significativa em favor de alguns operadores rodoviários, que estimamos em mais de 100 milhões de euros a preços atuais. Esta correção é matéria de relevância extrema, que importa manter viva e levar até ao fim sem tergiversações.

Trata-se neste particular de mais uma situação de correção de distorções graves que persistiram por demasiado tempo e que desvirtuaram, também, a efetiva qualidade da gestão da empresa.

O desempenho efetivo do ML em finais de 2011, feitas as correções identificadas em termos de repartição de receitas dos passes, que quantificámos em mais cerca de 14 milhões de euros, apresentar-se-ia ainda mais positivo e bem posicionado se comparado com a generalidade dos seus congéneres europeus.

O esforço de mudança e a motivação interna num contexto de indefinição e de restrições

A atividade que desenvolvemos no ano de 2011, considerou a promoção de algumas iniciativas de mudança organizativa e de mudança comportamental, bem como várias medidas de redução dos custos da prestação do serviço, nomeadamente os referentes ao pessoal, estes decorrentes da aplicação das orientações constantes da lei do orçamento de Estado para 2011. Também nesse sentido, foram concretizadas diversas iniciativas de racionalização da atividade, na sua generalidade bem assimiladas e assumidas, e outras objeto de alguma controvérsia, resultante de um entendimento positivo face às mesmas por parte de uns e de um entendimento negativo por parte de outros.

O nosso intuito, como será razoável concluir, foi tão-somente a defesa da Empresa, do seu futuro sustentável e da continuidade de uma oferta de transporte público com padrões de qualidade internacionalmente reconhecidos e de que nunca abdicámos, nem abdicaremos.

Não podemos deixar de referir o quão difícil se tornou a concretização de uma dinâmica de transformação e de mudança em ambiente depressivo e potencialmente conflitual que a realidade vivida nos tem imposto. Esta terá sido a nossa maior limitação a um desempenho que sempre se pretendeu envolvente, dinâmico e participado.

Não obstante tal realidade, foi possível trabalhar com seriedade e no respeito da legalidade, em todas as situações, sendo nossa convicção que é e será possível construir consensos internos e entendimentos abrangentes, que viabilizem uma paz social duradoura e assumida, tão indispensável à consolidação da sustentabilidade da empresa, que já está tão próxima.

Obviamente que todos os momentos de mudança são geradores de reações de muitas naturezas, pelo que tal facto tem de ser ultrapassado com a força que as convicções nos transmitem e com a determinação que a defesa do serviço público de transporte nos exige.

Os resultados obtidos a destacar

Neste contexto que vimos caracterizando e apesar dele, foi possível atingir um nível de desempenho de elevada qualidade, com ganhos objetivos na generalidade dos domínios de atuação, de que destacaremos os seguintes:

- Obtivemos, pelo sexto ano consecutivo, o primeiro lugar no ranking das empresas de transporte público da Área Metropolitana de Lisboa;
- Promovemos uma maior agressividade comercial e uma maior aproximação ao cliente pela utilização das novas tecnologias e de ações no terreno conseguindo simultaneamente uma significativa redução dos custos com publicidade;
- Celebrámos novos contratos de manutenção completa de escadas rolantes e elevadores, que substituíram os anteriores contratos de manutenção simples, o que nos permitiu não só reduzir os custos envolvidos, como aumentar a disponibilidade dos equipamentos;
- Contivemos a quebra de procura, apesar da forte queda verificada no último trimestre do ano, em consonância com a evolução do PIB nacional, e com os dois aumentos tarifários verificados, que se ficou por 864 milhões de passageiros x km transportados (menos 0,16% face a 2010);
- Reduzimos os cargos de chefia em mais de 20%;
- Reduzimos os níveis de absentismo em mais de 25%, de 9,6% para 7,1%;
- Reduzimos a taxa de trabalho suplementar em mais de 50%, de 1,5% para 0,7%;
- Aumentámos a disponibilidade do material circulante em cerca de 4%;
- Alcançámos um nível de eficiência, em termos de custos operacionais por passageiro transportado, dos melhores da Europa medido por uma entidade internacional especializada – O Imperial College London que acompanha e publica os resultados de *benchmarking* de dois grupos de 27 sistemas de metropolitanos mundiais (Grupos Nova/CoMet);
- Alcançámos uma taxa de utilização da capacidade de transporte oferecida das mais elevadas da Europa (Grupos Nova/CoMet);
- Consolidámos a nossa posição como um dos melhores metros do mundo em termos de eficiência energética, tendo ainda reduzido os nossos consumos de energia em mais de 5%, mediante a implementação de um apertado programa de eficiência energética.

E tivemos como reflexo desta ação, na vertente financeira, os seguintes resultados:

- Aumentámos as receitas específicas do serviço comercial em cerca de 6,8%, bem como os rendimentos operacionais da empresa em 18,7%;
- Reduzimos os gastos operacionais em cerca de 3,9 milhões de euros, que acrescem à redução de 15,6 milhões de euros, já obtida em 2010;
- Superámos a meta estabelecida pelo Governo de reduzir em 2011 os gastos operacionais em 15%, quando comparados com o ano de 2009 (bases comparáveis);
- Melhorámos o comportamento da vertente operacional, que registou uma variação positiva de 26,4%, o equivalente a 25,3 milhões de euros;
- Melhorámos o nosso indicador vendas/efetivo em cerca de 8%;
- Aumentámos a taxa de cobertura dos gastos operacionais globais pelos rendimentos em mais de 11,4%, que evoluiu para 65,8%, esperando-se uma evolução também muito positiva para o ano de 2012;
- O VAB apresentou uma evolução 39,4%, situando-se nos 77,7 milhões de euros;
- Alcançámos um resultado líquido de -146,1 milhões de euros, o que equivale a uma melhoria de 1,5% face ao ano de 2010;
- Alcançámos um EBITDA ajustado positivo, de 4,6 milhões de euros, pela 1ª vez na história recente da empresa.

Ao nível do programa de investimentos destacamos:

- Concluímos a 1ª fase da empreitada n.º 663/06 relativa à execução do novo terminal fluvial e da reabilitação do antigo edifício Cottinelli Telmo, na interface do Terreiro do Paço;
- Entrámos na fase final do empreendimento de expansão da rede entre a estação Oriente e o Aeroporto, cuja abertura à exploração comercial se estima venha a ocorrer no segundo semestre de 2012;
- Continuámos e concluímos a empreitada de toscos do novo troço Amadora Este/Reboleira.

O Plano Estratégico "Mais Metro" – A sustentabilidade da empresa e o futuro

O Conselho de Administração iniciou a implementação do plano estratégico da empresa "mais metro", que se centra na busca da sua sustentabilidade e que tem vindo a ser objeto de avanços e de adaptações, nomeadamente as decorrentes do enquadramento externo que já atrás se abordou.

Chegados a este ponto e independentemente dos desenvolvimentos organizativos e de alteração ao nível da estrutura empresarial que se venham a verificar, importa consolidar o caminho da sustentabilidade da operação de transporte e otimizar os seus resultados e a relação entre a oferta e a procura, assumindo de forma inequívoca que a qualidade do serviço oferecido e a atratividade do sistema devem ser devidamente salvaguardados.

É nossa convicção, face à experiência e conhecimento da realidade que temos do setor e da atividade concreta, que a diminuição acrescida dos custos estará muito limitada, sob pena de entrarmos em áreas de risco e de perda de performance global que se consideram inaceitáveis. É por isso fundamental que os nossos esforços se concentrem na vertente das receitas, quer do tráfego, quer nas receitas complementares.

No que se refere à obtenção de um crescimento das receitas de tráfego, importa:

- manter um nível de qualidade adequado às expectativas da procura;
- intervir e continuar as iniciativas de integração e de simplificação tarifárias;
- ponderar de forma muito rigorosa a política tarifária a implementar, para que a mesma seja fator de adesão e de crescimento fidelizado da procura;
- melhorar ainda mais a informação ao cliente;
- continuar as políticas de inovação associadas à oferta comercial e à relação direta com o cliente;
- ter uma especial atenção aos espaços das estações e à sua humanização e atratividade.

No que concerne ao crescimento das receitas complementares e apesar do momento recessivo que vivemos, que condiciona este crescimento, importa desenvolver ações de promoção e de requalificação das áreas com valências comerciais e passíveis de formas criativas e inovadoras de rentabilização. Para o efeito a atividade desenvolvida pelas participadas – Metrocom e Publimetro – será determinante, articulando e integrando conceitos e iniciativas.

Notas finais e agradecimentos

Como já atrás se disse, pela primeira vez na história recente do ML alcançámos um EBITDA ajustado positivo.
Por outro lado, no ano de 2012, e apesar de todas as dificuldades e incertezas esperadas, deverão ser alcançados mais alguns dos ambiciosos objetivos traçados, esperando-se uma evolução muito favorável do EBITDA e da generalidade dos indicadores de gestão.

O Metropolitano de Lisboa está, pois, num caminho de sustentabilidade consistente, devido às medidas de racionalização e de contenção concretizadas e ao contributo que o fator trabalho tem dado e que importa registar.

Face a este percurso e perspetivando-se a concretização de algumas alterações anunciadas pelo Governo na forma de governação da empresa, esperamos e desejamos, que as mesmas possam vir a ser um fator que acrescente ainda mais valor a este legado, gerando sinergias, otimizando e requalificando a oferta, integrando-a e simplificando-a na sua relação com o cliente, em suma, promovendo uma melhor oferta para uma maior e mais fidelizada procura.

Exemplos existem a nível internacional de integração/articulação entre empresas rodo e ferroviárias de transporte urbano, assumindo opções de concessão, quer a operadores privados, quer a operadores públicos numa lógica de operador interno, como definido no Regulamento n.º 1370/07 da Comissão, mas sempre relevando e potenciando as características específicas de cada modo e valorizando a oferta integrada de transporte.

Não será, pois, por falta de exemplos concretos e passíveis de aplicação ponderada, que a solução a concretizar venha a ser menos adequada.

Pela nossa parte, esperamos e desejamos, que o caminho a seguir seja capaz de agrupar, acrescentando, seja capaz de articular operações e ofertas, sem macular identidades e marcas inestimáveis, seja capaz, por fim, de assegurar uma operação sustentável e promotora do uso do transporte público, tudo isto, valorizando e envolvendo esse enorme capital que temos na empresa, o capital humano.

Por último os indispensáveis agradecimentos.
Aos nossos fornecedores, que sempre souberam entender as dificuldades financeiras por que passámos e que se assumiram, não obstante as suas próprias dificuldades, como parceiros de corpo inteiro nesses momentos.

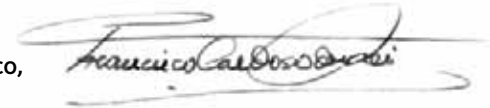
Aos nossos auditores, pela forma como desenvolveram o seu trabalho e como colaboraram com os nossos serviços de forma profissional e competente.

Ao Conselho Fiscal, pela forma profissional, cooperante e empenhada que sempre manteve no acompanhamento da atividade da empresa, alertando e acrescentando valor de forma sistemática e inteligente. Uma menção especial ao seu Presidente, Dr. Renato Campos, pela sua postura moral e ética, de apego ao serviço público e de dedicação à causa do ML, bem como pelo invulgar exemplo de cidadania desinteressada que nos dá, ao garantir a continuidade do desempenho das suas funções sem qualquer retribuição monetária.

Às tutelas, financeira e técnica, pelo permanente apoio que nos foi dado, o qual permitiu que a nossa atividade não sofresse demasiados sobressaltos.

Aos colaboradores da empresa, pelo seu trabalho, dedicação e profissionalismo, sem os quais não teríamos atingido os níveis de desempenho alcançados, não obstante os momentos difíceis que os afetaram.

Aos nossos clientes, pela preferência que continuam a manifestar pelo nosso serviço, ao considerar-nos pelo sexto ano consecutivo, o melhor modo de transporte da região de Lisboa.



Francisco Cardoso dos Reis

Aspetos relevantes da atividade desenvolvida

Benchmarking Internacional – A realidade objetiva da nossa performance

Como um dos membros do grupo de benchmarking Nova, o ML participa desde 2004 na análise comparativa da performance de todos os metros do grupo, realizada pelo Imperial College London. A informação de base, enviada anualmente por cada metro, é respondida de igual forma por todos, tendo em atenção a definição objetiva e detalhada dos diversos indicadores considerados e respetivas fórmulas de cálculo. É de referir que os indicadores que dizem respeito a custos e a receitas, são trabalhados tendo em conta a paridade de poder de compra de cada cidade, para que se tornem comparáveis. Dado o nível de maturidade que este projeto já atingiu julgou-se interessante tecer algumas considerações sobre a análise desenvolvida para todos os metros integrantes do Grupo Nova/CoMET, relativamente ao ano de 2010 e comparando com os indicadores alcançados pelo ML em 2011.

Em termos globais, a conclusão genérica que este benchmarking nos permite retirar, é que o Metro de Lisboa não onera o custo do passageiro transportado, apresentando dos melhores indicadores a este nível, podendo no entanto otimizá-lo do ponto de vista da produção da carruagens x km, pese embora existam algumas dificuldades devidas a variáveis de custo exógenas não controláveis pelo Metropolitano de Lisboa.

Será de evidenciar a excelência dos resultados que têm sido alcançados ao nível dos custos de manutenção, em particular do material circulante, facto compaginável com as melhores práticas internacionais.

A correção do lado das receitas merece a maior atenção, dada a necessária aproximação aos valores apresentados por outros metros, sendo esta variável a que contribui para que o indicador da cobertura dos custos pelas receitas não tenha um melhor desempenho. Naturalmente, que uma correcção desta distorsão não deverá produzir o efeito não desejado da fuga de passageiros do transporte público, pelo que algum cuidado deverá ser colocado nesta ação corretiva, ponderando a respetiva elasticidade.

Nova
Group of metros

De qualquer modo, perspetiva-se, conforme referido, a melhoria dos indicadores em 2012, em consequência de medidas já implementadas em 2011 e a implementar em 2012, nomeadamente devido à atualização do tarifário, à correção da repartição dos passes, quer nas vertentes intermodal, quer nos combinados e a um maior dinamismo na obtenção de receitas não tarifárias, não obstante a crise económica que se reflete de forma significativa em ambas as vertentes.

Em termos energéticos o Metro de Lisboa é um exemplo a seguir, pelo que não fosse o elevado custo da energia em Portugal, teríamos nesta componente de custos os mais baixos valores a nível mundial.

Por último, o Metropolitano de Lisboa já apresenta uma taxa de utilização da sua capacidade acima do que se verifica na generalidade dos metros europeus e "ocidentais". No entanto, isto não invalida que se possa otimizar ainda mais este indicador, através de uma oferta mais adaptada às flutuações da procura ao longo do dia, se bem que salvaguardado sempre uma qualidade de serviço segundo os mais adequados padrões internacionais, que é fator determinante de adesão e de fidelização ao sistema.

Como conclusão e síntese desta análise de benchmarking realizada com a coordenação do Imperial College, relevamos os seguintes aspetos:

- O indicador custos operacionais por passageiro demonstra que o custo de transportar um passageiro é mais baixo no Metropolitano de Lisboa do que na generalidade dos metros europeus;
- Da análise da componente dos custos operacionais (manutenção, administrativos e de operação) verifica-se que o Metropolitano de Lisboa apresenta custos de manutenção, por passageiro transportado, inferiores aos metros europeus e à generalidade dos metros mundiais, sendo uma referência de boas práticas nesta vertente;
- Ao nível dos custos administrativos por passageiro transportado, o Metropolitano de Lisboa apresenta valores para o respetivo custo inferiores à generalidade dos metros europeus;
- Em relação aos custos da operação, o Metropolitano de Lisboa apresenta-se com valores semelhantes e até inferiores a outros metros com os quais se compara, nomeadamente os europeus;
- Quanto às receitas tarifárias por passageiro transportado, incluindo as indemnizações compensatórias, quando comparado com os restantes Metros europeus, Lisboa tem-se situado nos valores mais baixos da lista;

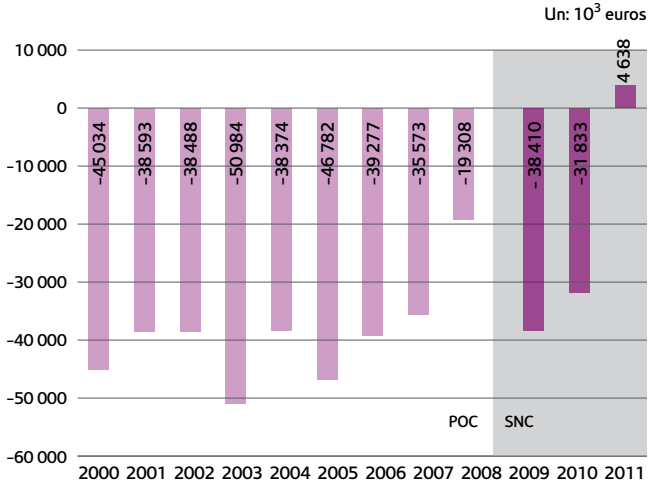
- Ao nível da eficiência energética, o indicador de consumo energético, quer ao nível da oferta (carr. x km), quer ao nível da procura (pass. x km), pelo impacto que tem nos custos, merece uma análise. Os resultados aqui obtidos indicam que o Metropolitano de Lisboa, não só ao nível europeu, mas igualmente a nível mundial, é dos metros mais eficientes em termos energéticos, constituindo um exemplo das melhores práticas a seguir;
- No que respeita à oferta de transporte e respetiva taxa de utilização da capacidade, deve-se considerar, naturalmente, um valor mínimo de qualidade do serviço oferecido, que permita eliminar distorções de raciocínio e distinguir os países europeus e "ocidentais" (norte-americanos e oceania), dos asiáticos e sul-americanos, cujas taxas de utilização apresentam valores mais elevados, decorrentes de uma utilização acima dos padrões normais correspondentes às boas práticas aconselhadas pelos organismos internacionais, nomeadamente pela UITP;
- Da análise desenvolvida, o Metropolitano de Lisboa apresenta uma taxa de utilização superior à dos países europeus e "ocidentais" (exceto um), mas inferior aos asiáticos e sul-americanos, a que não é alheio o atrás referido.

O melhor transporte da Área Metropolitana de Lisboa

Pelo sexto ano consecutivo, a nossa empresa obteve o primeiro lugar no ranking das empresas de transporte público da Área Metropolitana de Lisboa, consolidando a posição cimeira em seis das sete variáveis estudadas – imagem, expectativas, qualidade apercebida, valor apercebido, satisfação e lealdade.

O estudo do ECSI Portugal (Índice Nacional de Satisfação do Cliente) analisa a satisfação do cliente em diversos setores de actividade, no nosso caso, dos transportes públicos de passageiros e dentro de cada setor. É elaborado por uma equipa constituída por elementos do Instituto Português da Qualidade (IPQ), da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa (ISEGI-UNL).

Evolução do EBITDA



Desde a sua tomada de posse em junho de 2010, o CA orientou a sua atividade no sentido de tornar a empresa mais eficiente, através da redução de custos de operação e da maximização das receitas. Como resultado dessa atuação, e da resposta da empresa aos desafios que lhe foram colocados, alcançou-se um EBITDA positivo, pela primeira vez em décadas.

Este resultado histórico, traduz uma viragem no comportamento das contas da empresa, perspetivando-se a sua continuidade para os anos futuros, devendo tal desiderato ser sustentado em políticas consistentes de racionalização de custos e num firme crescimento da componente receitas.

Receitas complementares em estações – projetos inovadores

O naming é um projeto pioneiro em Portugal, que passa pela comercialização dos direitos de exploração de imagem das nossas estações, associadas a uma marca específica num sistema de apadrinhamento, até ao termo do contrato.

Presentemente, temos o caso da estação Baixa-Chiado PT – *Blue Station* que para além das receitas que gera para a empresa sem qualquer custo adicional, passou ainda a proporcionar aos clientes e utilizadores desta estação um espaço valorizado e mais atrativo, através da realização de ações de carácter lúdico-cultural, com uma ligação muito forte às novas tecnologias.

Eficiência energética – Indicadores de consumo de energia e de emissões de CO_2

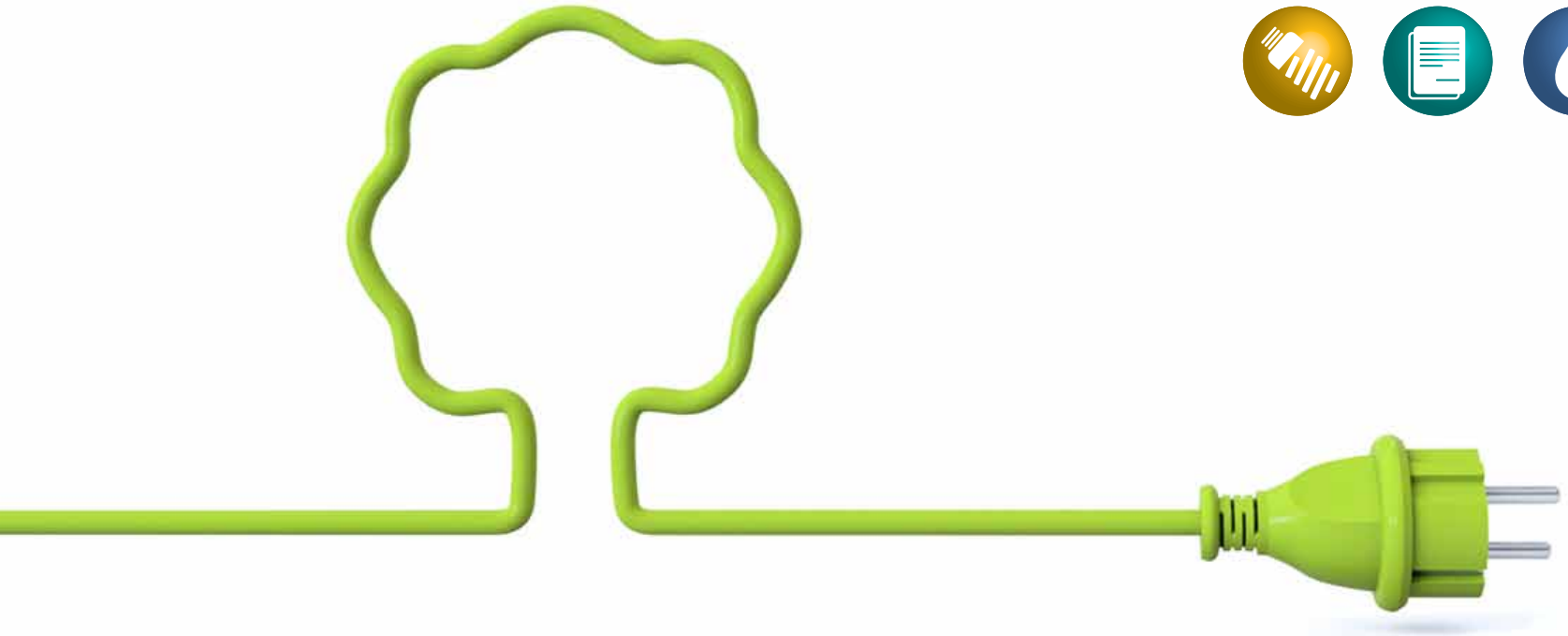
A crescente preocupação da sustentabilidade ambiental levou o ML, apesar de já ser um modo de transporte com um elevado desempenho a nível energético, a adotar medidas que permitiram melhorar ainda mais a sua eficiência energética, contribuindo, desta forma, para uma maior proteção ambiental e qualidade do serviço de transporte.

O projeto de "Eficiência energética" na empresa iniciou-se em 2011 e tem como objetivo a racionalização nos sistemas e instalações, com enfoque na redução dos consumos de energia elétrica, gás natural e água, que alimentam os processos produtivos e de apoio logístico da empresa, assim como a redução significativa das emissões de gases com efeito estufa (GEE), nomeadamente o dióxido de carbono (CO_2).

No ano de 2011 foram também desenvolvidas medidas de caráter comportamental, para divulgação das melhores práticas, e foram realizadas auditorias energéticas aos sistemas e instalações para avaliar o potencial de poupança.

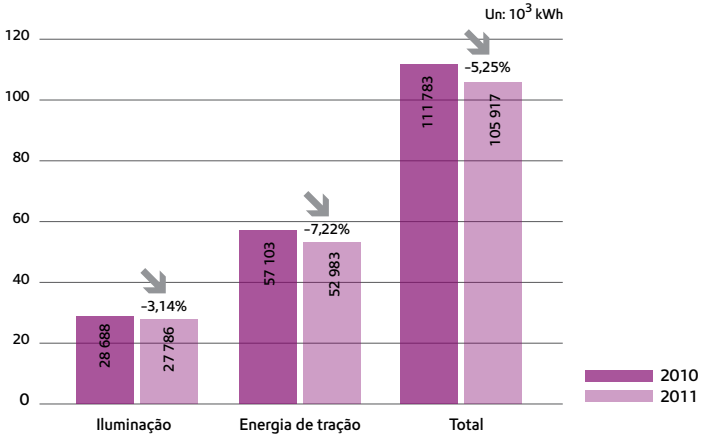
Após as auditorias energéticas, foram implementadas medidas de racionalização dos consumos de energia – MRCE, tendo como premissa o menor investimento possível, fundamentalmente nos sistemas de iluminação. Neste contexto, foram efetuadas auditorias energéticas a 22 estações, de um total das 52 estações existentes.

Apesar do material circulante ser energeticamente eficiente devido à recuperação de energia na travagem, a empresa, com a constante preocupação de aumentar a sua eficiência energética, implementou, a partir de maio e de forma gradual em todas as linhas, um regime de circulação de comboios, designado de "marcha económica", que corresponde a uma redução do escalão de velocidade máxima do material circulante de 60 km/h para 45 km/h, fora das horas de ponta e aos fins-de-semana. Em simultâneo procedeu, após as 21h30m, à desengatagem do material circulante, passando neste período horário a operar com comboios de três carruagens em vez de seis.

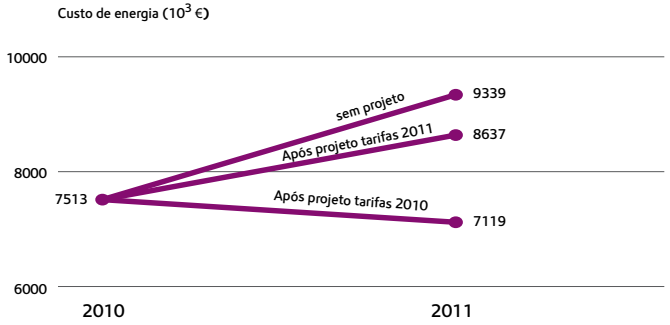


melhor ambiente

Em paralelo, por forma a obter-se um acervo de projetos a implementar de acordo com os momentos de oportunidade, identificaram-se outros potenciais de racionalização dos consumos e procedeu-se ao levantamento do perfil de consumos da empresa, de forma a conhecer-se a realidade energética e a definirem-se metas de redução para o ano de 2012.



Verifica-se, ainda, que os indicadores de consumo de energia e de emissões de CO_2 evidenciam que a eficiência energética, expressa em passageiro x km/kWh, está a melhorar significativamente e, consequentemente, o consumo de energia e as emissões de CO_2 a diminuir, o que nos permite realçar que o metropolitano é um dos sistemas mais eficientes em termos energéticos, garantindo, de modo inequívoco, a sustentabilidade ambiental deste sistema de transporte.



Em resultado das medidas adotadas, verifica-se que, no ano de 2011, se obteve uma redução do consumo de energia elétrica de 5.865.780 kWh, equivalente a uma poupança de 478.648 euros e a uma redução das emissões de 2.346 ton CO_2. [1]

Constata-se na globalidade, quanto ao consumo energético registado no ano de 2011, um bom desempenho, traduzido nos indicadores de eficiência energética, tal como apresentado na tabela seguinte:

Indicadores de energia		2010	2011	Var. % 2011/10
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,75	8,16	5,29
Emissões de CO_2	gCO_2/pass. x km	52	49	-5,77
Consumo de energia total por carr. x km	kWh/carr. x km	4,04	4,00	-0,99

A implementação do projeto "eficiência energética" permitiu situar os custos energéticos 7,5% abaixo dos que o ML suportaria caso não implementasse o referido projeto. Em termos de comparabilidade, se o tarifário fosse o mesmo de 2010 a redução seria de 23,8%.

1 Considerou-se 1 kWh equivalente a 400g CO_2 e o custo médio do kWh de 0,0816 euros.

Manutenção dos elevadores e das escadas rolantes

Durante o ano de 2011 entraram em vigor dois contratos de manutenção completa com a Thyssen Krupp para manutenção do parque de escadas e tapetes, e dois contratos com a Schmitt & Sohn para manutenção do parque de elevadores.

Com aqueles novos contratos o ML passou a ter apenas uma EMA (empresa de manutenção de ascensores) a fazer manutenção e reparação de elevadores, assim como também uma única EMA a fazer manutenção e reparação de escadas mecânicas e tapetes rolantes. Tal concentração permitiu um ganho de produtividade significativo uma vez que com um parque de equipamentos desta dimensão, as EMAs contratadas passaram a ter condições para constituir equipas de manutenção exclusivas para o Metropolitano de Lisboa.

Além de ganhos na disponibilidade dos equipamentos, esta realidade permitiu ao ML uma economia no custo médio mensal dos contratos de manutenção de escadas mecânicas na ordem dos 67%, nos tapetes rolantes na ordem dos 72% e nos elevadores na ordem dos 55% face àquilo que era a situação inicial [2].
Acresce ainda o facto, não considerado nas percentagens acima referidas, de que os novos contratos são, nos termos da legislação aplicável, de manutenção completa, e por isso, sem custos de substituição de peças de desgaste.

Índices de disponibilidade		2008	2009 [3]	2010	2011
Escadas mecânicas	%	99,06	97,23	94,62	98,85
Elevadores	%	97,93	96,60	82,07	96,33

Ainda assim, há que ter em conta que, no final do ano, 19% dos elevadores e 10% das escadas mecânicas ainda tinham a manutenção a ser assegurada ao abrigo dos antigos contratos para os quais o prazo ainda não havia terminado.

Finalmente, há que ter presente que a passagem dos equipamentos para os novos contratos de manutenção completa, pressupunham a limpeza do seu histórico de falhas. Nesse sentido foram feitas auditorias técnicas conjuntas entre o ML e as EMAs contratadas, que identificaram as falhas existentes nos equipamentos cuja resolução era da responsabilidade do ML. Para reparação dessas falhas, foram lançados em 2011 dois procedimentos públicos para contratação de reparações de falhas em acessos mecânicos, incluindo fornecimento de peças, que deram origem a um contrato já executado, e outro em fase final de execução.
Ainda neste âmbito foi preparado um outro procedimento de concurso público no valor aproximado de 360.000 euros cuja execução acontecerá em 2012.

2 Os valores vêm indicados no "Relatório de Auditoria à disponibilidades dos acessos mecânicos (de 2008 até ao 1º trimestre de 2011)" elaborado pelo ARC, na sequência da deliberação n.º 019-814003 do Conselho de Administração.

3 Ano de entrada em vigor do CCP e respetivos procedimentos de contratação.

Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade

O ano de 2011 foi marcado pela implementação do Sistema de Gestão da Qualidade do ML, que resultou do alargamento dos dois sistemas de gestão da qualidade já existentes na empresa à totalidade das atividades que desenvolvemos.

A certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008, pela SGS ICS – Serviços internacionais de certificação, foi obtida na sequência da respetiva auditoria, realizada em novembro, tendo a entrega formal do certificado e da bandeira ocorrido no dia 15 de dezembro de 2011.

Com a implementação do sistema e a sua integração na gestão das práticas resultantes do referencial normativo, espera-se a melhoria da qualidade do serviço prestado e a otimização dos processos decorrente da metodologia da melhoria contínua implementada.

O ML encontra-se, agora, certificado pela norma NP EN ISO 9001:2008 para as seguintes atividades:

- Serviço de transporte público de passageiros na rede metro incluindo:
  - Exploração do serviço de transporte;
  - Manutenção do material circulante;
  - Consultoria técnica no âmbito de especificação, aquisição, fiscalização e receção de material circulante;
  - Gestão de infraestruturas;
  - Gestão de empreendimentos.

qualidade

nós fizemos a qualidade passar por aqui

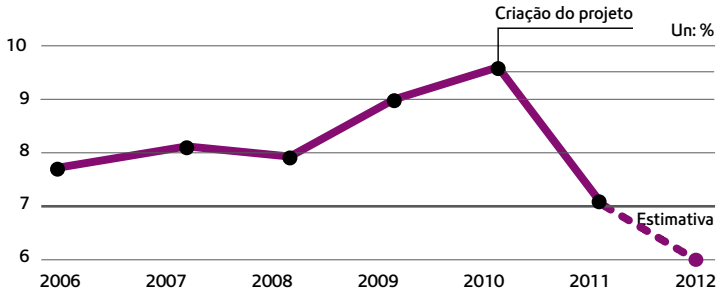
Projeto "Menos absentismo – Mais produtividade"

A atual instabilidade financeira e social torna o absentismo um comportamento individual e organizacional cada vez mais preocupante, devido às suas consequências negativas para o desempenho da empresa, dos trabalhadores e até para a satisfação do cliente.

Reconhecendo a importância deste problema, que não sendo novo, assume hoje maior visibilidade, o Conselho de Administração, em 2010, aprovou um projeto de redução do absentismo que se enquadra no âmbito do plano de sustentabilidade da nossa empresa e que está consubstanciado nos objetivos estratégicos por nós definidos. Este projeto foi implementado ao longo de todo o ano de 2011, tendo a fase de intervenção sido iniciada no segundo semestre 2011. O balanço do ano é positivo na medida em que em 2011 a taxa média de absentismo foi de 7,11%.

Com esta redução, foi possível obter uma redução dos custos do absentismo na ordem dos 380 mil euros. Em 2010 os custos do absentismo atingiram o valor global de 2.207.606 euros e em 2011 baixaram para 1.828.113 euros. A diminuição acentuada dos custos com o absentismo por doença foi o principal motivo da redução global verificada, com uma diminuição de 70%.

As medidas de combate ao absentismo que foram iniciadas em 2011, em áreas de intervenção prioritárias da empresa, terão continuidade em 2012 (ver caixa de texto), de forma que a empresa atinja o seu objetivo estratégico de encerrar o ano com uma taxa de absentismo média inferior a 7%. Atingir esta meta implica não apenas a continuação do trabalho que tem sido desenvolvido, mas acima de tudo um esforço coletivo e um grande empenhamento de todos.



menos absentismo

Medidas de monitorização do absentismo realizadas em 2011:

1. Workshops de gestão do absentismo para chefias

Objetivo:
Ajudar as chefias a adquirirem as competências necessárias para prevenir e reduzir o absentismo na respetiva área, através da transferência de competências que possibilitem a aquisição e padronização de procedimentos que devem ser utilizados para um melhor controlo do absentismo na sua área.

Participantes:
Chefias diretas e intermédias das áreas operacionais e corporativas.

2. Entrevistas de monitorização do absentismo

Objetivo:
Redução do absentismo reiterado, identificando casos críticos ou muito críticos de absentismo de carácter voluntário e intervir especificamente sobre eles.

Destinatários:
Trabalhadores com um elevado nível de absentismo, onde se denota ao longo do tempo um padrão recorrente de ausências de curta duração independentemente do motivo.

3. Carta de feedback em absentismo

Objetivo:
Informar o trabalhador sobre a taxa de absentismo aceitável pela empresa, o KPI da sua área e sobre a sua taxa de absentismo individual.

Centro de Formação no PMO III

Em sequência das opções estratégicas definidas pelo ML relativamente à formação, em maio de 2011, foi instalado no PMO III, integrado no ambiente oficinal, o novo centro de formação do Metropolitano de Lisboa.

As suas instalações são compostas por quatro salas de formação, às quais foram atribuídos os nomes das quatro linhas da rede do ML, e gabinetes de apoio à RHC.

Encontram-se, assim, reunidas as melhores condições para a concretização do plano de formação para o triénio 2011-2013, cujo objetivo central é o de proporcionar a qualificação, aquisição e desenvolvimento das competências e atitudes nos colaboradores da empresa, com vista à melhoria do desempenho e do cumprimento dos objetivos da empresa.

Paralelamente alcança-se o objetivo de dar mais formação a custos mais baixos, porque realizados internamente e, em parte, com recursos igualmente internos.

centro de formação

Prémio "UITP Marketing Awards"

No âmbito da campanha desenvolvida para a comemoração dos 50 anos de exploração do Metropolitano de Lisboa, o filme publicitário "50 anos a transportar Lisboa", foi em 2011 o grande vencedor da quinta edição do UITP (União Internacional de Transportes Públicos) Marketing Awards, na categoria de "filme publicitário".

A nossa película concorreu com outras provenientes, de vários países, constituindo-se como finalista juntamente com projetos vindos do Brasil, Suíça, Reino Unido e Itália.

"50 anos a transportar Lisboa", promove a história e atividade do Metro, transmitindo os elementos pessoais e distintivos da marca e da sua cultura, como a modernidade, o dinamismo, a eficiência e eficácia do seu serviço enquanto operador de transporte.

50 anos
a transportar Lisboa

Entrada em testes do novo Site e da aplicação iPhone e Android do ML

A renovação da *homepage do site*, foi desenvolvida com recurso a *know-how* interno, com um design atrativo, *user friendly* e sem custos expressivos para a empresa, tendo sido iniciada em 2011 e concretizada no início de 2012. O site renovado passará a disponibilizar uma nova e útil ferramenta para os clientes, com uma nova funcionalidade que permitirá verificar em tempo real o estado de circulação de comboios em todas as linhas do Metro. Uma mais-valia que a empresa considera importante para quem utiliza o nosso modo de transporte diariamente.

A App "metro de Lisboa", considerada uma ferramenta com enorme potencial para melhorar a experiência de utilização do nosso meio de transporte, teve início com o projeto em 2011, para lançamento e disponibilização em 2012. Trata-se de uma aplicação gratuita para Smartphones, nomeadamente para IOS e Android, denominada "Metro Lisboa" (versão oficial) que permite obter informações úteis sobre a atividade do Metro. Para além das muitas funcionalidades, possibilita aos clientes do nosso modo de transporte verificar o estado das linhas em tempo real, a simulação de percursos entre estações ou pontos georreferenciados, um módulo de realidade aumentada, com pesquisa de estações de Metro e pontos de Interesse através de câmara de telefone e GPS. A pensar nas necessidades dos nossos clientes, esta nova forma de comunicar tem como objetivo ser uma mais valia nas suas deslocações em Lisboa, seja na sua rotina ou numa eventual visita à cidade.

Prolongamento da linha Vermelha ao Aeroporto

A extensão da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto consubstancia-se na construção de um prolongamento da rede do Metropolitano de Lisboa, numa extensão de 3,3 km e três novas estações (Moscavide, Encarnação e Aeroporto).

Este prolongamento permite ligar a maior e mais importante interface rodoferroviária da cidade de Lisboa, a Gare Intermodal de Lisboa (Gare do Oriente), ao Aeroporto da Portela em apenas 5 minutos e, consequentemente, conectar o modo aéreo às ligações ferroviárias nacionais e internacionais, bem como aos terminais rodoviários urbanos e interurbanos.

Para além deste aspeto, a implementação deste projeto irá garantir uma ligação privilegiada, com um só transbordo, a todas as linhas do Metropolitano de Lisboa e o acesso ao centro da cidade, a partir do Aeroporto, em apenas 15 minutos.

O Metropolitano de Lisboa procurou localizar as estações sob arruamentos ou espaços públicos, de modo a facilitar a sua construção e a terem fácil acesso para os clientes, incluindo os de mobilidade reduzida.

Das três estações construídas, as estações Moscavide e Aeroporto apresentam uma maior centralidade relativamente à estação Encarnação, a primeira pelo elevado número de população residente e de estabelecimentos de comércio e serviços, a segunda pela presença do Aeroporto e de um conjunto importante de empresas situadas na sua envolvente.

Indicadores de gestão

Indicadores de gestão

Indicadores e rácios de gestão		2007	2008	2009	2010	2010	2011	Var. % 2011/2010
Procura								
Passageiros	10^3	179 687	178 432	176 726	182 781	182 642	180 182	-1,35
Passageiros x km	10^3	835 545	835 400	829 068	866 169	865 521	864 154	-0,16
Oferta								
Carruagens x km	10^3	22 592	23 477	25 274	27 649	27 649	26 467	-4,27
Lugares x km	10^6	3 818	3 968	4 271	4 673	3 511	3 361	-4,28
Rácios								
Carruagens x km / Efectivo médio	10^3	13,41	14,99	15,69	16,54	16,54	15,99	-3,29
Passageiros x km / Carruagens x km	n.º	36,98	35,58	32,80	31,33	31,30	32,65	4,30

		2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/2010
Recursos humanos (efectivo médio)							
Exploração Comercial	n.º	925	891	921	926	890	-3,89
Gestão de Infraestruturas	n.º	334	279	90	95	-	-
Gestão de Empreendimentos	n.º	-	-	-	-	62	-
Engenharia de Infraestruturas	n.º	-	-	-	-	54	-
Gestão da Manutenção	n.º	205	188	386	419	406	-3,10
Restantes áreas	n.º	221	208	214	232	243	4,74
Total	n.º	1 685	1 566	1 611	1 672	1 655	-1,02

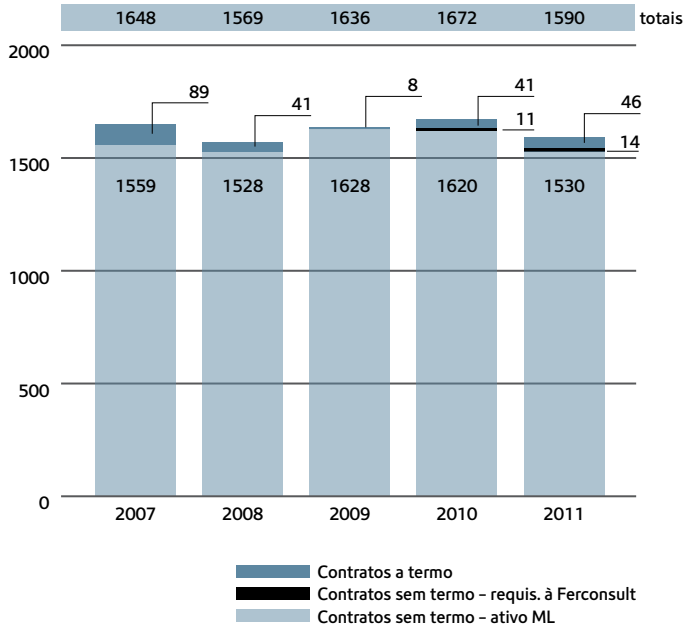
Nota: A partir de janeiro de 2011 passaram a ser consideradas para as contagens de passageiros e respetivas receitas, as vendas de títulos próprios do dia 25 ao dia 24 do mês seguinte.
Para que o ano de 2010 fosse comparável com 2011 procedeu-se à recontagem do mesmo, razão pela qual no presente relatório são apresentadas duas colunas para 2010.

Para além disso, nesta mesma data, passou-se a considerar uma ocupação de 4 passageiros/m2, tal como é recomendado pelos organismos internacionais, nomeadamente pela UITP (União Internacional dos Transportes Públicos), em detrimento dos 6 passageiros/m2 utilizados até então. Assim, também ao nível da oferta, o ano de 2010 foi recalculado para ser possível comparar com 2011.

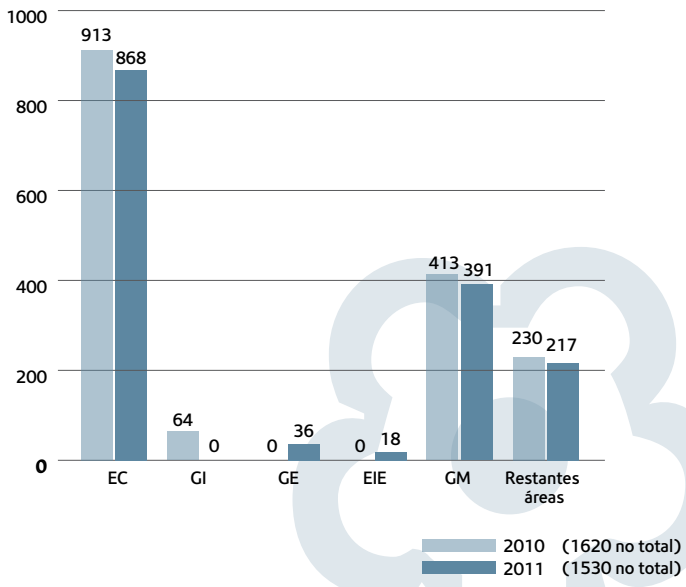
4 Foram incluídas, nas "Receitas de tráfego", quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., como forma de compensação pelos descontos efectuados nos títulos "4_18@escola.pt" e "sub23@superior.pt".

5 Valores líquidos de IVA.

Efetivo a 31 de dezembro por tipo de contrato



Contratos sem termo a 31 dezembro por área



Gastos e rendimentos		2009	2010	2011	Var. % 2011/2010
Receitas de tráfego [4]	10³ €	59 947	62 530	66 794	6,8
Indemnização compensatória [5]	10³ €	26 755	26 503	42 000	58,5
Rendimentos totais	10³ €	119 121	114 910	136 082	18,4
Gastos operacionais	10³ €	226 332	210 752	206 840	-1,9
Gastos totais	10³ €	266 040	263 030	282 018	7,2
Indicadores					
Resultados líquidos	10³ €	(146 977)	(148 337)	(146 052)	1,5
EBITDA	10³ €	(38 410)	(31 833)	4 638	114,6
Rácios financeiros					
Receitas de tráfego / Gastos operacionais	%	26,49	29,67	32,29	8,84
Rendimentos totais / Gastos operacionais	%	52,63	54,52	65,79	20,66
Gastos operacionais / Passageiro x km	€	0,27	0,24	0,24	-1,70
Gastos totais / Passageiro x km	€	0,32	0,30	0,33	7,39

1.
Relatório da atividade

1.1. Serviço prestado

Em termos da atividade comercial do ML, o ano de 2011 teve duas componentes relevantes:

- Uma ligeira perda de passageiros x km relativamente a 2010 (cerca de 0,16%);
- Um crescimento de receita de 7,5% (não contribuindo o valor da venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 Colinas") que inclui as compensações pelos descontos efetuados nos títulos 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp.

Para a perda de passageiros terão contribuído dois fatores:

- A crise económica, que conduziu a uma redução das viagens ocasionais e de lazer e das deslocações pendulares entre casa e emprego;
- As significativas atualizações tarifárias.

Para o aumento das receitas contribuíram exclusivamente os aumentos tarifários, que tiveram lugar em janeiro e em agosto.

Como atividades mais relevantes destacam-se, ao nível da gestão de estações, a implementação de um novo modelo de guarnecimento que permitiu reduzir os recursos humanos afetos às estações, ficando a rede preparada para o prolongamento da linha Vermelha de Oriente ao Aeroporto, com três novas estações, sem afetação de novos recursos.

Ao nível da operação e planeamento, merece destaque a otimização da oferta que, associada a uma gestão mais eficiente do tempo dos maquinistas permitida pelo sistema PLAGO, também permitirá o prolongamento da rede ao aeroporto sem aumento de recursos.

Merece também destaque a execução de medidas de eficiência energética, como a redução da velocidade máxima dos comboios nos períodos fora das pontas e a redução do consumo de eletricidade num conjunto de estações. Estes dois projetos permitiram obter poupanças no consumo de energia da ordem dos 10%, onde foram implementados.

Relativamente às reclamações, o ano de 2011 fica marcado pela redução do número total de reclamações apresentadas (453 reclamações por mês, em média, face a 473 no ano de 2010). O mês de março foi aquele em que se verificou o maior número de reclamações, o que terá ficado a dever-se essencialmente às decorrentes dos dias de greves que se verificaram nesse mês. O maior número de reclamações envolve problemas relacionados com os acessos mecânicos (escadas, tapetes mecânicos e elevadores), o cartão Lisboa viva e as máquinas automáticas de venda de títulos.

1.1.1. Procura

Em 2011 foram transportados cerca de 180 milhões de passageiros.

Relativamente ao ano transato verificou-se um ligeiro decréscimo, de cerca de 1%, justificado essencialmente pela quebra nos passageiros frequentes, utilizadores de passes intermodais (L1, L12 e L123), o que ilustra a menor procura de mobilidade, nomeadamente devido ao aumento da taxa de desemprego em 2011.

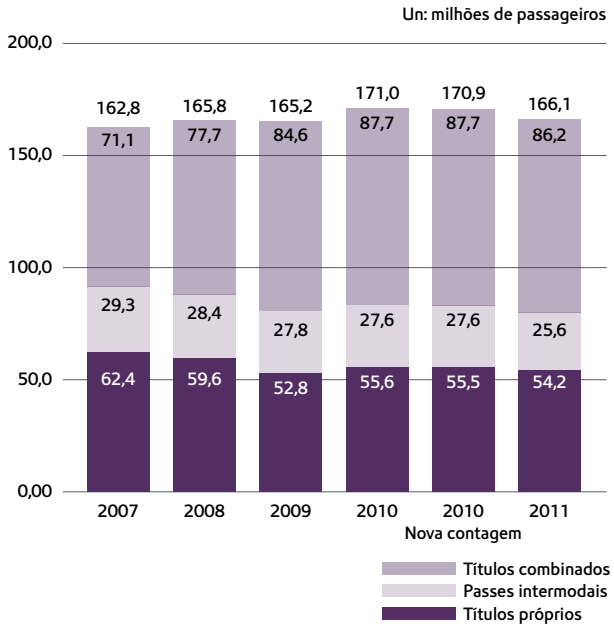
Un: 10^3

Passageiros com títulos de transporte		2007	2008	2009	2010	2010	2011	Var. % 2011/10
Títulos próprios	10^3	62 351	59 650	52 776	55 630	55 496	54 240	-2,26
Passes intermodais	10^3	29 309	28 447	27 771	27 616	27 616	25 647	-7,13
Títulos combinados	10^3	71 100	77 714	84 644	87 745	87 745	86 243	-1,71
Total títulos pagos	10^3	162 759	165 811	165 191	170 991	170 858	166 131	-2,77
Transporte gratuito e fraude	10^3	16 928	12 621	11 535	11 790	11 784	14 051	19,23
Total transportados	10^3	179 687	178 432	176 726	182 781	182 642	180 182	-1,35
Percurso médio por passageiro (km)	km	4,650	4,682	4,691	4,739	4,739	4,796	1,20
Passageiros x km transportados	10^3	835 545	835 400	829 068	866 169	865 521	864 154	-0,16

Nota: A partir de janeiro de 2011 passaram a ser consideradas as vendas dos títulos próprios do Metro do dia 25 do mês anterior ao dia 24 do mês corrente. Neste sentido, os dados do ano de 2010 foram recalculados de forma a serem comparáveis com os de 2011.

Salienta-se que apesar da melhoria da conexão da rede em 2009, com o cruzamento da linha Vermelha com as restantes linhas nas estações Alameda, Saldanha e S. Sebastião, a distância média percorrida por cada passageiro continua a aumentar ininterruptamente desde 2007.

Evolução do número de passageiros com título pago



1.1.2. Receitas de tráfego

Com as atualizações tarifárias ocorridas em 2011, o aumento da receita tarifária face ao ano transato foi de 7,5%, originando um aumento da receita média por passageiro, que evoluiu para os 0,39 euros.

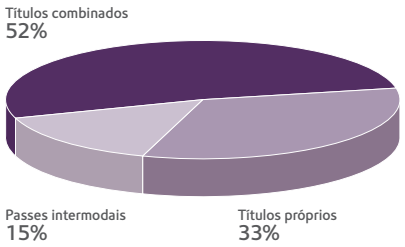
Apresenta-se de seguida quadro caracterizador destes resultados, "Procura e receitas".

	Títulos de transporte		2009	2010	2010	2011	Var. % 2011/10
Passageiros	Títulos próprios	n.º	52 775 984	55 629 896	55 496 104	54 240 485	-2,26
	Passes intermodais	n.º	27 770 773	27 616 154	27 616 154	25 647 348	-7,13
	Títulos combinados	n.º	84 644 519	87 745 256	87 745 256	86 243 495	-1,71
	Total	n.º	165 191 276	170 991 306	170 857 515	166 131 328	-2,77
Receitas *	Títulos próprios	€	27 603 988	28 920 893	28 920 893	30 821 847	6,57
	Passes intermodais	€	4 133 586	3 993 322	3 993 322	4 034 015	1,02
	Títulos combinados	€	25 103 914	27 103 349	27 103 349	29 669 093	9,47
	Total	€	56 841 488	60 017 564	60 017 564	64 524 956	7,51
Receita por passageiro	Títulos próprios	€	0,523	0,520	0,521	0,568	9,04
	Passes intermodais	€	0,149	0,145	0,145	0,157	8,77
	Títulos combinados	€	0,297	0,309	0,309	0,344	11,37
	Receita média	€	0,344	0,351	0,351	0,388	10,57

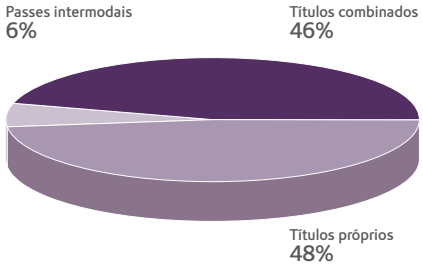
* As receitas não incluem o valor de aquisição dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas". Na receita dos títulos combinados incluiu-se a comparticipação do Estado nos descontos praticados nos títulos "4_18@escola.tp" e "sub23@superior.tp".

metro

Repartição percentual de passageiros por títulos de transporte



Repartição percentual de receitas por títulos de transporte



A diferença entre o nível de utilização dos diversos tipos de transporte pelos passageiros e a correspondente repartição das receitas decorre não só da estrutura tarifária adotada, mais favorável para os passageiros frequentes, mas fundamentalmente pelo facto de não ter sido ainda possível resolver a questão da correta repartição das receitas dos títulos combinados e intermodais, que ainda foi realizada por aplicação da chave de repartição que vigora, incompreensivelmente, desde 1989.

A evolução tarifária 2010–2011 é um elemento de análise importante e que abaixo se evidencia em quadro.

Evolução das tarifas dos principais títulos

Un: €

	Títulos de transporte	2010 01-Jul	2011 01-Jan	2011 01-Ago	Var. % 2011/10
Títulos próprios do Metro	Bilhetes				
	7 Colinas simples – 1 zona	0,85	0,90	1,05	23,5
	7 Colinas simples – 2 zonas	1,15	1,15	1,30	13,0
	Passes				
	Urbano 30 dias	18,70	19,55	23,90	27,8
	Rede 30 dias	27,55	28,70	32,00	16,2
Passes Intermodais	L1	38,75	40,10	46,10	19,0
	L12	46,65	48,30	55,55	19,1
	L123	53,15	55,00	63,25	19,0
Títulos combinados	Bilhetes				
	Zapping – 1 zona	0,80	0,82	1,05	31,3
	Zapping – 2 zonas	1,12	1,12	1,30	16,1
	Passes				
	Carris/Metro urbano – 30 dias	28,45	29,45	33,85	19,0
	Carris/Metro rede – 30 dias	31,20	32,60	37,50	20,2

1.1.3. Oferta

Em 2011 foram implementadas medidas de adequação da oferta à procura através, designadamente, da utilização de composições de três carruagens nas linhas Azul, Amarela e Vermelha nos dias úteis após as 21h30m e de uma adequação do intervalo entre comboios, resultando na redução dos lugares x km oferecidos quando comparados com a oferta prestada em 2010.

Evolução da oferta		2009	2010	2010	2011	Var. % 2011/10
Lugares x km						
Linha Azul	10^3	1 547 430	1 607 536	1 217 542	1 138 738	-6,47
Linha Amarela	10^3	1 284 096	1 333 664	1 010 112	977 265	-3,25
Linha Verde	10^3	951 990	943 430	686 639	662 114	-3,57
Linha Vermelha	10^3	487 821	788 012	596 838	582 765	-2,36
Total	10^3	4 271 337	4 672 642	3 511 131	3 360 882	-4,28

A partir de 2011 alterou-se a fórmula de cálculo da taxa de ocupação, utilizando-se 4 passageiros/m^2, nas carruagens, em vez dos 6 passageiros/m^2 dos anos anteriores.

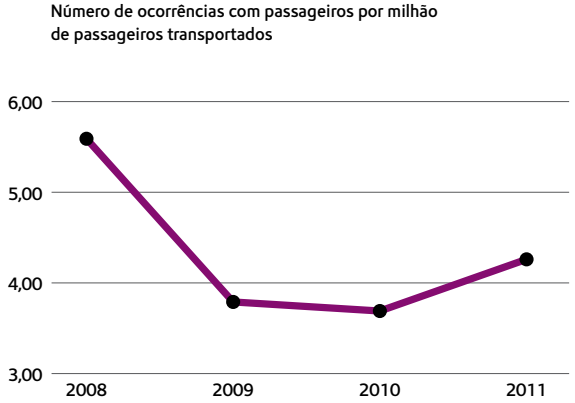
Avaliando a eficiência na exploração em 2011, tanto a taxa de realização de carruagens x km como a taxa de realização de circulações, em toda a rede, foram de 98%, como se constata no quadro abaixo.

Eficiência na exploração		2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Circulações (serviço público)					
Linha Azul	n.º	125 392	124 495	121 122	-2,71
Linha Amarela	n.º	128 801	128 650	126 908	-1,35
Linha Verde	n.º	157 701	156 283	150 701	-3,57
Linha Vermelha	n.º	122 550	113 450	112 061	-1,22
Total	n.º	534 444	522 878	510 792	-2,31
Taxa de realização de carruagens x km					
Linha Azul	%	99,00	99,13	97,93	-1,21
Linha Amarela	%	98,98	99,20	97,63	-1,58
Linha Verde	%	99,04	98,87	97,44	-1,45
Linha Vermelha	%	99,92	99,55	98,66	-0,89
Na rede	%	99,09	99,17	97,87	-1,31
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	99,02	99,13	97,70	-1,44
Linha Amarela	%	99,00	99,22	97,38	-1,85
Linha Verde	%	99,04	98,87	97,44	-1,45
Linha Vermelha	%	99,66	99,55	98,63	-0,92
Na rede	%	99,17	99,16	97,75	-1,43

As razões de fundo para a redução da taxa de realização de circulações em 2011 relativamente a 2010 foram essencialmente ligadas à ausência de pessoal tripulante, nomeadamente devido às greves ocorrida e ao menor recurso a trabalho suplementar, para colmatação de falhas imprevistas.

1.1.4. Segurança

Apesar de se ter notado uma ligeira tendência de aumento da criminalidade durante este ano, terminou-se 2011 com 4,26 ocorrências por milhão de passageiros transportados, o que se considera um valor na linha dos anos anteriores.



Observou-se um aumento do número de ocorrências graves[6], face a 2010, fruto da conjuntura económico-financeira do país, o que tem vindo a merecer um acompanhamento constante por parte da empresa. Por este motivo, a atuação de brigadas móveis da Polícia de Segurança Pública foi mantida, em especial nas linhas Azul e Verde.

No que respeita a roubos e agressões a passageiros, mantém-se a concentração das ocorrências nas estações de correspondência, fundamentalmente pelo maior número de clientes que nelas circulam. Em 2011 foram registadas, no total, 767 ocorrências nas estações.

De salientar, contudo, que 78% das ocorrências nas estações e 88% das ocorrências nos comboios dizem respeito a incidentes pouco graves, cuja diminuição, para além das medidas adotadas pela empresa, passa também pela sensibilização dos clientes para a necessidade de zelarem de forma mais ativa pela sua própria segurança.
Para o efeito o ML irá lançar, em 2012, uma campanha com o objetivo de reforçar essa sensibilização.

6 Muito graves – roubos com recurso a arma ou agressão; agressão com arma ou objeto contundente; agressão grave; atuação de gangs.
Graves – roubo com violência; agressão sem gravidade; roubo sob coação de grupo.
Pouco graves – furto; injúria; comportamento agressivo.

1.1.5. Marketing, comunicação e imagem

No ano de 2011, marcado pela grave crise financeira e económica em que o país e consequentemente a empresa se viram mergulhados, o Metro encarou a prossecução dos objetivos traçados ao nível do marketing – designadamente no que concerne ao desenvolvimento de iniciativas visando o aumento do número de clientes, a fidelização dos atuais e a dinamização e promoção da marca Metro – com uma utilização substancialmente reduzida de meios, não como uma contrariedade mas como um desafio.

Neste sentido, a estratégia desenvolvida assentou em dois pontos fundamentais: o recurso a parcerias para maximizar a presença do ML junto dos clientes, com custos reduzidos, e a implementação de projetos específicos para a geração de receitas.

Ao nível do relacionamento com o cliente externo, seja daqueles que já utilizam o Metro, seja dos potenciais clientes, a tónica da intervenção, procurando a sustentabilidade dos recursos despendidos foi, como referido, colocada numa estratégia de parcerias com várias entidades, públicas e privadas.

Entre estas, podemos destacar as seguintes:

- Campanha "O Metro na cidade faz bem à circulação", desenvolvida no âmbito da Semana Europeia de Mobilidade, em parceria com o IADE, tendo por objetivo potenciar a utilização do Metro, contribuindo assim para o descongestionamento da circulação de automóveis na cidade, e, simultaneamente para, numa perspetiva individual, melhorar a saúde física, contrariando estilos de vida mais sedentários;
- Campanha "Não seja Urso", desenvolvida com a A.R.C.O. com os seguintes objetivos: contribuir para uma efetiva mudança de comportamentos, incentivando a experimentação e utilização do transporte por parte daqueles que desconhecem as vantagens da sua utilização; incentivar os clientes Metro a adotar comportamentos considerados adequados e cívicos;
- Campanha "Vá à Bola de Transportes Públicos" – sob a égide da Câmara Municipal de Lisboa, foi desenvolvida mais uma edição desta iniciativa, que contou com o envolvimento do SCP, SLB, EMEL, EMPARQUE, ML, PSP e Carris, tendo como objetivo a promoção da utilização do TP na deslocação para os eventos desportivos nestes estádios;
- Realização do "1° Concurso de Curtas – Metragens sobre o transporte público Metro", que contou com a presença de José Vieira Mendes (por parte da Magazine HD/Emotions) e de Rui Pedro Tendinha (profissional da área do cinema e crítica), enquanto membros do júri que apreciou os trabalhos;
- A realização da "2ª Maratona fotográfica do Metro", tendo sido o seu principal objetivo, à semelhança da anterior edição, a captação de imagensem espaços do Metro.

Com o objetivo de gerar fontes adicionais de receitas (receitas não tarifárias), ao longo de 2011, foram desenvolvidos vários projetos. Merecem particular destaque, os seguintes:

- "Naming" – a primeira concretização deste projeto, a todos os títulos pioneiro, aconteceu em setembro, com a denominação "Baixa-Chiado PT Blue Station". Este projeto, para além das receitas que gera para a empresa, sem qualquer custo adicional, passou ainda a proporcionar aos clientes e utilizadores da estação Baixa-Chiado um espaço valorizado, mais atrativo, através da realização de ações de carácter lúdico-cultural e educacional, com uma ligação muito forte às novas tecnologias, nomeadamente acesso à internet através de rede Wi-Fi grátis;
- Exploração comercial de espaços para colocação de publicidade, sejam estes de natureza física (cartão Viva viagem) ou virtual (ex.: homepage do Site), para o qual contribuiu o desenvolvimento de um programa de promoção e divulgação junto de potenciais anunciantes/clientes.

Relativamente às iniciativas desenvolvidas ao nível da comunicação interna, destacamos as seguintes:

- "Menos absentismo – Mais produtividade" – Projeto que teve por objetivo sensibilizar a comunidade laboral para o impacto negativo do absentismo na produtividade da empresa e para a importância de combater os elevados índices de absentismo. A campanha de comunicação teve como suporte a divulgação de mensagens em cartazes afixados em pontos-chave da empresa e o envio de newsletters. Foi desenvolvida uma imagem para a campanha e produzidos internamente todos os layouts referentes à comunicação desta temática;
- "Metro com vida" – a publicação de uma revista interna foi retomada, introduzindo um novo modelo. Foi desenvolvido um novo layout, com novo formato e com um conceito mais moderno, mais atrativo, procurando aumentar o interesse dos trabalhadores na leitura deste meio de comunicação interna;
- "Postal de aniversário" – Tendo como objetivo reconhecer o envolvimento dos colaboradores na vida da empresa, foi desenvolvido um postal personalizado, assinado pelo Presidente do Conselho de Administração, que é enviado a todos os colaboradores por altura do respetivo dia de aniversário;

- "Mais ambiente" – Campanha de comunicação que sensibiliza e apela à redução de recursos materiais e energéticos, tendo como objetivo promover a sustentabilidade da organização e a redução da pegada ecológica da empresa. Esta campanha é composta por três fases: 1ª fase – Consumos de 2010: água, energia e papel; 2ª fase – Medidas adotadas pelo metro para redução de custos; 3ª fase – Sensibilização à redução de recursos materiais e energéticos.

No que concerne a estudos de mercado, em 2011 foram concretizados dois. Um relativo ao "Índice de satisfação do cliente", tendo sido efetuada a recolha da informação através de entrevistas diretas e pessoais aos clientes do ML de modo a poder monitorizar a satisfação do cliente, e um outro de "Cliente mistério", de modo a avaliar construtivamente a qualidade de serviço prestado. Em comparação com anos anteriores, face aos resultados obtidos, destaca-se uma melhoria significativa em ambos os casos.

1.1.6. Relações Internacionais

Com a aprovação do novo modelo organizacional da empresa, as Relações Internacionais foram integradas na direção corporativa de "Estratégia e Desempenho Corporativo", constituindo o departamento de Relações Internacionais – EDIC. Após a definição dos descritivos funcionais, objetivos e KPI das unidades orgânicas, o EDIC assumiu como principais processos a análise e proposta de recomendações para uma estratégia internacional do ML, o apoio à representação internacional e a coordenação da participação da empresa nos grupos de benchmarking de metros.

Em 2011, as Relações Internacionais da empresa continuaram a reger-se por princípios de racionalidade económico-financeira e forte contenção de custos, cumprindo as orientações emanadas do Conselho de Administração.

Assim, verificou-se uma redução assinalável do número de missões internacionais, totalizando 21 missões em 2011 – quando comparado com 34 missões em 2010 e 51 missões em 2009 –, tendo sido dada primazia às responsabilidades assumidas pela empresa nos órgãos diretivos das organizações internacionais a que pertence, especificamente na direção da UITP.

Por outro lado, foi atempadamente comunicada a decisão da empresa de não acolher qualquer reunião internacional em Lisboa, em 2011, embora a participação nos órgãos das organizações internacionais implique a obrigação dos membros assumirem, periodicamente, a organização de reuniões.

Entre os acontecimentos registados, cabe destacar:
No âmbito da UITP
– União Internacional dos Transportes Públicos:
Presença do PCA no Comité de Direção (Policy Board) que teve lugar no mês de fevereiro, em Genebra.

Foi também assegurada a representação nacional nas reuniões do Comité União Europeia, para além da participação em cinco comissões temáticas e nos cinco subcomités especializados da Divisão de Metros. Neste âmbito, cumpre relevar a eleição do Diretor do ML/Eng.º Francisco Sécio para a presidência do Subcomité de Instalação Fixas, constituindo justo reconhecimento do empenho e trabalho evidenciado pela empresa desde 1985.

É também de realçar o prémio conquistado pelo ML nos "UITP Marketing Awards", na categoria "filme publicitário", com a campanha desenvolvida para a "Comemoração dos 50 anos de exploração da empresa", anunciado na Conferência de Marketing da UITP realizada em Veneza, em novembro.

A presença do ML no 59º Congresso Mundial no Dubai, foi limitada a dois delegados que asseguraram a representação na Assembleia Geral da UITP, bem como na reunião da Comissão de Marketing que precedeu o congresso. Repetiu-se a presença do stand português na Exposição Mundial "Mobility & City Transport", sob coordenação do ML e reunindo algumas das principais empresas do setor em Portugal, que mereceu a visita de numerosos visitantes entre delegados e público em geral. Esta participação foi assegurada sem custos para a empresa.

No âmbito da ALAMYS
– Associação Latino-Americana de Metropolitanos:
O ML participou com um único representante na 16ª Reunião Intermédia dos Comités Técnicos, que teve lugar no mês de junho em Quito, Equador, onde foram tratados temas de operação, manutenção, gestão e planeamento. Por outro lado, o ML não se fez representar na XXV Assembleia Geral, realizada em Guadalajara no México, em novembro. Nesta ocasião foram celebrados os 25 anos da fundação da Associação, às quais o ML se associou através de uma mensagem de felicitações enviada ao Presidente da ALAMYS.

No âmbito do Grupo NOVA de benchmarking de metros:
Em 2011, o ML não participou nas reuniões anuais e de gestão do Grupo Nova realizadas em Taipé (abril) e Montreal (setembro). No entanto, através de meios eletrónicos, foi possível manter um elevado nível de participação nas atividades regulares do Grupo, designadamente através da participação no processo de recolha anual dos KPI, nos estudos de caso e resposta a 24 questionários temáticos, no Fórum de especialistas CoMET/Nova, e noutras situações de colaboração pontual, sempre que para tal foi solicitado.

Cabe ainda destacar a visita realizada ao ML em fevereiro por Richard Anderson, diretor do RTSC – Railway Transport Strategy Center do Imperial College London, responsável pelo acompanhamento dos Grupos Nova e CoMET, que teve por objetivo a apresentação do projeto ao Conselho de Administração, com quem debateu o benchmarking, permitindo-lhe desta forma tomar contacto com a atual realidade da empresa.

Em termos de projetos internacionais:

MODSAFE
Projeto iniciado em setembro de 2009, com uma duração prevista de quatro anos, comparticipado pela UE e liderado pela UITP, visando a definição dos requisitos de segurança do transporte urbano ferroviário para aplicação nas redes de metro. O ML participa na Rede de Operadores, um grupo de operadores externos ao projeto ao qual é permitido o acesso a documentos durante a fase de elaboração e, eventualmente, a capacidade de propor alterações. A representação do ML é assegurada por quadros das direções de Gestão da Manutenção e da Engenharia de Infraestruturas, tendo participado em duas reuniões em 2011 (Paris e Bruxelas).

WORKING GROUP 40 (WG40)
Grupo de Trabalho da Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC) que está a integrar e a desenvolver os resultados dos projetos de iniciativa europeia UGTMS (Urban Guided Transport Management and Command/Control Systems) e ModURBAN (Modular Urban Guided Rail Systems) de normalização de equipamentos de sinalização ferroviária, com vista a obter uma norma a nível mundial. A representação do ML é assegurada por quadros das direções de Gestão de Manutenção e de Engenharia de Infraestruturas, não tendo havido participação em qualquer das reuniões convocadas em 2011.

'National Focal Points' sobre Segurança nos Transportes Urbanos
Projeto patrocinado pela Comissão Europeia (Direção-Geral de Energia e Transportes) para a identificação de riscos potenciais de terrorismo e meios de prevenção, visando sistematizar procedimentos e constituir um modelo europeu de segurança baseado nas melhores práticas. O IMTT, assumindo a representação nacional, delegou nas empresas a participação nos grupos de trabalho. Atualmente, o ML participa no grupo de trabalho sobre "Vigilância e Deteção", sendo representado pelo diretor da Autoridade da Segurança. Em 2011, o ML não participou em qualquer reunião do grupo de trabalho.

CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral
Criado em 2002, o CEEP Portugal constitui a Secção Portuguesa do Centro Europeu de Empresas e Serviço de Interesse Geral, sediado em Bruxelas, reconhecido como parceiro social da União Europeia. O CEEP Portugal tem como missão contribuir para o desenvolvimento económico e social de Portugal, defender os interesses dos seus associados no contexto da Coesão Social e Territorial da UE, nomeadamente através da garantia de acesso dos cidadãos europeus a Serviços de Interesse Económico Geral em termos de quantidade, preço e qualidade.

O ML é membro fundador do CEEP Portugal, estando representado na Assembleia Geral e na Comissão Coordenadora (Transportes) através do departamento de Relações Internacionais. O ML está igualmente presente no grupo de trabalho "Gestão dos Assuntos Sociais" e na Comissão de Energia (em formação), sendo representado por quadros das direções de Recursos Humanos e de Engenharia de Infraestruturas, respetivamente.

Visitas de delegações internacionais:
Em 2011, cumprindo a tradição de acolhimento de delegações internacionais, em regra sob a coordenação das Relações Internacionais, foram recebidos cerca de oitenta visitantes integrando delegações de congéneres ou entidades oriundas do estrangeiro, designadamente do Reino Unido, Suíça, Japão, Noruega, Brasil, Polónia, Israel, tendo sido recebidos testemunhos de apreço pelas capacidades evidenciadas pelo ML.

1.2. Recursos humanos

Em 01 de janeiro de 2011 foi consolidado e entrou formalmente em vigor o novo Modelo Organizacional da empresa, pelo que foi necessário assegurar que esta mudança fosse feita de forma consistente no sentido de minimizar o natural sentimento de dúvida e incerteza inerente a este tipo de alterações.

No ano de 2011 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do ML, quer ao nível do recrutamento, externo e interno, e da gestão de carreiras nas suas várias componentes.

Não obstante as fortes medidas restritivas constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2011 foram desenvolvidos um conjunto de contatos com as Associações Sindicais representativas dos trabalhadores, em sede de negociação coletiva, tendo resultado deste diálogo uma plataforma consensual, a qual, todavia, não veio a ser formalmente contratualizada, tendo em consideração a conjuntura existente.

Foi promovido um diálogo social constante durante todo o ano de 2011, tendo a conflitualidade sido confinada às questões relacionadas com a aplicação das medidas constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2011 e que provocou a adesão significativa dos trabalhadores às greves ocorridas no ano de 2011 (sete greves parciais e uma greve geral de 24 horas).

Mesmo tendo em consideração esta envolvente, a empresa participou pela segunda vez no estudo de clima organizacional, promovido pela consultora Heidrick & Struggles em parceria com o Diário Económico e com o ISCTE Business School. Através deste diagnóstico "Excelência no trabalho 2011/12" pretendia-se não só apurar e premiar as empresas que apresentassem um melhor clima organizacional e que se destacassem como entidades de excelência no desenvolvimento do capital humano em Portugal, bem como disponibilizar a cada empresa participante informação de gestão relevante para a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria na gestão do seu ativo humano.

A análise dos resultados obtidos permitirá retirar conclusões e identificar as iniciativas a concretizar e tendentes a potenciar o compromisso dos colaboradores para com a missão, objetivos da empresa e promover uma cultura mais dinâmica, flexível e adaptável à mudança.

1.2.1. Modelo organizacional

Sendo a reestruturação um processo abrangente e profundo e existindo a necessidade de assegurar que a mudança seja feita de forma consistente, no sentido de minimizar o sentimento de incerteza, foi desenvolvido um plano de gestão da mudança para operacionalizar o novo modelo organizacional.

Neste âmbito do alinhamento organizacional com os desafios do negócio, e de acordo com o planeamento da implementação do projeto da mudança, realizaram-se sessões de apresentação do novo modelo organizacional a todas as áreas da empresa.

Os objetivos destas sessões foram os seguintes:

- Promover a identificação dos colaboradores com a missão, valores e objetivos estratégicos da empresa;
- Divulgar as necessidades de mudança decorrentes das grandes linhas de orientação estratégica;
- Assegurar o alinhamento entre expectativas individuais e orientações estratégicas;
- Potenciar a satisfação, motivação e compromisso dos colaboradores.

Com esta reestruturação foram também cumpridas as orientações do Estado no sentido de serem reduzidos em cerca de 20% os cargos de chefia superior e intermédia.

Conselho de Administração – CA

· Linha de Responsabilidade Participadas

Indicação dos responsáveis das áreas

	Corporativa	
ARC	Auditoria e Gestão do Risco	Dr. José António Carballo Sequeira
ASC	Autoridade do Segurança	Eng.º António José Pires Neves Valente
CPC	Contratação Pública	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo	Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
GFC	Gestão Financeira	Dr. José Maria Ferreira Melo
JSC	Jurídico e Secretariado Executivo	Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares
MCC	Marketing, Comunicação e Imagem	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
QAC	Qualidade e Ambiente	Eng. Pedro Conceição Farinha Pereira
RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional	Dr.ª Maria Paula Ferreira Freitas Martins Sanchez Jorge
SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha
	Operacional	
EC	Exploração Comercial	Eng.º Pedro Machado Vazão de Almeida
EIE	Engenharia de Infraestruturas	Eng.º Francisco Manuel Oliveira Sécio
GE	Gestão de Empreendimentos	Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado
GM	Gestão de Manutenção	Eng.º José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão
PA	Provedor Arbitral (órgão autónomo com estatuto próprio)	Dr. Guilherme da Palma Carlos

1.2.2. Efetivo

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado por escassez de recursos económicos e financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso da organização.

Tendo por base a missão da RHC, foram definidos os principais objetivos das políticas de gestão de recursos humanos, sendo que uma das vertentes passa pela otimização da estrutura existente e que se materializa no seguinte:

- Desenvolvimento do planeamento e afetação rigorosa dos recursos humanos;
- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- Motivar, reter e desenvolver as pessoas, com destaque para aqueles que revelam potencial e desempenham atividades críticas.

Por forma a dar cumprimento a esta orientação estratégica, foi desenvolvida uma política de otimização do efetivo em direta articulação com todas as áreas da empresa, cujo envolvimento neste projeto foi essencial para se alcançar esta redução, a qual foi definida para o triénio 2011-2013.

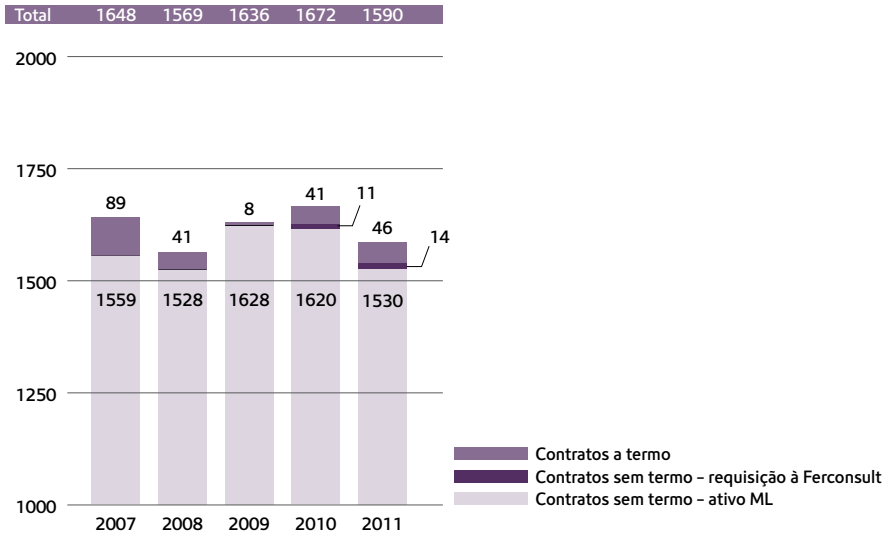
Assim em 2011, registou-se a saída de um número significativo de colaboradores, num total de 112, originando um decréscimo do efetivo em cerca 5%, pelo que em 31 de dezembro de 2011 a empresa contava com 1.590 colaboradores.

As saídas da empresa foram, na sua maioria, motivadas por reforma, num total de 73 (antecipada 59; velhice 7, invalidez 2 e pré-reforma 5), tendo as restantes saídas sido motivadas por rescisão de contrato (23), por cessação de contrato a termo (10), por cedência do trabalhador (3), por licença sem vencimento (2) e por falecimento (1).

Os resultados terão ainda expressão significativa no próximo ano, tendo em consideração que foram consensualizadas uma série de rescisões amigáveis e de pedidos de reforma que só ocorreram no final do ano.

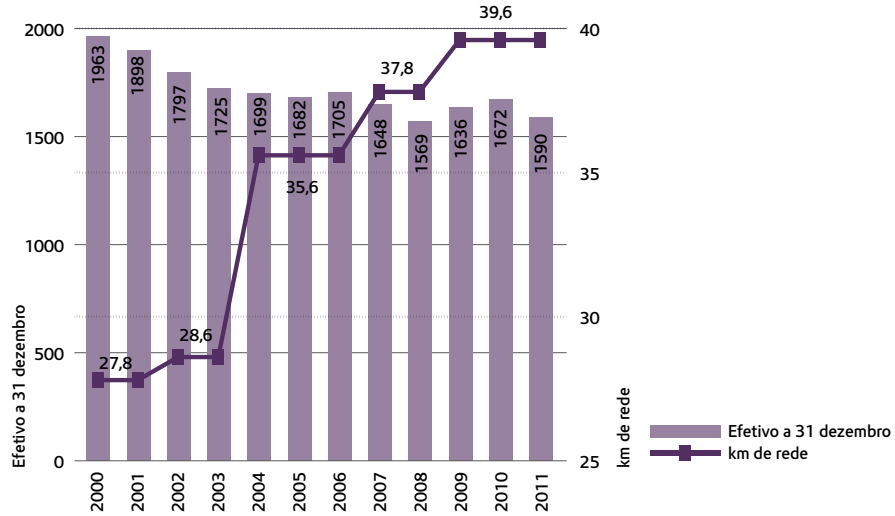
Quanto ao efetivo em 2011 é de assinalar que dos 1.544 colaboradores com contratados sem termo, 14 são provenientes da Ferconsult, sendo os restantes 1.530 colaboradores do ML.

Efetivo em 31 de dezembro



Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo do comprimento da rede em exploração verificado ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

Evolução do efetivo e comprimento da rede



1.2.3. Custo do fator trabalho [7]

O decréscimo de custos do fator trabalho em 2011 resultou, essencialmente, da dinâmica das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2011, do decréscimo do efetivo e da redução muito significativa do trabalho suplementar realizado no exercício.

[7] No cálculo do custo fator trabalho foram expurgados dos gastos com o pessoal e operacionais, os complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e estudo atuarial.

		2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Custo fator trabalho	10^3 €	67 411	66 501	72 725	75 441	66 268	-12,16
Custo fator trabalho / Efetivo médio	10^3 €	40,006	42,466	45,143	45,120	40,041	-11,26
Custo fator trabalho / Gastos operacionais	%	44,7	43,0	33,9	38,0	34,1	-10,24
Custo fator trabalho / Gastos totais	%	27,6	26,4	27,3	28,7	23,5	-18,08

1.2.4. Evolução do pessoal inativo e responsabilidade social

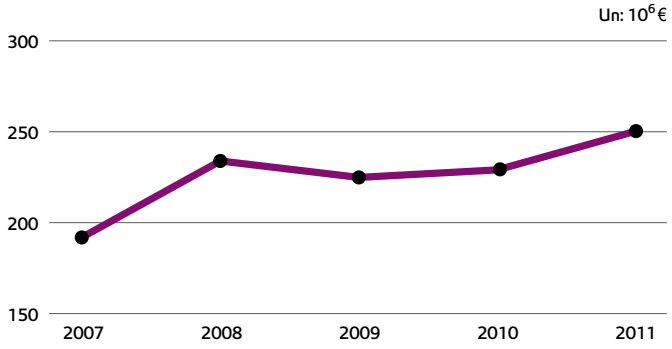
As responsabilidades sociais históricas emergentes dos acordos de empresa, nomeadamente o pagamento pela empresa de complementos às pensões de reforma e de sobrevivência, determinam um expressivo custo, para o qual tem contribuído de forma significativa o elevado número acumulado de reformados por antecipação.

No final de 2011, o ML integrava 1.409 inativos, dos quais 1.176 encontravam-se em situação de reformados, 228 em regime de pensionistas e 5 em situação de pré-reforma. Em 2011 verificou-se um aumento do número de reformas.

		2007	2008	2009	2010	2011	Var. 2011/10 Abs.	Var. 2011/10 %
Pessoal ativo	Pessoas	1 648	1 569	1 636	1 672	1 590	- 82	-4,9
Pessoal inativo	Pessoas	1 239	1 343	1 345	1 361	1 409	48	3,5
Pré-reformados	Pessoas	18	8	0	0	5	5	-
Reformados	Pessoas	1 033	1 133	1 135	1 132	1 176	44	3,9
Pensionistas	Pessoas	188	202	210	229	228	- 1	-0,4
Pessoal ativo / Pessoal inativo	Pessoas	1,33	1,17	1,22	1,23	1,13	-0,10	-8,1
V.A.R.S.P.	10^3 €	191 868	233 920	224 882	229 032	250 340	21 308	9,3
V.A.R.S.P. / Pessoal total	10^3 €	66,459	80,330	75,438	75,513	83,475	7,961	10,5

Naturalmente, o esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios "Pessoal ativo/Pessoal inativo" e "V.A.R.S.P./Pessoal total".

Valor atual das responsabilidades com serviços passados (V.A.R.S.P.)



O valor atual das responsabilidades com serviços passados (V.A.R.S.P.) registou, no final de 2011, 250.340 milhares de euros (+9,3% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. per capita do pessoal 83,5 milhares de euros sendo em 2010 de 75,5 milhares de euros.

O crescimento destas responsabilidades será um dos fatores que a médio/longo prazo mais ameaçará a sustentabilidade da empresa e cuja resolução, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, não se afigura viável sem o apoio do acionista.

1.2.5. Sinistralidade laboral

Em 2011 houve um aumento do número total de acidentes registados nas atividades de exploração e manutenção, embora o número de dias perdidos tenha sofrido uma redução face a 2010, o que implicou uma diminuição do número médio de dias perdidos por acidente de 77,0 para 65,3 dias.

Relativamente aos empreendimentos em que o ML é dono da obra, em 2011 verificou-se um decréscimo do número médio de trabalhadores em obra, bem como o número de homens-hora trabalhadas, de 37% e 33%, respetivamente. Porém, o número de acidentes de trabalho aumentou 62,5%, embora o número de dias perdidos tenha diminuído significativamente.

Tendo em vista diminuir a sinistralidade, foi aprovado e amplamente divulgado pela comunidade de trabalho, um documento contendo as linhas gerais pelas quais se pauta a política de segurança e saúde no trabalho a serem desenvolvidas nas diversas atividades desenvolvidas na empresa.

Foi ainda formalmente constituída a "Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho", a qual tem como principais objetivos, estabelecer um claro compromisso com a segurança e saúde de todos os colaboradores da empresa, não descurando a segurança e saúde de terceiros, assim como elevar os padrões de segurança e saúde no trabalho, a partir da melhoria das condições de trabalho e da redução do número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Esta comissão é constituída por sete representantes da empresa e sete representantes dos trabalhadores eleitos entre a comunidade laboral e efetuou as reuniões mensais, legalmente previstas, analisando e produzindo recomendações sobre várias matérias relacionadas com a sua atividade.

Acidentabilidade laboral	2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Acidentes	97	112	101	85	97	14,1
Dias perdidos	4 006	4 900	6 560	6 545	6 335	-3,2
Índice de duração	41,3	43,8	65,0	77,0	65,3	-15,2
Índice de incidência	49,23	62,58	55,25	46,65	50,45	8,1
Índice de frequência	30,77	38,52	34,47	29,80	31,65	6,2
Índice de gravidade	1,48	1,93	2,54	2,50	2,42	-3,2

Sinistralidade nos empreendimentos ML	2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Acidentes	61	50	33	16	26	62,5
Dias perdidos	1 539	1 071	1 057	8 259	380	-95,4
Índice de duração	25,2	21,4	32,0	516,2	14,6	-97,2
Índice de incidência	6,41	3,97	2,15	1,88	4,86	158,0
Índice de frequência	24,05	20,42	11,81	10,20	24,60	141,1
Índice de gravidade	606,72	437,38	378,18	5 267,37	359,51	-93,2

1.2.6. Absentismo

Em 2011 iniciou-se a inflexão do agravamento da taxa de absentismo que se vinha registando desde 2008. O decréscimo de 2,49%, em valores absolutos, face a 2010 resulta dos efeitos da implementação do projeto "Menos absentismo – Mais produtividade" na empresa.

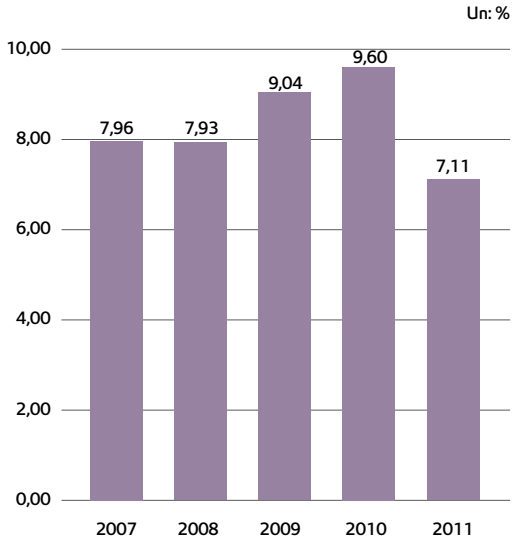
As medidas deste projeto, que se iniciou em 2010, começaram a ter resultados positivos no ano de 2011.

Este projeto, gizado para o triénio 2011-2013, visa a diminuição do absentismo e o aumento da produtividade e do bem-estar no trabalho.

Assim, neste ano de 2011, foi concluída a fase de diagnóstico da situação do absentismo na empresa, gizado o plano de intervenção e concretizadas as medidas de atuação consideradas prioritárias, com especial destaque para a realização de workshops com as chefias diretas das áreas operacionais e para as entrevistas individuais de monitorização, dirigidas a colaboradores com absentismo superior a 8%.

No desenvolvimento do projeto realizou-se uma forte campanha de comunicação da qual é de destacar o envio de uma carta de feedback do absentismo a todos os colaboradores, bem como a disponibilização de newsletters no portal da empresa com a informação do acompanhamento do Projeto e a inserção de notícias na revista da empresa, "Metro com Vida", o que potenciou o efeito positivo do projeto permitindo alcançar uma taxa de absentismo sem precedentes na empresa.

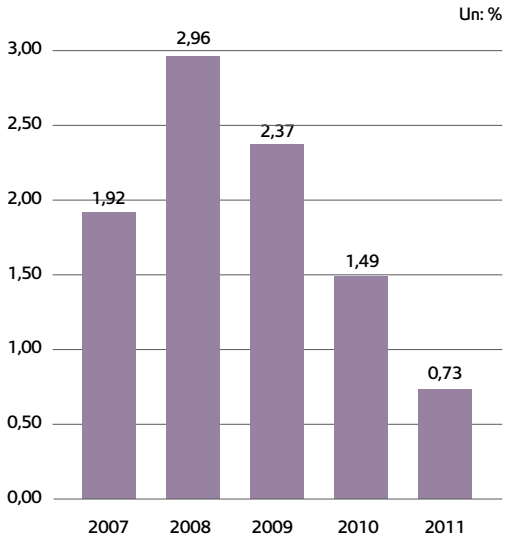
Taxa de absentismo



1.2.7. Trabalho suplementar

Ao nível do trabalho suplementar, atendendo aos limites legais fixados e à política contínua de contenção do mesmo, foram atingidos em 2011 níveis mínimos históricos, passando-se de 42.660 horas em 2010 (25,51 horas de trabalho suplementar por efetivo médio) para 20.880,5 horas em 2011 (12,62 horas de trabalho suplementar por efetivo médio).

Taxa de trabalho suplementar



De acordo com a orientação emanada em deliberação do CA, no sentido de reduzir o trabalho extraordinário, limitando-o ao estritamente necessário, foi possível atingir em 2011 níveis inferiores a 1% registando-se uma redução nas horas suplementares de cerca de 51%.

O decréscimo da taxa de trabalho suplementar, num ano de forte redução do efetivo, aliado às consequências que daí advêm, só foi possível de atingir como resultado do forte empenho dos colaboradores, bem como da redução do nível de absentismo da empresa.

1.2.8. Formação

Em matéria de formação é de assinalar que, este ano, em maio de 2011, foi inaugurado o Centro de Formação do ML, sediado no PMO III, com meios integralmente internos.

Considerando o Plano Estratégico da empresa, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Formação para o triénio 2011-2013, no qual são de destacar as seguintes iniciativas:

- Conferências temáticas mensais, com o objetivo de dar a conhecer a todos os quadros do ML matérias relevantes para a empresa, nomeadamente nos âmbitos transversais da "Saúde e Segurança no trabalho" e da "Qualidade";
- Ações de formação na vertente comportamental, sobre "Liderança e gestão da mudança" e "Absentismo".

O Centro de Formação recebeu ainda dois grupos de técnicos licenciados Angolanos, num total de cerca 25 participantes, tendo em vista um estágio na área da exploração e outro mais vocacionado para a área de manutenção. Este tipo de formação visou essencialmente a troca de experiências e informação no âmbito do setor dos transportes bem como o alargamento da esfera de influência e de cooperação entre os técnicos da empresa.

Conforme se pode constatar pelo quadro que se segue, em 2011 registou-se um aumento de 8% do volume de horas de formação dos colaboradores da empresa.

Formação		2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Ações	n.º	326	199	220	240	167	-30,4
Participações	n.º	1 775	957	1 300	1 088	1 726	58,6
Horas	n.º	16 879	24 192	40 407	10 993	11 714	6,6
Custos	10^3€	437	230	303	127	53	-58,3
Horas / Efetivo médio		10,02	15,45	25,08	6,57	7,08	7,7

1.3. Recursos materiais e tecnológicos

A direção operacional de Gestão da Manutenção (GM), criada em 2009, abarca a manutenção do material circulante e das infraestruturas. A sua atividade caracteriza-se pela execução de intervenções de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e pela atualização dos planos de manutenção e dos procedimentos de trabalho a ele associados.

1.3.1. Material circulante e infraestruturas

O parque de material circulante, mantém-se inalterado desde 2003, sendo composto por 338 carruagens, das quais 225 são motoras e 113 são reboques.

No âmbito das atividades de manutenção desenvolvidas em 2011 são de destacar as seguintes ações:

- Análise, de forma sistemática, das falhas ocorridas no material circulante e nos sistemas e equipamentos da rede metro, identificando, elaborando e operacionalizando, quando necessário, propostas de auditorias técnicas e ações de melhoria;
- Assegurar, em colaboração com os outros órgãos, a promoção das metodologias de análise de manutenção, nomeadamente o RCM – Reliability Centered Maintenance e RCFA – Root Cause Failure Analisys, que são identificadas como necessárias para assegurar os planos de manutenção do Material Circulante e dos Sistemas e Equipamentos da Rede Metro;
- Realização de auditorias técnicas à Infraestrutura SIRESP e ao sistema SSIT;
- Elaboração das especificações técnicas necessárias para a instalação do novo Centro de Apoio, solicitado pela EC;
- Colaboração com outras áreas da empresa na realização de auditorias energéticas aos sistemas de iluminação com o objetivo de identificar potenciais de poupança de energia;
- Acompanhamento da ação de melhoria relativa à implementação de uma alteração no circuito das portas de passageiros dos comboios, com o objetivo de impedir a sua abertura indevida provocada pela energização acidental da linha de abertura de portas, com velocidade menor que 2 km/h;
- Iniciou-se o processo de implementação de uma alteração no funcionamento das portas de passageiros, no material circulante ML 95, ML 97 e ML 99, no sentido de aumentar a sua fiabilidade;
- Iniciou-se a auditoria aos elevadores das estações com o objetivo de eliminar as infiltrações de água existentes e aumentar a sua disponibilidade;
- Auditoria às escadas mecânicas no sentido de realizar uma análise custo/beneficio a nível da implementação de um automatismo horário para a sua desligação;
- Acompanhamento do projeto europeu ModSafe, em colaboração com a EIES, representando o ML;
- Acompanhamento da norma IEC 62290, relativa à ultima geração de ATPs e UTO (unnattended train operation), em colaboração com a EIES, representando o ML.
- Criação das novas notas para o registo e classificação das falhas técnicas na área das infraestruturas, à semelhança do que já existia para o material circulante de exploração;
- Alteração dos écrans das ocorrências, através da introdução de novos campos, nomeadamente ao nível do sistema, subsistema, equipamento e sintoma destinados a uma melhor classificação da ocorrência;
- Nova codificação para os tipos de ordem quer para a manutenção do material circulante de exploração, quer para a área das Infraestruturas e criação de novas TAM's (tipo de atividade de manutenção), permitindo uma melhor determinação do quantitativo e valor das diferentes atividades de manutenção;
- Criação de uma nova árvore lógica de locais de instalação para toda a rede ML, incluindo PMO's, edifícios, ramais e rede;
- Criação de uma base de dados de imagens/desenhos, com ligação à nova árvore de locais de instalação por forma a facilitar o preenchimento das ocorrências, notas e ordens de trabalho.

Conforme se poderá observar no quadro seguinte, em 2011 verificou-se uma evolução favorável dos principais indicadores da manutenção do material circulante, quer ao nível disponibilidade, que aumentou 3,9% relativamente a 2010, quer ao nível da fiabilidade, medida através da quilometragem média entre falhas [8].

Indicador		2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Disponibilidade do material circulante	%	85,48	88,22	92,07	3,85
MKBF – Quilometragem média entre falhas	km	12 982	13 932	14 373	3,17

8 O valor da quilometragem média entre falhas é calculado com base nas falhas em carruagens (sem vandalismos e outros motivos) ocorridas em exploração.

1.3.2. Energia

Com a implementação do projeto "Eficiência energética" na empresa, já destacado no início do presente relatório, conseguiram-se bons resultados, tal como se pode constatar através dos valores de consumo de energia apresentados e da sua variação relativamente a 2010.

Efetivamente conseguiu-se uma redução global no consumo de energia pela empresa de cerca de 5,3%, correspondendo a maior contribuição à energia de tração, com uma redução da ordem dos 7,2%. Esta última redução deveu-se a diversas iniciativas, nomeadamente à condução em marcha económica fora dos períodos de ponta e à utilização de comboios com menor número de carruagens durante os fins-de-semana e à noite. De notar que o aumento do consumo energético verificados nos anos 2009 e 2010 deveram-se à expansão da rede.

Un: milhares kWh

Consumo de energia	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/10
Tração	48 086	51 996	57 103	52 983	-7,21
Serviços complementares e de apoio	48 471	48 633	48 228	46 808	-2,94
Outros consumos	4 079	5 255	6 452	6 126	-5,06
Total	100 636	105 884	111 783	105 917	-5,25

Indicadores de consumo de energia	2008	2009	2010	2010	2011	Var. % 2011/10
Tração / Lugar x km	0,012	0,012	0,012	0,016	0,016	-3,07
Tração / Passageiro x km	0,058	0,063	0,066	0,066	0,061	-7,07
Total / Lugar x km	0,025	0,025	0,024	0,032	0,032	-1,01
Total / Passageiro x km	0,120	0,128	0,129	0,129	0,123	-5,10

A partir de janeiro de 2011 passaram a ser consideradas as vendas dos títulos próprios do Metro do dia 25 do mês anterior ao dia 24 do mês corrente. Neste sentido, o número de passageiros e de passageiros x km de 2010 foi recalculado de forma a serem comparáveis com o ano 2011. Para além disso, a partir de 2011 alterou-se a fórmula da taxa de ocupação, passando-se a utilizar 4 passageiros/m_2 em vez de 6 passageiros/m_2 , nas carruagens. Assim, também a oferta de 2010, em termos de lugares x km, foi recalculada para ser comparável com o ano 2011.

1.3.3. Sistemas e tecnologias de informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no ML, ao longo de 2011 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três áreas específicas:

Ao nível da implementação de melhorias funcionais em diversos sistemas do ML:

- No Portal: implementação de inquéritos eletrónicos; disponibilização eletrónica do recibo de vencimento; implementação de uma solução de suporte ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), que disponibiliza ao ML informação normativa, a estrutura e o detalhe dos processos definidos no âmbito do SGQ e respetivos indicadores;
- Novas funcionalidades do Site ML: criação de banners e passatempos, mini-sites e desenvolvimento da funcionalidade "Bolsa de fornecedores";
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP R/3: atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado; implementação da funcionalidade para enviar recibo de vencimento através de email externo; implementação de controlo de contas; implementação de melhorias às notas de infraestruturas; desenvolvimento de um protótipo para avaliação de fornecedores; integração da informação existente em vários sistemas (recursos humanos, email, portal) e implementação da assinatura eletrónica padronizada no email dos colaboradores ML;
- Melhorias nas funcionalidades do sistema SAP BW (módulo informático de tratamento direto da informação referente à utilização da rede pelos clientes): introdução de um novo indicador retratando as ocorrências verificadas com passageiros.

Na implementação de projetos:

- Implementação da integração do sistema "Plago" com os sistemas de informação do ML;
- Conclusão do projeto de "Reestruturação Estratégica do Sistema de Planeamento e Manutenção";
- Conclusão do projeto de "Captura Eletrónica de Faturas";
- Implementação do projeto "SNC";
- Implementação de funcionalidades para automatização da gestão da agenda de reuniões do Conselho de Administração, incluindo o agendamento de assuntos e a notificação automática da respetiva tomada de decisão.
- Desenvolvimento de um protótipo para a "Reestruturação do Site ML";
- Implementação de uma nova infraestrutura centralizada de armazenamento de dados (storage).

Estudo/análise para a implementação de projetos:

- Conclusão do estudo das funcionalidades a implementar no projeto "Reestruturação do Portal ML";
- Elaboração de especificações técnicas e funcionais e das respetivas peças processuais do projeto "Circular DGO 1368";
- Início do estudo para proceder à renovação da prestação de comunicações móveis para o ML;
- Realização de estudo e respetivas peças processuais para proceder à renovação das infraestruturas centrais que suportam os sistemas de messaging, teleponto e SAP.

1.4. Expansão da rede

No âmbito do plano de expansão da rede, o ML tem atualmente em execução duas importantes extensões da sua rede, a da linha Azul à Reboleira e a da linha Vermelha ao Aeroporto.

Com a sua concretização, o Metropolitano disponibilizará mais 4,5 km de rede, servidos por quatro novas estações e duas importantes interfaces, a primeira na Reboleira, com a linha ferroviária de Sintra e o transporte público rodoviário, e uma segunda no Aeroporto Internacional de Lisboa.

Complementarmente prosseguiram os trabalhos em curso na interface Terreiro do Paço.

Trabalhos desenvolvidos em 2011:

Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Com conclusão prevista para 2014, estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.

A empreitada dos toscos foi consignada no dia 18 de agosto de 2008. Os trabalhos desta empreitada estão todos concluídos. A receção provisória da obra ocorreu a 12 de setembro de 2011, tendo sido adjudicado ao consórcio da empreitada dos toscos a execução do edifício da cobertura do poço de ventilação, tendo os trabalhos desta empreitada sido consignados em novembro de 2011.

	Rede atual			Em execução		Rede futura		
Linhas	N.º estações	km	Prolongamento	N.º estações	km	Entrada em exploração	N.º estações	km
Amarela	13	11,0	–	–	–	–	13	11,0
Azul	17	12,9	Amadora Este / Reboleira	1	0,9	2014	18	13,8
Verde	13	8,9	–	–	–	–	13	8,9
Vermelha	9	6,8	Oriente / Aeroporto	3	3,6	2012	12	10,4
Rede atual	52	39,6		4	4,5	Rede futura	56	44,1

O projeto de arranjos exteriores desta extensão foi contratado ao atelier António Bento, Lda. O estudo prévio mereceu a aprovação da Câmara Municipal da Amadora, estando neste momento a ser elaborada a fase de projeto de execução.

Os projetos de arquitetura e especialidades foram concluídos durante este ano. Foi adjudicada à empresa LCW a prestação de serviços de revisão destes projetos. O Relatório de Revisão foi entregue em novembro de 2011, estando neste momento os projetistas a procederem à integração dos pareceres do revisor nos projetos.

O processo de concurso para a adjudicação destes trabalhos começará a ser elaborado logo após a conclusão dos projetos de arquitetura e especialidades.

Prolongamento da linha Vermelha – Oriente / Aeroporto
Realizou-se a vistoria e receção provisória parcial da empreitada n.º 685/09 de "Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto", estando em execução os trabalhos de correção dos acabamentos e instalações especiais.

A instalação de manta anti vibratória está concluída. Os trabalhos da 1ª e 2ª fases da instalação de via-férrea também estão concluídos.

Desenvolveram-se trabalhos das empreitadas de especialidades ML, nomeadamente sinalética, mobiliário, serralharias, energia, cabos telefónicos e fibra ótica, sonorização, sistema de videovigilância, painéis eletrónicos de informação ao cliente, sistema automático de deteção de incêndios e cabo radiante.

Para além dos contratos acima indicados, decorrem atualmente os trabalhos de sinalização, bilhética e equipamentos de comunicações.

Prolongamento da linha Vermelha – Alameda II / S. Sebastião II
Ainda no âmbito do prolongamento Alameda / S. Sebastião, a operar desde agosto de 2009, foram concluídos os trabalhos de reposição da superfície envolvente às estações Saldanha e S. Sebastião, onde se incluíram o novo reordenamento da avenida Duque d' Ávila e da rua Marquês da Fronteira, bem como o reperfilamento da avenida da República.

Remodelação das estações da linha Verde
No decurso de 2011, no referente à empreitada de "Remodelação e ampliação da estação Areeiro", consignada em agosto de 2009, foram executados os trabalhos de construção do novo átrio sul ao nível das estruturas, tendo sido iniciados os trabalhos de acabamentos da estação.

No âmbito das restantes estações da linha Verde – Anjos, Arroios e Intendente –, continuam a ser desenvolvidos os respetivos projetos de remodelação/ampliação, fundamentais para que a exploração da linha Verde se possa vir a realizar com comboios com seis carruagens, e não com quatro, como atualmente se verifica. Em termos estratégicos, deverá ser dada prioridade à futura intervenção na estação Arroios, de forma a permitir a operação com seis carruagens no mais curto prazo de tempo.

Interface do Terreiro do Paço [9]
A empreitada n.º 663/06 relativa à execução de um novo terminal fluvial e reabilitação do antigo edifício Cottinelli Telmo, na interface do Terreiro do Paço, dividida em duas fases e com uma duração total prevista de 33 meses teve, em 29 de março de 2011, a conclusão da 1ª fase, a qual tinha sido consignada a 01 de outubro de 2009.

Por realizar encontra-se a 2ª fase da empreitada, que consiste na reabilitação do edifício Cottinelli Telmo e da continuação do corpo B de modo a permitir o acesso aos cinco pontões já instalados. O início desta fase encontra-se prejudicado pela necessidade de contenção do volume de investimento e pela prioridade dada à conclusão dos trabalhos da linha Vermelha.

Plano de promoção de acessibilidade
Em fevereiro de 2011 foi consignada a empreitada relativa à adaptação das estações Colégio Militar e Baixa-Chiado a pessoas de mobilidade condicionada, com vista a dotá-las de meios mecânicos e de instalações sanitárias públicas. Os trabalhos da empreitada envolvem não só os toscos, como acabamentos, instalações de baixa-tensão e telecomunicações e equipamentos de AVAC e eletromecânicos. A empreitada em questão visa não só cumprir as obrigações legais que impendem sobre a empresa ao nível da execução do "Plano nacional de promoção de acessibilidades (PNPA)" como também introduzir melhorias e atualizações de sistemas nas estações (normalização da sinalética, instalação do SADI e de infraestruturas para o *help-point* ao nível dos cais e atualizações do CITV).

9 Em execução pelo ML por conta da Transtejo.

O procedimento de aquisição dos equipamentos mecânicos de elevação foi também consignado em 2011, tendo o fabrico dos elevadores ocorrido ainda durante este ano.

Para além das duas estações referidas, o PNPA inclui mais doze estações, das quais, em 2011, foram desenvolvidos projetos para as seguintes estações: Entre Campos, Cidade Universitária, Avenida, Praça de Espanha e Alto dos Moinhos.

1.5. Investimentos

Em termos de atividade de investimento a execução situou-se em cerca de 58,7 milhões de euros conforme quadro abaixo:

Un: €

	FBCF Formação Bruta de Capital Fixo	ICT Investimento a Custos Técnicos	DI Despesa de Investimento
A – ILD's	46 470 416	50 923 973	54 606 471
Em curso	35 658 881	35 658 881	38 904 267
Extensão Oriente / Aeroporto	25 609 390	25 609 390	27 323 934
Extensão Amadora Este / Reboleira	10 049 492	10 049 492	11 580 333
Novos	158 683	158 683	210 181
Extensão S. Sebastião / Campolide	158 683	158 683	210 181
Outros	10 652 851	10 652 851	11 038 465
Extensão Alameda / S. Sebastião	4 627 648	4 627 648	4 627 648
Interface do Terreiro do Paço	178 988	178 988	178 988
Interface do Cais do Sodré	10 037	10 037	10 037
Extensão Baixa-Chiado / Santa Apolónia	829 952	829 952	829 952
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	608 550	608 550	681 914
Remodelação da linha Azul	128 774	128 774	128 774
Remodelação da linha Amarela	57 303	57 303	57 303
Remodelação da linha Verde	3 844 301	3 844 301	4 131 906
Remodelação da linha Vermelha	0	0	0
Remodelação da Rede – Outros	409 798	409 798	434 443
ATP/ATO	(42 500)	(42 500)	(42 500)
Autoinvestimento	0	4 453 557	4 453 557
B – ML	4 021 258	4 021 258	4 088 457
Parques de material e oficinas	115 214	115 214	115 214
Material circulante	0	0	0
Equipamentos e outros	3 644 454	3 644 454	3 711 653
Investimentos correntes	261 590	261 590	261 590
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento total	50 491 673	54 945 231	58 694 927

Dos 54,9 milhões de euros de investimentos a custos técnicos, realizados no ano de 2011, cerca de 93%, o equivalente a 50,9 milhões de euros, destinaram-se às infraestrutura de longa duração (ILD's).

O plano de expansão da rede evoluiu ao longo do ano, salientando-se os projetos que mais contribuíram para o valor dos investimentos em ILD's:

- Extensão Oriente/Aeroporto 25,6 milhões de euros
- Extensão Amadora Este/ Reboleita 10,0 milhões de euros
- Extensão Alameda/S. Sebastião 4,6 milhões de euros
- Remodelação da linha Verde 3,8 milhões de euros

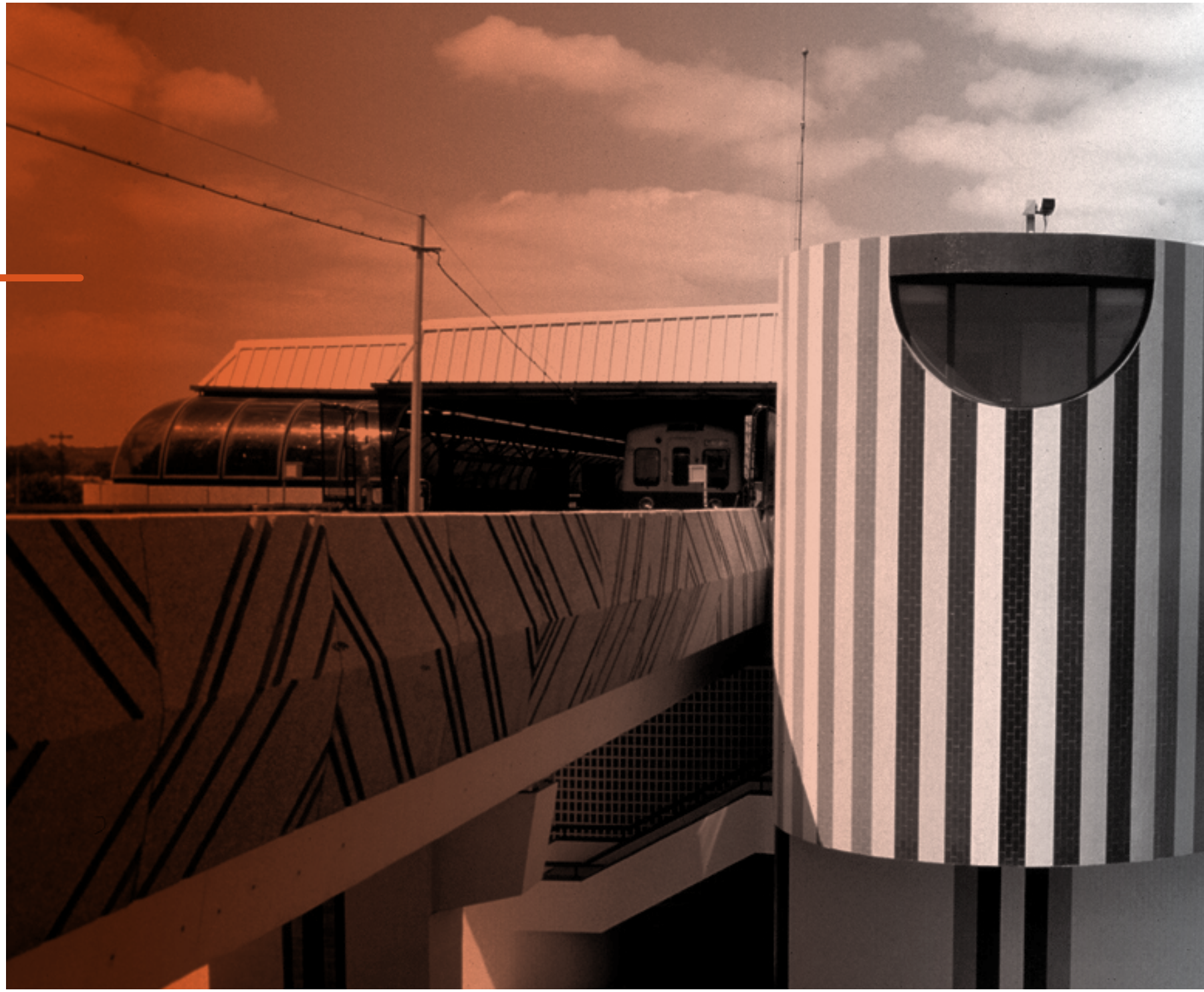
Un: €

Investimento	2011	2010	Var. %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	50 491 673	85 965 944	-41,27
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	54 945 231	89 136 494	-38,36
Despesas de Investimento (DI) – inclui custos financeiros	58 694 927	92 897 038	-36,82

O investimento em bens ML situou-se apenas em 4,0 milhões de euros, concentrados essencialmente na rubrica "Equipamentos e outros" (3,6 milhões de euros).

De modo constante o ML continua a imobilizar os gastos financeiros resultantes dos financiamentos do imobilizado em curso, tendo capitalizado 3,7 milhões de euros no exercício de 2011, elevando a despesa de investimento global para 58,7 milhões de euros.

2.
Governo da sociedade



Nos termos do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (SEE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e nos princípios do bom governo das empresas do SEE, aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, o ML tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigado, nomeadamente incluindo um capítulo próprio relativo ao governo da sociedade no seu relatório e contas.

O ML, através da informação disponível no seu site (www.metrolisboa.pt), no site do SEE (www.dgtf.pt), no portal do SIRIEF e no portal da empresa, bem como nos demais documentos enviados para a Tutela, sempre que solicitado, respeita os preceitos relacionados com o cumprimento dos princípios do bom governo, das obrigações de informação decorrentes do regime jurídico do SEE e das normas do estatuto do gestor público.

2.1. Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

Missão

Prestar um serviço de transporte público de passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Objetivos estratégicos

A visão estratégica preconizada pelo ML, tendo em conta o contexto passado/presente e os novos desafios que se colocam, conduz à definição do macro objetivo de **assegurar a sustentabilidade da empresa:**

- **Ao nível do serviço para o cliente:**
  - Assegurar um serviço com qualidade e eficiência, pautado pelos mais elevados níveis de segurança e de conforto;
  - Orientar o serviço para o cliente, antecipando as suas necessidades e expectativas, mantendo elevados níveis de qualidade e de satisfação;
  - Aumentar a satisfação dos clientes reforçando a imagem da Empresa;
  - Contribuir para a melhoria das condições da intermodalidade na AML, em articulação com o Governo, Autarquias e outros operadores, promovendo um sistema eficaz, designadamente na coordenação de redes, horários, bilhética, informação ao público e redes de vendas.
- **Ao nível dos resultados:**
  - Desenvolver um plano de expansão e modernização da rede, sustentado em princípios de racionalidade económico-financeira;
  - Prosseguir a concretização de ações de inovação que contribuam para a sustentabilidade económica, social e ambiental;
  - Reduzir gradualmente o desequilíbrio económico-financeiro através do acréscimo de passageiros transportados, aumentos reais das tarifas, da contenção e redução programada de custos e da adoção de medidas de reestruturação financeira;
  - Aumentar a quota de mercado do metro e consequentemente do transporte público, promovendo a diminuição da utilização do transporte privado.
- **Ao nível do tarifário:**
  - Criar tarifa plana para os títulos próprios do metro;
  - Promover a simplificação do sistema tarifário da AML em conjunto com os restantes operadores e entidades reguladoras;
  - Promover a alteração da atual repartição de receitas de títulos combinados e multimodais, de acordo com a utilização modal efetiva;
  - Promover a atualização tarifária do sistema intermodal.
- **Ao nível dos colaboradores:**
  - Promover a cultura da empresa;
  - Diminuir a taxa de absentismo, aumentando a produtividade;
  - Otimizar e racionalizar a gestão de recursos humanos;
  - Apostar na formação contínua dos colaboradores.
- **Ao nível da mobilidade na cidade:**
  - Promover a articulação entre os modos de transporte coletivo de passageiros e o transporte individual;
  - Promover a articulação com os modos suaves;
  - Estudar e propor o futuro plano de expansão;
  - Desenvolver o esforço necessário, no sentido de promover a acessibilidade plena em todas as estações do Metro.

Ao longo do relatório apresenta-se o modo como foram cumpridos os objetivos acima enunciados.

Políticas
O ML visa prosseguir as seguintes políticas:

- **Inovação e Desenvolvimento**
  Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

- **Responsabilidade**
  - Ambiental: ao nível do rendimento energético e da garantia da proteção ambiental, decorrentes da atividade desenvolvida;
  - Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
  - Económica: garantia da sustentabilidade da empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

- **Qualidade**
  - Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

- **Rigor e Integridade**
  - Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
  - Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

- **Competência e Segurança**
  - Manter e reforçar a imagem e credibilidade da empresa como fator de afirmação externa e interna;
  - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

2.2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

2.2.1. Regulamentos internos

A Metropolitano de Lisboa é uma entidade pública empresarial (E.P.E.), pertencente ao Sector Empresarial do Estado. Em março foi celebrado um contrato entre o Estado Português e a empresa, que definiu o "Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público" para o corrente ano. Questões de caráter formal levaram a que este contrato tivesse de ser substituído por um mecanismo alternativo de financiamento das obrigações de serviço público.

Internamente, e para além dos seus estatutos, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, a Empresa está sujeita aos seguintes regulamentos:

- Acordos coletivos de empresa – AE I[7] e AE II[8]:
  São instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – Sindicatos e gestão da empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da empresa e o cumprimento dos objetivos definidos.
- Código de ética e de conduta: Documento aplicável a todos os colaboradores do ML que, no âmbito das suas funções e competências, deverão seguir os princípios, regras de conduta e valores nele referidos.

Para além dos acima mencionados, existe um conjunto significativo de outros documentos que regem internamente a atividade do ML, dos quais se destacam:

- Regulamentos de segurança; de controlo de alcoolemia; de vestuário de trabalho; de estágios.
- Manuais da organização; de vendas e fiscalização; de gestão das estações; de procedimentos gerais do sistema de gestão documental.
- Normativos de estabelecimento de zonas de trabalho sem tensão; sobre a atribuição do cartão lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da empresa; sobre circulações de serviço para os trabalhos noturnos; sobre visitas domiciliárias efetuadas pela empresa.
- Procedimentos da qualidade; de processos; do sistema de gestão da qualidade; instruções de trabalho, a adotar em caso de acidente de trabalho; sobre a aquisição, manuseamento, armazenagem e remoção de agentes químicos perigosos.
- Plano de organização e gestão da segurança da empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de segurança de pessoal nas vias eletrificadas (RSPVE); de circulação de comboios (RCC); de sinalização (RS); de utilização das redes de telecomunicações (RURT).
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.
- Informação respeitante à contratação do ML nos termos do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivo aditamento com a alteração dos limiares comunitários.
- Procedimentos de registo de despesa na ótica do CCP, incluindo as despesas com fundo de maneio.

7 Aplicável à generalidade dos colaboradores.
8 Aplicável aos colaboradores licenciados e bacharéis.

2.2.2. Regulamentos externos

Durante o ano de 2011 foram publicados diversos diplomas cujas disciplinas jurídicas se refletem no enquadramento normativo aplicável ao exercício da atividade desenvolvida pelo ML, nas suas várias vertentes, e que em baixo se enunciam.

Enquadramento geral da atividade:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de novembro – Plano Estratégico dos Transportes.

Sector Empresarial do Estado:

- Lei n.º 20/2011, de 20 de maio de 2011 - Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o sector público administrativo (incluindo o sector empresarial do Estado – cria deveres de informação; a regulamentar no prazo de 90 dias).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, 25 de janeiro – acordo ortográfico – Determina a aplicação do acordo ortográfico a partir de 01 de janeiro de 2012 ao Governo e todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo.

Controlo financeiro:

- Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro – Altera e republica a Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, Lei de enquadramento orçamental, que determina a reclassificação do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. no âmbito do Orçamento de Estado;
- Lei n.º 60-A/2011, 30 de novembro – Procede à 2ª alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011 aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro e o código do Imposto Municipal de Imóveis (CIMI) e procede à 1ª alteração do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesas com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2011, 16 de Dezembro, Indemnizações compensatórias 2011.

Contratação pública:

- Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 01 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011;
- Portaria n.º 103/2011, de 14 de março, que procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP;
- Regulamento de Execução (EU) n.º 842/2011, de 19 de agosto, que estabelece os formulários tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o regulamento (CE) n.º 1564/2005;
- Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de outubro de 2011, Modernização no domínio dos contratos públicos.
- Lei n.º 51/2011, de 13 de novembro – Altera e republica a lei das comunicações eletrónicas;
- Regulamento EU n.º 1251/2011, de 30 de novembro, que altera as Diretivas n.^{os} 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos;
- Lei n.º 61/2011, de 07 de dezembro, que procede à sétima alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Regime tarifário:

- Despacho Normativo n.º 11-A/2011, série II de 27 de julho – aumento do tarifário dos transportes;
- Despacho n.º 14216/2011, de 20 de outubro – Condições de atribuição do Passe Social +, no âmbito do sistema de títulos intermodais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Segurança:

- Portaria n.º 274/2011, de 26 de novembro – Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade em construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de agosto.

Energia:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro – Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20% até 2020 – Aplicável ao ML, dado que nos termos do n.º 2 as E.P.E. devem designar, no prazo de 90 dias, um gestor local de energia responsável pela dinamização e verificação das medidas para a melhoria da eficiência energética.
- Decreto-Lei n.º 78/2011, de 20 de junho – estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade, transpondo a Diretiva n.º 2009/72/CE do Parlamento Europeu.

Publicidade institucional:

- Despacho n.º 1246/2011. D.R. n.º 10, de 14 de janeiro – Aprova os formulários eletrónicos de transmissão de dados pelas entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas.

2.3. Transações relevantes com entidades relacionadas

2011 Un: €

Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra de ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	–	2 800 065	348 206	344 033
Metrocom, S.A.	–	–	112 978	2 173 491
Associadas				
Fernave, S.A.	–	–	1 015	650
Publimetro, S.A.	–	–	–	1 379 122
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	–
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	–	–	748 265	1 159 354
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	–	–	315 641	38
	–	2 800 065	1 526 105	5 056 687

2010 Un: €

Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra de ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias				
Ferconsult, S.A.	–	4 708 848	161 815	213 060
Metrocom, S.A.	–	–	60 852	2 248 553
Associadas				
Fernave, S.A.	–	–	61 830	650
Publimetro, S.A.	–	–	–	1 905 756
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	–
Empreendimentos conjuntos				
Otlis, A.C.E.	–	37 143	789 439	1 034 045
Empresas relacionadas				
GIL, S.A.	–	–	368 945	–
	–	4 745 990	1 442 8821	5 402 064

2011 Un: €

	Contas a receber				Contas a pagar	
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC – Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	–	973 698	79 675	4 686 916	–	2 946 168
Metrocom, S.A.	566 331	–	340 876	3 731	61 986	–
Associadas:						
Fernave, S.A.	800	–	–	–	–	–
Publimetro, S.A.	1 244 251	–	–	269 499	–	–
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	85 450	–	134 498
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	145 825	–	–	–	601 431	–
Empresas relacionadas:						
GIL, S.A.	–	8 998 267	–	–	194 119	–
	1 957 207	9 971 965	420 551	5 045 596	857 536	3 080 666

2010 Un: €

	Contas a receber				Contas a pagar	
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC – Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	–	–	79 675	4 308 308	–	6 416 249
Metrocom, S.A.	–	–	276 263	507 984	40 808	–
Associadas:						
Fernave, S.A.	787	–	–	–	3 167	–
Publimetro, S.A.	–	–	–	2 392 491	–	–
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	85 449	–	136 839
Empreendimentos conjuntos						
Otlis, A.C.E.	47 022	–	–	–	303 966	–
Empresas relacionadas						
GIL, S.A.	–	4 819 621	–	–	111 606	–
	47 809	4 819 621	355 938	7 294 232	459 547	6 553 088

2.4. Outras transações

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em 2011 o ML cumpriu o código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na contratação que efetuou. Assim, tanto na fase de formação como na fase de execução dos contratos, o cumprimento dos preceitos do referido código foi uma constante na atividade de contratação do Metropolitano de Lisboa. Acresce que, não obstante a contratação no âmbito do setor dos transportes e abaixo do limiar comunitário não se encontrar sujeita à parte II do CCP, não possuindo por conseguinte procedimentos de formação de contrato obrigatórios, foram internamente definidos procedimentos que visam acautelar os princípios constantes dos tratados comunitários.

A orientação constante do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132 de 06 de agosto de 2010, foi respeitada pelo ML que, atualmente, nas suas adjudicações justifica a necessidade de contratar na ausência de recursos internos, avaliando igualmente os procedimentos realizados.

O ML aderiu no início de 2010 ao Sistema Nacional de Compras Públicas, dando cumprimento a uma medida de racionalização da aquisição de bens e serviços entretanto definida no Plano de Estabilidade e Crescimento.

No decurso de 2011, o Conselho de Administração estabeleceu procedimentos no âmbito da aquisição de bens e serviços:

- Em agosto, criação de minuta de comunicação de serviço para lançamento de procedimento com vista a uniformizar a informação de abertura do procedimento cuja autorização da despesa é da competência do Conselho de Administração do ML;
- Em agosto, definição de procedimentos internos para o registo de entradas e para modificação de contratos/programas de remessa em SAP;
- Identificação de requisitos e início de implementação de um procedimento que permite a orçamentação de *stocks* em SAP;
- Em novembro, preparação do "Plano anual de contratação" para envio aos ODDCA;
- Desenvolvimento e início da implementação de uma bolsa de fornecedores a disponibilizar no site do ML;
- Em dezembro, criação da primeira versão do "Manual de qualidade" que vem uniformizar todos os processos de aquisição do Metropolitano de Lisboa, no âmbito da certificação do ML, e que atualmente se encontra em revisão para adaptação à Circular n.º 1368, da DGO;
- Elaboração e envio de relatórios estatísticos de contratação para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

Lista de fornecedores que representam mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos:

	Un: € (IVA não incluído)
2045 Empresa de Segurança, S.A.	3 655 668
Companhia Seguros Allianz Portugal	4 007 594
EDP Serviço Universal, S.A.	8 637 618
GRUPO 8 - Vigilância e Prevenção	2 219 246

Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

(ajustes diretos com consulta a apenas uma entidade):

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
089/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de coordenação da remodelação de estações da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Contratação excluída (contratação *in house*)	art. 13°, n.° 1, c) e n.° 3 do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	26/04/2010	03/02/2011	€ 360 648,38
090/2010-ML	Contrato de prestação de serviços de coordenação do prolongamento da linha Vermelha Alameda/Campolide do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Contratação excluída (contratação *in house*)	art. 13°, n.° 1, c) e n.° 3 do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	26/04/2010	03/02/2011	€ 629 073,98
007/2011-ML	Contrato para a execução do desenvolvimento, fornecimento, instalação e testes de protótipo de comunicações sobre a rede gigabit Ethernet para o sistema de painéis de teleinformações existente nas estações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 380/10-GJC	Regime geral (por auto-vinculação) Abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. a) do CCP	€ 7 528,00	DATA DISPLAY (Portugal), S.A.	22/10/2010	13/01/2011	€ 7 458,00
008/2011-ML	Contrato para a execução do fornecimento, instalação e colocação em serviço de equipamentos de controlo de acesso à via para as estações Alfornelos, Pontinha e Baixa-Chiado do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 421/10-GJC	Regime geral (por auto-vinculação) Abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. a) do CCP	€ 55 000,00	TELIC – Telecomunicações e Montagens, S.A.	22/10/2010	13/01/2011	€ 54 885,68
010/2011-ML	Aquisição de bilhetes "Viva viagem" sem contacto CTS 512B – Proc. 132/2010-DC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00) – com recurso ao critério material	art. 11°, n.° 1, al. b), sub al. iv) e art. 24°, n.° 1, al. e) do CCP	€ 438 450,00	OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E	Adm – 30/12/2010, rat CA – 06/01/2011	25/01/2011	€ 438 432,40
020/2011-ML	Prestação de serviços de divulgação e informação do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, no Canal Lisboa	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9°, n.° 1, al. c), art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP		LISMARKETING COMERCIAL – Informação e Comercialização de Produtos Turísticos Unipessoal, Lda.	Aprovação em 25/11/2011	01/03/2011	€ 15 000,00
028/2011-ML	Contrato de prestação de serviços de revisão dos Projetos de instalações elétricas e telecomunicações e electromecânica – ventilação – alteração da alimentação dos ventiladores da estação Areeiro, da linha Verde, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9°, n.° 1, al. c) do art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	04/11/2010	25/02/2011	€ 7 588,80

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
036/2011-ML	Contrato de prestação de serviços de coordenação e fiscalização da interface do Cais do Sodré do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9°, n.° 1, al. c), art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Aprovação 12/05/2011	24/10/2011	€ 85 990,95
041/2011-ML	Aquisição de serviços de instalação e fornecimento de cablagem e equipamentos de CITV para as estações SA I, SA II, SS I, SS II da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 431/10-GJC	Ajuste direto Regime geral bens/ serviços (abaixo dos limiares comunitários <€ 193 000,00)	art. 20°, n° 1, al. a) do CCP (por auto-vinculação)	€ 10 434,17	TELIC – Telecomunicações e Montagens, S.A.	10/02/2011	22/03/2011	€ 10 434,17
043/2011-ML	Prestação de serviços de manutenção de hardware/software dos equipamentos HP (servers e respetivas infraestruturas de base no caso de tecnologias blade, armazenamento de dados e switches de fibra ótica – Proc. 128/2010-DC	Ajuste direto Regime geral serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00) – critério material	art. 27°, n.° 1, al. f) do CCP	€ 192 000,00	Hewlett – Packard Portugal, Lda.	Adm – 28/02/2011 CA – 03/03/2011	25/03/2011	€ 183 739,59
045/2011-ML	Contrato de prestação de serviços para a elaboração do projeto de tratamento plástico do núcleo cromático respeitante aos ascensores a introduzir no interior e em duas fachadas da estação Campo Grande do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e para a reconstituição da respetiva paleta cromática	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP		Eduardo José Nery de Oliveira	Aprovação 1ª fase proposta CA – 30/12/2010	30/03/2011	€ 21 250,00
053/2011-ML	Aquisição de serviços e fornecimento de materiais para a implementação de um sinal adicional de porta fechada no sistema de portas de passageiros das séries ML 95, ML 97 e ML 99 do material circulante de exploração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 430/10-GJC	Ajuste direto Regime geral (por auto-vinculação), com aplicação de critério material	art. 24°, n.° 1, al. e) e art. 112° do CCP	€ 260 000,00	KNORR BREMSE – Group Gmbh, Division IFE Automatic Door-Systems (representada pela ANSOMA, Lda.)	10/02/2011	12/04/2011	€ 260 000,00
061/2011-ML	Contrato de aquisição de serviços de manutenção de software Oracle e das respetivas licenças em utilização pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 94-A/2010-DC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 20 500,00	ORACLE Portugal – Sistemas de Informação, Lda.	07/04/2011	29/07/2011	€ 20 179,91
062/2011-ML	Contrato de prestação de serviços de programação e acompanhamento dos estudos/Projetos, das obras, dos fornecimentos e dos ensaios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Contratação excluída (contratação *in house*)	art. 13°, n.° 1, al. c) e n.° 3 do CCP		FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Aprovação em 19/05/2011	16/05/2011	€ 968 006,18

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
063/2011-ML	Contrato para a prestação de serviços de produção e colocação da obra artística do artista plástico António, na estação Aeroporto do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 448/11-JSJC	Ajuste direto Regime geral (por auto-vinculação), com aplicação de critério material	art. 24°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 112 500,00	Vetor 3 – Importação e Exportação, Lda.	17/03/2011	20/05/2011	€ 112 000,00
064/2011-ML	Contrato para a produção e fornecimento de azulejos artísticos destinados à estação Areeiro, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E – Proc. 455/11-JSJC	Anterior ao CCP (procedimento lançado até 29/07/2008)	Sistema de qualificação (anterior ao CCP)	€ 19 489,67	Aleluia Cerâmicas, S.A.	12/05/2011	18/05/2011	€ 19 489,67
070/2011-ML	Contrato para a aquisição de serviços de auditoria técnica à empreitada 644/04-ML – "Execução dos toscos entre a estação Oriente e a estação Aeroporto, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." – Proc. 456/11-JSJC.	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 80 000,00	Professor Edgar Cardoso – Engenharia e Laboratório de Estruturas, Lda.	19/05/2011	31/05/2011	€ 76 600,00
076/2011-ML	Contrato para aquisição de 50 (cinquenta) fichas de ligação para balizas DTAV para os troços Oriente/Aeroporto e Amadora Este/ Reboleira e remodelações das estações Areeiro e Arroios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 458/11-JSJC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 15 000,00	SIGTS – Consultoria e Engenharia, Lda.	27/05/2011	09/06/2011	€ **14 875,00**
078/2011-ML	Contrato de aquisição de licenças SAP e de serviços de manutenção para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 46/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral bens/ serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00) – critério material	art. 24°, n.° 1, al. e) do CCP	€ 195 776,00	SAP Portugal – Sistemas, Aplicações e Produtos Informáticos, Sociedade Unipessoal, Lda.	02/06/2011	15/06/2011	€ 195 776,00
079/2011-ML	Contrato para aquisição de serviços de suporte a produtos Microsoft (Premier Support) – Proc. 27/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00) – critério material	art. 24°, n.° 1, al. e) do CCP	€132 900,00 anual € 44 300,00	MSFT – Software para Microcomputadores, Lda.	27/05/2011	22/06/2011	€ 44 267,00

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
082/2011-ML	Contrato para aquisição de serviços de manutenção do licenciamento de software Microsoft – License Agreement – Proc. 25/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00) – critério material	art. 24°, n.° 1, al. e) do CCP	€ 800 000,00	MIOL – Microsoft Ireland Operations Limited	09/06/2011	22/06/2011	€ 769 521,36
083/2011-ML	Contrato para a aquisição de serviços de elaboração das medições e da estimativa orçamental dos Projetos de arquitetura da estação Reboleira, do posto de tração e do poço de ventilação PV212 da linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 453/11-JSJC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9°, n.° 1, al. c), art. 12° e art. 7°, n.° 1 do CCP	€ 14 000,00	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	22/06/2011	05/07/2011	€ 12 500,00
084/2011-ML	Contrato para a execução da empreitada "Execução das infraestruturas integradas de alimentação de energia elétrica ao pontão n.° 6 da doca da Marinha e edifício da Transtejo, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 460/11-JSJC	Ajuste direto Regime especial EOP (abaixo dos limi-ares comunitários < € 4 845 000,00)	Art. 9°, n.° 1, al. c), art. 12° e art. 7°, n.° 1 do CCP	€ 150 000,00	INTERPAÇO – Agrupamento para a Construção do Novo Terminal Fluvial na Interface do Terreiro do Paço, A.C.E.	09/06/2011	05/07/2011	€ 134 842,55
086/2011-ML	Contrato de prestação de serviços de instrumentação do muro de contenção sul do terrapleno, construção do sistema de atenuação do efeito das ondas nos navios da Transtejo, na Interface do Terreiro do Paço	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 172 968,30 (estimado)	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	12/05/2011	22/09/2011	€ 172 968,30
087/2011-ML	Contrato para a aquisição de serviços médicos no âmbito da medicina curativa do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 28/2011-CPC	Contratação excluída	art. 5°, n.° 4, al. f) do CCP	€ 12 168,00	Laboratório Dr. Elgar do Rosário, Lda.	05/07/2011	07/07/2011	€ 12 168,00
088/2011-ML	Contrato de aquisição de serviços de leilão eletrónico no âmbito da contratação pública promovida pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste direto Regime geral serviços (simplificado ≤ € 5 000,00)	art. 128° do CCP	€ 3 000,00	Central-e – Informação e Comércio Eletrónico, S.A.	07/07/2011	20/07/2011	€ 3 000,00
091/2011-ML	Aquisição de serviços de assistência técnica, de reparação, de reposição e de substituição de equipamentos de sinalização ferroviária instalados na rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 34/2011-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00) – com recurso ao critério material	art. 11°, n.° 1, al. b), sub al. v) e art. 24°, n.° 1, al. e) do CCP	€ 3 232 900,00	DIMETRONIC, S.A.	01/07/2011	02/08/2011	€ 3 191 471,56

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
094/2011-ML	Contrato para a execução da aquisição, instalação e colocação em serviço de conversor para adaptação das comunicações da funcionalidade do tempo de espera do próximo comboio das linhas Azul, Amarela e Verde à rede Gigabit Ethernet do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 418/10-GJC	Ajuste direto Regime geral (por auto-vinculação), com aplicação de critério material	art. 26°, n.° 1, al. e) e art. 112° do CCP	€ 19 500,00	DATA DISPLAY (Portugal) – Painéis Eletrónicos, S.A.	14/04/2011	28/07/2011	€ 19 422,00
096/2011-ML	Aquisição de serviços de publicidade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. na revista "Transportes em Revista: Passageiros e Mobilidade Urbana" – Proc. 75/2011-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP		Dicas e Pistas – Edições e Promoções, Lda.	14/07/2011	16/08/2011	€ 4 980,00
098/2011-ML	Contrato de aquisição de serviços de técnico responsável pela exploração das instalações elétricas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 70/2011-CPC	Ajuste direto Regime especial BS (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 1 600,00 (corresp valor mensal € 400,00)	João António Rocha Rabasqueira	11/08/2011	22/08/2011	€ 1.600,00
099/2011-ML	Aquisição de servicos de disponibilização de plataforma eletrónica de contratação – Proc. 59/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. a) do CCP	€ 37 500,00	Saphety Level – Trusted Services, S.A.	28/07/2011	31/08/2011	€ 37 200,00
100/2011-ML	Contrato de aquisição de serviços de consultoria de especialidade na área de engenharia civil, no âmbito das interferências e da construção de novas infraestruturas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 88/2011-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 4 800,00 / mensal	Frederico Florentino Simões Melâneo	11/08/2011	26/08/2011	€ 51 840,00
105/2011-ML	Contrato de produção e fornecimento de azulejos artísticos destinados à estação Areeiro do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 45/2011-CPC	Anterior ao CCP (procedimento lançado até 29/07/2008)	Sistema de qualificação (anterior ao CCP)	€ 86 500,00	Aleluia Cerâmicas, S.A.	11/08/2011	29/11/2011	€ 86 500,00
110/2011-ML	Aquisição de serviços de ciclo formativo para diretores, chefias de estrutura e chefias diretas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 98/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. a) do CCP	€ 42 800,00	Laboratório da Formação, Formação em Gestão, S.A.	22/09/2011	12/10/2011	€ 42 800,00

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
111/2011-ML	Contrato de aquisição de 24 luminárias Harmony no âmbito da execução dos arranjos exteriores do prolongamento Alameda/S. Sebastião do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 17/2011-CPC	Ajuste direto Regime especial bens (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00) - analogia critério material	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° e art. 24°, n.° 1, al. e) do CCP	€ 12 000,00	INDALUX - Equipamentos Elétricos, Lda.	15/09/2011	19/10/2011	€ 11 314,80
114/2011-ML	Aquisição de equipamentos de telecópia e serviços de assistência técnica corretiva para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 73/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral bens/ serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. a) do CCP	€ 8 698,22	CANON Portugal, S.A.	20/10/2011	14/11/2011	€ 8 670,00
116/2011-ML	Contrato para a execução da empreitada: "Conceção e construção dos toscos do edifício de cobertura do poço de ventilação PV212, da extensão da linha Azul à Reboleira, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." - Proc. 462/11-JSC	Ajuste direto Regime Especial EOP (abaixo dos limiares comunitários < € 4 845 000,00)	art. 9°, n.° 1, al. c), art. 12° e art. 7°, n.° 1 do CCP	€ 350 000,00	NOVA ESTAÇÃO, A.C.E.	20/10/2011	17/11/2011	Adjudicação parcial € 178 828,54
118/2011-ML	Aquisição de serviços de telecomunicações móveis para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 115/2011-CPC	Ajuste direto Regime geral serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. a) do CCP	€ 54 000,00	TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	24/11/2011	16/12/2011	€ 34 795,86
121/2011-ML	Aquisição de serviços de manutenção de licenças do software ALLEGRO COMMON LISP (ACL) - Proc. 124/2011-CPC	Ajuste direto Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 9° , n.° 1, al. c) , art. 11° *a contrario* e art. 12° do CCP	€ 6 750,00	SISCOG - Sistemas Cognitivos, S.A.	15/12/2011	03/01/2012	€ 6 750,00
124/2011-ML	Contrato de manutenção do software para o período pós-garantia para o contrato 130/2008-ML - "Fornecimento de sistema de planeamento ótimo de recursos e gestão em tempo real à operação (Sistema Plago) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Anterior ao CCP (procedimento lançado até 29/07/2008)	Anterior ao CCP		SISCOG, LINK, TECMIC, A.C.E.		28/12/2011	€ 296 461,00/ano (revisível ao ano) (€ 1 482 305,00 para os 5 anos de vigência do contrato)

Concursos públicos internacionais:

Em 2011 na sequência de concursos públicos internacionais foram celebrados contratos com as seguintes entidades:

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
001/2011-ML	Contrato para a aquisição de serviços de montagem e fornecimento de módulos de pagamento eletrónico para integrar nas máquinas automáticas e semi-automáticas de venda de títulos do Metropolitano de Lisboa E.P.E. - Proc 379/10-GJC	Concurso público Regime especial bens móveis (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), sub al. iv) e art. 20.°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 820 000,00	INDRA Sistemas Metro, A.C.E.	09/12/2010	25/01/2011	€ 777 982,00
003/2011-ML	Contrato para a aquisição de 650 toneladas de carril de rolamento para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 415/10-GJC	Concurso público Regime especial bens (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), sub al. iv) e art. 20.°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 815,00 por tonelada	ArcelorMittal España, S.A.	18/11/2010	14/01/2011	€ 519 350,00 corresponde a € 799,00/tonel. x 650
016/2011-ML	Contrato de prestação de serviços de coordenação, fiscalização e gestão da qualidade da empreitada 663/06 - "Execução dos toscos, acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e AVAC, do novo terminal fluvial, na Interface do Terreiro do Paço" - Proc. 427/10-GJC	Concurso público Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), sub al. v) e art. 20.°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 1 000 000,00	Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projetos, SA	13/01/2011	01/02/2011	€ 567 982,00
019/2011-ML	Contrato para o fornecimento e instalação de subestação de tração, das redes de média tensão e tração elétrica e dos sistemas complementares de segurança na linha Vermelha, nos troços Oriente/Aeroporto, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 373/10-GJC	Concurso público regime especial bens (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), sub al. iv) e art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 3 400 000,00	Efacec - Engenharia e Sistemas, S.A.	20/01/2011	08/02/2011	€ 3 250 554,00
021/2011-ML	Aquisição de Serviços de limpeza das instalações e dos comboios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 392/10-GJC Lote 1: Estações das linhas A e B, atuais e futuras	Concurso público Regime geral BS (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00	art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 4 484 000,00	IBERLIM – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.	20/01/2011	09/03/2011	€ 4 002 620,00
022/2011-ML	Aquisição de Serviços de limpeza das instalações e dos comboios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 392/10-GJC Lote 2: Estações das linhas C e D, atuais e futuras	Concurso público Regime geral BS (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00	art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 3 340 000,00	SAFIRA Facility Services, S.A.	20/01/2011	01/03/2011	€ 3 316 068,32

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
023/2011-ML	Aquisição de serviços de limpeza das instalações e dos comboios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 392/10-GJC Lote 3: Términos das linhas A, B, C e D e comboios estacionados nos términos e nos PMO II e PMO III	Concurso público Regime geral BS (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 2 020 000,00	SAFIRA Facility Services, S.A.	20/01/2011	01/03/2011	€ 1 900 045,80
024/2011-ML	Aquisição de serviços de limpeza das instalações e dos comboios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 392/10-GJC: Lote 4: vivenda da Alameda das Linhas de Torres (portaria); PMO I (portaria); PMO II; PMO III; Sede Social – Av. Fontes Pereira de Melo, n.º28; Sede Executiva – Av. Barbosa du Bocage, n.º 5; Edifício sito na Av. Sidónio Pais, n.º 1; Auditório do Alto dos Moinhos	Concurso público Regime geral BS (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 2 000 000,00	ISS FACILITY SERVICES – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda	20/01/2011	01/03/2011	€ 1 601 124,60
025/2011-ML	Aquisição de serviços de limpeza das instalações e dos comboios do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 392/10-GJC Lote 5: PMO I; PMO II; PMO III; Instalações Técnicas e Equipamentos das linhas A, B, C e D e edifícios do ML	Concurso público Regime geral BS (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 3 600 000,00	ISS FACILITY SERVICES – Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda	20/01/2011	01/03/2011	€ 2 376 925,96
029/2011-ML	Contrato para o fornecimento e montagem de postos de seccionamento e transformação das estações e troços da expansão Oriente/Aeroporto, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 377/10 -GJC	Concurso público Regime especial bens (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. iv) e art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 750 000,00	Efacec – Engenharia e Sistemas, S.A.	03/02/2011	01/03/2011	€ 566 433,00
037/2011-ML	Aquisição de serviços de vigilância, guardaria e portaria no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 412/10-GJC Lote 1 (Estações das linhas A e B – atuais e futuras; Posto de Vigilância Centralizado I; Parque de Estacionamento do Lumiar)	Concurso público Regime geral serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. v) do CCP e art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 2 345 000,00	2045 – Empresa de Segurança, S.A.	17/02/2011	24/03/2011	Lt 1: € 2 279 158,04/ano
038/2011-ML	Aquisição de serviços de vigilância, guardaria e portaria no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 412/10-GJC Lote 2 (estações das linhas C e D – atuais e futuras; Posto de Vigilância Centralizado II)	Concurso público Regime geral serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. v) do CCP art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 1 805 000,00	GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Eletrónica, Lda.	17/02/2011	24/03/2011	Lt 2: € 1 768 120,26/ano

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
039/2011-ML	Aquisição de serviços de vigilância, guardaria e portaria no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 412/10-GJC Lote 3 (Parque de Material e Oficinas (PMO I) – Praça Marechal Humberto Delgado, Lisboa; Parque de Material e Oficinas (PMO II) – Rua Amilcar Cabral, Calvanas, Lisboa; Parque de Material e Oficinas (PMO III) – Estrada da Pontinha, Lisboa; Sede Social – Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 28, Lisboa; Sede Executiva – Avenida Barbosa du Bocage, n.º 5, Lisboa; Edifício sito na Avenida Sidónio Pais, n.º 1, Lisboa; Parque de estacionamento do Senhor Roubado; Edifício Ferconsult – Rua Xavier de Araújo, s/n, Lisboa)	Concurso público Regime geral serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. v) do CCP e art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 1 550 000,00	2045 – Empresa de Segurança, S.A.	17/02/2011	24/03/2011	€ 1 537 411,11/ano
048/2011-ML	Fornecimento e prestação do serviço de refeições e exploração dos bares do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 414/10-GJC	Concurso limitado por prévia qualificação Regime geral serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. v) e art. 20º, n.º 1, b) do CCP	€ 190 000,00 (valor estimado/ ano)	Eurest (Portugal), Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	24/03/2011	16/08/2011	€ 1 067,00/mês Bares € 1,98/ceia € 4,65/refeição
051/2011-ML	Contrato de fornecimento e aplicação de sistema – faixa antiderrapante nos degraus das escadas das estações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 405/10-GJC	Concurso público Regime especial bens (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. iv) e v) e art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 522 627,84	REDECOR – Revestimentos de Proteção e Decoração, S.A.	25/02/2011	30/05/2011	€ 302 797,60
059/2011-ML	Contrato para aquisição de serviços de montagem e fornecimento de equipamentos de venda automática, controlo de acessos e monitorização para as novas estações das linhas Vermelha e Azul e integração no atual sistema de bilhética do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 406/10-GJC	Concurso público Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11º n. 1, al. b), sub al. v) e art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP	€ 2 500 000,00	IML – Indra Serviços, A.C.E.	31/03/2011	11/05/2011	€ 1 849 970,95
060/2011-ML	Fornecimento e instalação de serralharias e cabinas de bilheteira no âmbito dos projetos de expansões das linhas Azul e Vermelha e ampliação/renovação de uma Estação da linha Verde – estações Reboleira, Moscavide, Encarnação, Aeroporto e Areeiro do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 446/10-GJC	Concurso Público Regime especial bens/ serviços (abaixo dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 20º, n.º 1, al. b) do CCP (por auto-vinculação)	€ 280 000,00	RARI – Construções Metálicas, Engenharia, Projetos e Soluções Industriais, S.A.	31/03/2011	09/05/2011	€ 239 030,43

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
065/2011-ML	Contrato para o fornecimento, instalação e colocação em serviço de circuito interno de TV e centralização da videovigilância das estações Aeroporto, Encarnação, Moscavide, Reboleira, Areeiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 435/10-GJC	Concurso público Regime especial bens/ serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), sub al. v) e art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 390 000,00	TELIC, Telecomunicações e Montagens, S.A.	14/04/2011	27/05/2011	€ 353 880,33
066/2011-ML	Contrato para aquisição de serviços de montagem e fornecimento de equipamento de comunicações (Backbone) para a rede atual e novas estações da expansão das linhas Vermelha e Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E – Proc. 438/10-GJC	Concurso público Regime especial bens (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), subal. iv) e art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 490 000,00	NEXTIRAONE PORTUGAL – Soluções Serviços Integrados de Comunicações, S.A.	05/05/2011	27/05/2011	€ 208 262,64
069/2011-ML	Contrato para a aquisição de serviços de montagem e fornecimento de equipamento de sonorização para as novas estações da expansão das linhas Vermelha e Azul e respetiva integração nos atuais postos do sistema central do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 445/10-GJC	Concurso público Regime geral bens/ serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 140 000,00	EFACEC – Engenharia e Sistemas, S.A.	07/04/2011	09/06/2011	€ 123 262,98
081/2011-ML	Contrato para aquisição de Sistemas de Storage para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 443/10-GJC	Concurso público Regime geral bens (acima dos limiares comunitários ≥ € 193 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 400 000,00	CPCIS – Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, S.A.	09/06/2011	06/07/2011	€ 315 487,08
089/2011-ML	Contrato para fornecimento e montagem de painéis eletrónicos para as novas estações da expansão das linhas Vermelha e Azul, e respetiva integração no Sistema de Teleinformação do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 452/11-JSJC	Concurso público Regime especial bens/ serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP (por auto-vinculação)	€ 280 000,00	TELIC – Telecomunicações e Montagens, S.A.	22/06/2011	29/07/2011	€ 232 233,23
097/2011-ML	Contrato de aquisição de serviços de reparação de escadas mecânicas, tapetes rolantes e elevadores (acessos mecânicos) da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 29/2011-CPC	Concurso público Regime especial serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. b) – com a tramitação prevista nos arts. 130° a 154° do CCP	€ 200 000,00	SCHMITT – Elevadores, Lda.	25/07/2011	22/08/2011	€ 165 869,40

Contrato	Objeto	Tipo de procedimento	CCP	Valor base (s/IVA)	Fornecedor	Data de adjudicação	Data de celebração do contrato	Preço contratual
106/2011-ML	Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em AT – Alta Tensão, MT – Média Tensão e BTE – Baixa Tensão Especial para as instalações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 107-B/2010-DC	Concurso público Regime especial serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11°, n.° 1, al. b), sub al. v), al. a) e art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	Sem preço base: € 9 300 000,00 (valor estimado)	EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A.	18/08/2011	30/09/2011	€ 9 338 847,50
107/2011-ML	Contrato para aquisição, instalação e colocação em serviço de transformadores de tração para as subestações do Campo Grande e Colégio Militar, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 457/11-JSJC	Concurso público Regime especial bens/ serviços (acima dos limiares comunitários ≥ € 387 000,00)	art. 11° n. 1, al. b), subal. iv) e art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP	€ 400 000,00	SIEMENS, S.A.	01/09/2011	14/10/2011	€ 310 764,26
112/2011-ML	Fornecimento, instalação e colocação em serviço de sistema automático de deteção de incêndios para as estações do Aeroporto, Encarnação, Moscavide, Baixa-Chiado, Colégio Militar, Areeiro e Reboleira, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 442/10-GJC	Concurso público Regime especial bens/ serviços (abaixo dos limiares comunitários < € 387 000,00)	art. 20°, n.° 1, al. b) do CCP (por auto-vinculação)	€ 250 000,00	VIGILARME – Sistemas de Segurança, S.A.	04/08/2011	31/10/2011	€ 133 085,90

2.5. Membros dos órgãos sociais e suas competências

Mandato do Conselho de Administração

Cargo	Conselho de Administração	Eleição	Mandato
Presidente	Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis	RCM n.º 24/2010, de 17 de Junho	2010–2012
Vogal 1	Eng.º Carlos José Bento Nunes		
Vogal 2	Eng.º Jorge Manuel Quintela Brito Jacob		
Vogal 3	Dr. Luís Miguel Silva Ribeiro		
Vogal 4	Dr. António Gregório Ventura		

Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração (Desde 06 de janeiro de 2011)

Eng.º Francisco Cardoso dos Reis, Presidente	Eng.º Carlos Nunes, Vogal 1 (substituto do Presidente):	Eng.º Jorge Jacob, Vogal 2	Dr. Luís Ribeiro, Vogal 3	Dr. António Ventura, Vogal 4
Representação Institucional do ML Provedor Arbitral Estratégia e Desempenho Corporativo Relações Internacionais Marketing, Comunicação e Imagem Qualidade e Ambiente Presidente do CA da Ferconsult, S.A. Presidente da AG da Ensitrans, A.E.I.E.	Engenharia de Infraestruturas Gestão de Empreendimentos Contratação Vogal da Ferconsult, S.A. Vogal da Ensitrans, A.E.I.E.	Gestão da Manutenção Auditoria e Gestão de Risco Autoridade de Segurança Presidente da AG da Metrocom, S.A.	Exploração Comercial Gestão Financeira Participadas Vogal da TREM, A.C.E. Vogal da TREM II, A.C.E. Presidente da AG da GIL, S.A.	Jurídico e Secretariado Executivo Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional Sistemas e Tecnologias de Informação Presidente do CA da Metrocom, S.A. Presidente da AG da Publimetro, S.A. *(processo de nomeação em curso)*

9 Valor anterior à redução decorrente da aplicação da Lei nº12-A/2010 e da Lei nº55-A/2010, as quais implicaram uma redução anual, respetivamente, de 5.057,92 euros e de 9.610,02 euros para o Presidente e de 4.414,62 euros e de 8.387,82 euros para os Vogais do Conselho de Administração.

10 Suspensão do pagamento, em 2011, por solicitação do próprio e objeto de Deliberação 6.1 do Conselho de Administração, de 03 de março.

11 Valor anterior à redução decorrente da aplicação da Lei n.º 12-A/2010 e da Lei n.º 55-A/2010, as quais implicaram uma redução anual de 2 185,82 euros para o Vogal do Conselho Fiscal e de 1.589,38 euros para o Revisor Oficial de Contas.

Mandato do Conselho Fiscal

Cargo	Conselho Fiscal	Eleição	Mandato
Presidente	Dr. Renato Augusto Vieira Campos	Despacho Conjunto SETF e SET, de 26 de outubro de 1998	1998-2001
Vogal 1	Dr. Evaristo da Cruz Branquinho		
Vogal 2	*A nomear*		
Vogal Suplente	*A nomear*		
ROC	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC n.º 38, representado por: Luís Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	Despacho n.º 192/08-SETF, de 18 de março	

Aguarda-se a nomeação do Conselho Fiscal para o mandato iniciado em junho de 2010, mantendo-se em funções os membros eleitos para o mandato anterior.

2.6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 23 de setembro de 2009, e na sequência das aprovações do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e do regime jurídico aplicável ao ML enquanto Entidade Pública Empresarial (Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho) foram determinadas as seguintes remunerações mensais ilíquidas fixas (em vigor desde o dia 26 de Junho de 2009):

Estatuto remuneratório fixado
(remunerações ilíquidas)

Conselho de Administração	
Presidente	Remuneração base de 6 864,32 euros, 14 vezes por ano; [9]
Vogais	Remuneração base de 5 991,31 euros, 14 vezes por ano. [9]

Conselho Fiscal	
Presidente	Remuneração base de 1 372,86 euros, 14 vezes por ano [10]
Vogal 1	Remuneração base de 1 029,65 euros, 14 vezes por ano [11]
ROC	Remuneração de 1 188,14 euros, 14 vezes por ano [11]

Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração

Un: €

	Presidente	Vogal 1	Vogal 2	Vogal 3	Vogal 4
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base anual/fixa	101 158,40	88 292,96	88 292,96	88 292,96	88 292,96
1.2 Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	5 057,92	4 414,62	4 414,62	4 414,62	4 414,62
1.3 Redução decorrente da Lei n.º 55-A/2010	9 610,02	8 387,82	8 387,82	8 387,82	8 387,82
1.4 Remuneração anual efetiva	86 490,46	75 490,52	75 490,52	75 490,52	75 490,52
1.5 Senha de presença	-	-	-	-	-
1.6 Acumulação de funções de gestão	-	-	-	-	-
1.7 Remuneração variável	-	-	-	-	-
1.8 IHT (isenção de horário de trabalho)	-	-	-	-	-
1.9 Outras	-	-	-	-	-
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Plafond anual em comunicações móveis	1 540,00	1 540,00	1 540,00	1 540,00	1 540,00
2.2 Gastos na utilização de comunicações móveis	1 136,39	357,71	461,56	603,11	321,51
- Comunicações nacionais	237,57	323,88	446,92	496,14	281,03
- Comunicações internacionais e roaming	670,15	33,83	14,64	5,35	40,49
- Transmissão de dados	228,67	-	-	101,63	-
2.3 Subsídio de deslocação	-	-	-	-	-
2.4 Subsídio de refeição	2 546,10	2 359,80	2 463,30	2 515,05	2 421,90
2.5 Outras	-	-	-	-	-
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1 Proteção social	14 297,08	14 297,08	6 524,84	5 520,06	9 104,20
3.2 Seguros de saúde	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)	569,88 (a)
3.3 Seguros de vida	-	-	-	-	-
3.4 Seguros de acidentes pessoais	-	-	-	-	-
3.5 Outros:					
- Seguro de acidentes de trabalho	1 137,96	993,24	993,24	993,24	993,24
4. Parque automóvel					
4.1 Marca	BMW	BMW	BMW	BMW	BMW
4.2 Modelo	525 D	520 D	520 D	520 D	520 D
4.3 Matrícula	04-28-ZQ	27-DH-96	57-DP-59	72-DO-25	37-80-QH
4.4 Modalidade de utilização	Aquisição	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Leasing financeiro	Aquisição
4.5 Valor de referência da viatura nova	-	-	-	-	44 212,77 (b)
4.6 Ano de início	2005	2007	2007	2007	2000
4.7 Ano de termo	-	-	-	-	-
4.8 N.º de prestações	0	36 (c)	36 (c)	36 (c)	-
4.9 Valor residual (d)	27 990,00 (e)	24 762,64 (f)	26 317,93 (f)	26 317,93 (f)	-
4.10 Valor da renda/prestação anual da viatura de serviço	-	4 338,48 (g)	6 699,56 (g)	5 565,00 (g)	-
4.11 Combustível gasto com a viatura	1 364,72	3 163,49	4 465,55	2 605,96	3 021,48
4.12 Plafond anual de combustível atribuído (h)	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00	5 160,00
4.13 Outros:	14 475,57	9 465,44	7 937,04	6 221,71	4 760,07
- Seguro anual	1 202,91	377,72	393,75	391,46	930,37
- Conservação e manutenção	351,66	1 152,41	3 175,86	2 132,26	2 895,27
- Portagens e parques	40,16	712,67	1 043,67	374,23	900,60
- IUC	52,84	0,00	33,83	33,83	33,83
- Amortizações	12 828,00	7 222,64	3 289,93	3 289,93	0,00
5. Informações adicionais					
5.1 Opção pela remuneração do lugar de origem (S/N)	N	N	N	N	N
5.2 Remuneração ilíquida anual pelo lugar de origem		-	-	-	-
5.3 Regime de proteção social:					
- Segurança social (S/N)	S	S	N	N	N
- Outro	-	-	ADSE + CGA	ADSE + CGA	CGA
5.4 Exercício de funções remuneradas fora do grupo (S/N)	N	N	N	N	N
5.5 Outras	-	-	-	-	-

(a) Seguro geral da empresa - caso o pretenda, cada membro do CA pode suportar as despesas do custo mensal da extensão do seguro aos seus familiares (€ 47,96 pelo cônjuge, € 28,78 por cada filho menor e € 47,49 por cada filho maior), à semelhança de todos os colaboradores da empresa.

(b) Valor de aquisição da viatura nova, em 2000 (inclui IVA à taxa de 17%).

(c) Número de prestações do leasing financeiro, iniciado em 2011. A última prestação será paga em 28/06/2014.

(d) As viaturas de serviço afetas ao CA à data de fim do renting não foram substituídas por novas viaturas com a mesma modalidade de utilização, passando a sua titularidade para o ML, com vantagens nos custos a suportar.

(e) Valor de aquisição da viatura, em 2009, após o fim do contrato de renting (inclui IVA à taxa de 20%) .

(f) Valor de aquisição da viatura, em 2011, após o fim do renting (inclui IVA à taxa de 23%). O valor residual está atualmente a ser pago em leasing financeiro.

(g) Valor da prestação anual do leasing financeiro.

(h) Corresponde a um plafond de 4000 litros de gasóleo por ano.

Estatuto remuneratório do Conselho Fiscal

Un: €

		Presidente	Vogal 1	ROC
1.	Remuneração			
1.1.	Remuneração base anual/fixa	–	15 173,76	16 633,94
	– Subsídio de férias	–	–	–
	– Subsídio de Natal	–	–	–
1.2	Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	–	758,66	0,00
1.3	Redução decorrente da Lei n.º 55-A/2010	–	1 427,16	1 589,38
1.4	Remuneração anual efetiva	–	12 987,94	15 044,56

2.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, ambiental e social

No presente capítulo, optou-se por garantir a aplicabilidade da estrutura solicitada pela DGTF, encontrando-se parte da informação apresentada, desenvolvida em capítulos próprios.

2.7.1. Estratégias adotadas

Sendo o objetivo estratégico do ML assegurar a sustentabilidade da empresa, a estratégia adotada encontra-se já enunciada no capítulo 2.1. "Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa".

2.7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No contrato celebrado entre o Estado Português e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 24 de março de 2011 – "Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público" –, entretanto revogado, o ML obriga-se a desempenhar as seguintes obrigações de serviço público:

- Garantir uma oferta adequada, assegurando o número de circulações constantes no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar um serviço de transporte seguro, eficiente e com níveis de qualidade adequados.

Paralelamente foram definidos objetivos anuais de promoção de eficiência e de redefinição das obrigações de serviço público, até ao termo do contrato, estimando-se os seguintes valores para 2011:

- Total de custos operacionais: 161 milhões de euros
- Total de receitas: 139 milhões de euros
- Receitas (sem indemnizações compensatórias): 97 milhões de euros
- Procura: 827 milhões de passageiros x km

Estas metas foram totalmente cumpridas conforme quantificado no quadro constante no fim do capítulo 3.

2.7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

O ML identificou os riscos e as dificuldades sentidas, bem como as oportunidades a serem desenvolvidas como forma de melhoria e aumento do grau de maturidade da consciência sustentável na empresa, elegendo uma política de desenvolvimento da sua atividade de forma equilibrada e sustentada, entendendo ser este o meio a partir do qual garantirá a sua competitividade a longo prazo.

Assim, a **Política de Qualidade** do ML reflete estas preocupações e traduz-se no seguinte:

- A satisfação do cliente como preocupação central: concebendo um serviço de transporte coletivo de passageiros que vá ao encontro das necessidades e expectativas dos nossos clientes;
- O compromisso da gestão de topo: integrando na visão estratégica da gestão da política da qualidade, definindo objetivos para a empresa e para cada área e promovendo o envolvimento e a responsabilização dos colaboradores na prossecução desses objetivos e acompanhando, através de uma análise permanente, a eficácia da gestão e o desempenho do sistema;

- A orientação para a qualidade: sensibilizando ativamente todos os nossos colaboradores sobre os benefícios e a importância da qualidade no desenvolvimento das atividades da empresa;
- A melhoria contínua: investindo no desenvolvimento e atualização de um modelo de gestão da qualidade que cumpra os requisitos da norma ISO 9001:2008 e que possibilite uma análise dos processos baseada em factos, de forma a permitir melhorar continuamente o desempenho, tendo em vista aumentar a satisfação do cliente, a eficiência da organização e procurando um crescimento sustentado;
- O envolvimento e qualificação dos colaboradores: incentivando à participação ativa dos colaboradores na melhoria da qualidade do serviço prestado ao cliente e proporcionando-lhes acesso a meios de formação e ao desenvolvimento das suas competências profissionais;
- O estabelecimento de relações de parceria com os fornecedores internos e externos: definindo níveis de serviço e monitorizando conjuntamente o cumprimento dos mesmos e, quando se justifique, definindo planos de melhoria concertados entre as várias partes;
- A otimização da fiabilidade: assegurando a racionalização dos processos de manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura e do material circulante, garantindo a máxima fiabilidade e disponibilidade;
- A contribuição para a gestão de infraestruturas públicas: coordenando projetos de investimento relacionados com a expansão da rede e a remodelação da infraestrutura e assegurando a permanente atualização do conhecimento técnico para garantir uma infraestrutura atual, disponível e fiável;
- A colaboração para o bem comum: através de práticas de cidadania ativa e solidariedade social;
- A contribuição para a proteção do meio ambiente: através da aplicação da política dos 4 Rs – Reduzir, Reutilizar, Recuperar e contribuir para a Reciclagem.

Finalmente é de acrescentar que ao nível económico o ML contribui diariamente para o contínuo progresso da economia, potenciando a mobilidade das pessoas e oferecendo um melhor acesso ao trabalho e à educação, através de um meio de transporte seguro, rápido e acessível. No domínio da inclusão social, destaca-se a importância do papel desempenhado pelo ML enquanto transporte que também potencia a mobilidade dos mais desfavorecidos.

Em termos ambientais, a política de satisfação do cliente, contígua à nossa proficiência, leva-nos a cativar passageiros do transporte individual, o que contribui para a redução do balanço global nacional de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), contribuindo também para a diminuição da poluição atmosférica e da poluição sonora.

2.7.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa são:

Operacionais:
- Qualidade do serviço (frequência, qualidade, falhas);
- Segurança na rede (roubos, agressões, vandalismo);
- Acidentes envolvendo passageiros;
- Acidentes ferroviários (colisões, descarrilamentos, explosões, incêndios);
- Acidentes na fase de construção.

Ambientais:
- Incomodidade (ruídos, vibrações, poeiras, limpeza, circulação de pessoas e bens, acidentes),
- Impacte na envolvente (contaminação de solos e do meio hídrico, produção de resíduos).

Financeiros:
- Controlo da dívida;
- Controlo da execução financeira do investimento.

Face à evolução do mercado financeiro não foi possível, durante o ano, a intervenção regular no mercado de capitais e no mercado de derivados.

No decurso de 2011, tendo em conta a diminuição da notação financeira da dívida portuguesa e o progressivo estreitamento do mercado financeiro doméstico, o ML viu a sua notação de *rating* atribuída pela agência Standard & Poor's (S&P) reduzida (de BBB para B–, mantendo-se em *Credit Watch Negative*).

2.7.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

O ML atua num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

No âmbito do novo modelo de governo do Sector Empresarial do Estado o ML tem vindo, gradualmente, a reforçar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos princípios do bom governo, assim como às restantes obrigações legais, nomeadamente as resultantes do Plano de Estabilidade e Crescimento.

Responsabilidade social e ambiental:

Relativamente aos seus colaboradores, o ML promove a igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos humanos e a não discriminação, conforme determinado no "Código de ética e conduta da empresa". Visando a gestão adequada do capital humano, a empresa promove a valorização do mérito individual dos recursos humanos, baseando-se nos acordos de empresa em vigor e investindo na melhoria das condições de segurança e higiene no trabalho e no desenvolvimento das competências dos colaboradores, apostando na formação como forma de adequação às novas realidades. Para além disso, considera que o bem-estar dos seus colaboradores e das suas famílias é fundamental para o sucesso da empresa. Neste sentido, a empresa tem disponibilizado aos seus colaboradores e respetivos familiares diversos benefícios sociais, nomeadamente ao nível da saúde, da educação e da ocupação das férias dos filhos e dos tempos livres. Aos novos colaboradores é também distribuído o "Manual de acolhimento", produzido anualmente, com o objetivo dar a conhecer, de forma sucinta, o percurso da empresa a nível histórico, social e económico-financeiro.

Existe uma "Comissão de higiene e segurança no trabalho", que tem como principais objetivos estabelecer um claro compromisso com a segurança e saúde de todos os colaboradores da empresa e de terceiros. Em 2011 foi desenvolvida uma campanha de sensibilização "Colaboradores em segurança: Empresa mais produtiva".

Foi aprovada pelo Conselho de Administração a política de segurança e saúde no trabalho, a qual visa estabelecer algumas diretrizes gerais acerca da segurança e saúde no trabalho (SST) nas diversas atividades desenvolvidas no ML.

No ML são adotadas diversas práticas ambientalmente corretas.

Neste âmbito, o objetivo traçado pela empresa passa pela implementação e certificação do sistema de Gestão Ambiental (SGA) em 2012, devidamente articulado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) já existente. Em 2011 deram-se os primeiros passos rumo à certificação ambiental da empresa segundo a norma NP EN ISO 14001:2004.

Com o objetivo de sensibilizar a comunidade ML para as questões ambientais foi desenvolvida uma campanha de comunicação em colaboração com as direções de Marketing, Comunicação e Imagem (MCC) e de Engenharia de Infraestruturas (EIE) e foi elaborado e publicado um "Guia de boas práticas".

Entre julho e setembro de 2011 foi realizado o diagnóstico ambiental do ML, onde foram identificados e caracterizados os principais aspetos ambientais das atividades realizadas, aferindo, desse modo, qual o desempenho ambiental da empresa e o seu estado de preparação para a implementação e certificação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Na sequência do diagnóstico ambiental do ML, foi elaborado um plano em que foram identificadas como ações prioritárias a formação, sensibilização e informação aos colaboradores do ML, bem como a monitorização ambiental referente aos seguintes fatores: água (emissões de águas residuais), ar (emissões gasosas), ruído (emissões de ruído) e vibrações (emissões de vibrações).

Em dezembro de 2011 procedeu-se à implementação do plano de monitorização ambiental para os fatores ambientais: água (emissões de águas residuais), ar (emissões gasosas), ruído (emissões de ruído) e vibrações (emissões de vibrações), de modo a avaliar se o ML e as suas atividades cumprem os requisitos legais e normativos aplicáveis para estes fatores ambientais e, caso tal não aconteça, proceder ao estudo e implementação das necessárias medidas corretivas.

No que diz respeito aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, deu-se continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML. Esteve assim em curso a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de avaliação de impacte ambiental), que foi consubstanciada no acompanhamento ambiental das respetivas empreitadas de construção.

Em termos de gestão interna do ML, em 2011 deu-se continuidade à implementação de um "Plano integrado de gestão de resíduos" em todo o ML, tendo-se procedido ao:

- Registo interno de todos os materiais / equipamentos entregues para sucata no PMO II e PMO III;
- Recolha de vários tipos de resíduos produzidos no ML e respetivo encaminhamento para destinatários devidamente licenciados e com as quais o ML tem acordo;
- Registo no SIRAPA de todos os resíduos produzidos pelo ML, em 2010.
- Deu-se também continuidade à adoção de medidas de eficiência energética no ML. As medidas de racionalização de energia foram direcionadas para a atuação ao nível da energia de tração e da iluminação, tendo-se obtido uma poupança anual de 5.866 MWh (correspondente a uma poupança de 478.648 euros).

Ao nível da operação, é de referir que todo o material circulante do Metropolitano de Lisboa é de última geração e é energeticamente eficiente, tendo a capacidade de converter energia cinética, durante a desaceleração, em energia elétrica.

Desenvolvimento sustentável:
No sentido de criar valor para o acionista, o ML focaliza-se muito na orientação para o cliente, presente na missão da empresa, de prestar um serviço de transporte público de passageiros orientado para o cliente e promovendo a mobilidade sustentável, assim como nos valores e políticas seguidas pela empresa.

Para o aumento da produtividade da empresa foi implementado o projeto "Menos absentismo – Mais produtividade", anteriormente referido no capítulo 1.2.6 "Absentismo", cujos primeiros resultados já se começaram a notar. Também a utilização da ferramenta PLAGO, para planeamento de recursos e gestão da operação, em conjunto com a flexibilização do tempo máximo de condução, permitiu um aumento do tempo médio de condução por maquinista.

Com o objetivo de minimizar a exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais cumpriram-se, no decorrer de 2011, todos os procedimentos de avaliação de impacte ambiental previstos.

Esteve em curso a fase de pós-avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de avaliação de impacte ambiental), com o envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos relatórios de acompanhamento ambiental e dos relatórios de monitorização ambiental referentes aos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião;
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira.

Relativamente ao prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e S. Sebastião, em dezembro de 2011 a Agência Portuguesa do Ambiente informou o Metropolitano de Lisboa que foi demonstrado o cumprimento das disposições da declaração de impacte ambiental e implementadas atempadamente as necessárias ações conducentes à alteração das situações que necessitavam de ser corrigidas.

No respeitante ao prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira, em novembro de 2011 a Agência Portuguesa do Ambiente realizou uma visita a este empreendimento, onde se procedeu à explicação técnica sobre a obra realizada e à apresentação do balanço do acompanhamento ambiental da fase de construção deste projeto, com indicação das medidas de minimização implementadas, bem como da monitorização ambiental realizada, no âmbito do exigido em sede de avaliação de impacte ambiental.

Esta fase de pós-avaliação foi consubstanciada no acompanhamento ambiental das respetivas empreitadas de construção.

No respeitante à fase de construção dos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos estudos de impacte ambiental e/ou exigidas pelas respetivas declarações de impacte ambiental, para os casos dos projetos com avaliação de impacte ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos cadernos de encargos dessas empreitadas.

Linha Azul

- Empreitada n.º 671/07-ML – "Conceção/construção dos toscos do prolongamento entre a estação Amadora Este e a estação Reboleira, da linha Azul do Metropolitano de Lisboa E.P." (fecho da empreitada);
- Empreitada n.º 684/09-ML – "Execução de intervenções para garantia de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida – toscos, acabamentos, baixa-tensão e telecomunicações, AVAC e bombagem - às estações Colégio Militar e Baixa-Chiado, da linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." (início da empreitada).

Linha Verde

- Empreitada n.º 657/05-ML – "Ampliação/remodelação (toscos/acabamentos, BT e telecomunicações) da estação do Areeiro, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P.".

Linha Vermelha

- Empreitada n.º 683/09-ML – "Execução dos arranjos exteriores do prolongamento Alameda/S. Sebastião, da linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." (fecho da Empreitada);
- Empreitada n.º 644/04-ML – "Execução dos toscos do prolongamento da linha Vermelha, Oriente/Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P." (fecho da empreitada);
- Empreitada n.º 685/09-ML – "Execução dos acabamentos e instalações especiais da linha Vermelha entre o Aeroporto e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.";
- Empreitada – "Instalação de via nos troços Oriente/Aeroporto e integração com a rede existente do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." (fecho da empreitada);
- Empreitada – "Fornecimento e aplicação de sistemas de isolamento anti vibratório nos troços Oriente/Aeroporto" (fecho da empreitada).

Outros projetos

- Empreitada n.º 686/09-ML – "Construção das infraestruturas portuárias para melhoramento da operacionalidade do molhe oeste da Doca da Marinha no Terreiro do Paço" (fecho da empreitada);
- Empreitada n.º 663/06-ML – "Execução dos toscos, acabamentos, baixa tensão, telecomunicações e AVAC do novo terminal fluvial, no Interface do Terreiro do Paço" (fecho da 1ª fase da empreitada).

Promoção da proteção ambiental

Como forma de promover a proteção ambiental, realizaram-se em 2011 as seguintes ações:

- Aplicação da política dos 4 Rs – Reduzir, Reutilizar, Recuperar e contribuir para a Reciclagem;
- Definição de diretrizes a aplicar à atividade do Metropolitano de Lisboa, no âmbito do processo de gestão energética, que promovam a sua eficiência energética, através da racionalização de consumos e redução de emissões de CO_2, e a implementação de exigências legais nesta matéria;
- Adoção dos seguintes procedimentos ambientais ao nível da expansão da rede:
  a) Desenvolvimento dos Estudos de Impacte Ambiental no âmbito dos novos prolongamentos, em fase de estudo prévio ou de projeto de execução;
  b) Desenvolvimento e acompanhamento dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental dos novos prolongamentos sujeitos a este procedimento;
  c) Desenvolvimento dos relatórios de conformidade ambiental do projeto de execução no caso dos novos prolongamentos que foram sujeitos aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em fase de estudo prévio;
  d) Realização do acompanhamento ambiental de todas as empreitadas de construção, de modo a assegurar a implementação das medidas de minimização recomendadas nos cadernos de encargos e/ou no âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Desenvolvimento de estudos específicos, nomeadamente em matéria de ruído e vibrações, de modo a salvaguardar a atenuação dos impactes ambientais negativos associados à exploração das infraestruturas existentes no Metropolitano de Lisboa.

Como contributo para a inclusão social, deram-se os primeiros passos para a implementação de um projeto de responsabilidade social – "Metro consigo" – que visa o envolvimento, de forma voluntária, dos colaboradores da empresa em ações que permitem reforçar o espírito de equipa, fazendo o bem de forma desinteressada, estreitar os laços com a comunidade e contribuir para o bem comum.

Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

O ML disponibiliza um serviço de utilidade pública de transporte de passageiros de grande capacidade, com elevados padrões de segurança e qualidade. Tem 52 estações, opera num horário alargado – das 06h30m à 01h00m – e pratica tarifas reduzidas para determinados grupos: crianças, 3ª idade, reformados e pensionistas e estudantes até aos 23 anos.

Garante a mobilidade para pessoas de mobilidade condicionada através da disponibilização, na maioria das suas estações, de meios mecânicos de ligação da superfície aos átrios das estações e destes aos cais das estações.

Como forma de ajudar a promover a utilização do transporte público/metro como a melhor alternativa de transporte junto dos mais diversos públicos, contribuindo para uma mobilidade sustentável e melhorando a qualidade de vida dos seus clientes, foram comemoradas várias efemérides junto dos nossos clientes, como foi o caso do Dia dos Namorados, Dia Mundial da Criança, Natal no Metro, através de atuações nas estações e instalações do Metropolitano (ex. Auditório Alto dos Moinhos), e ações de dinamização no Facebook.

10 Órgão autónomo com estatuto próprio.

Para além disso, continuou-se a prospeção e angariação de novas parcerias estratégicas para os clientes do cartão Lisboa Viva, no sentido de gerar valor ao cliente, oferecendo vantagens úteis e práticas aos seus utilizadores.

2.7.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via da investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

A política de empresa garante o apoio à investigação e desenvolvimento sustentado numa permanente abertura à mudança e à inovação, sendo neste âmbito de referir o envolvimento da empresa em diversos projetos internacionais anteriormente referidos no capítulo 1.1.6. "Relações internacionais".

2.7.7. Planos de ação para o futuro

Na sequência da assinatura do acordo de revogação do contrato celebrado com o acionista, relativo ao regime transitório de financiamento da prestação de serviço público, será celebrado um novo contrato, em 2012, que terá por objeto a definição das condições de prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros compreendido no seu objeto social e, consequentemente, as compensações financeiras correspondentes a pagar pelo Estado Português, no período compreendido entre os anos 2012 e 2019.

Consciente da realidade do país e da necessidade do ML prestar um serviço público de transporte de passageiros, importa desenvolver a atividade centrada no esforço de racionalização e otimização de meios, nomeadamente através da maximização da eficiência operacional e redução da estrutura de custos, não desvalorizando, antes pelo contrário, a ambição em potenciar receitas, elementos fundamentais à sustentabilidade da empresa.

Deste modo, no quadro financeiro restritivo atual, o ML prosseguirá com o modelo de gestão já encetado, que se consubstancia na oferta de um serviço eficiente, segundo elevados padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental, promotor de estruturas de gestão simplificadas indutoras de custos operacionais reduzidos.

É neste enquadramento que se irá inserir o Plano Plurianual de Promoção de Eficiência do Conselho de Administração, em desenvolvimento, o qual contemplará um conjunto de ações que se adequem à especificidade da realidade do ML, visando assim a melhoria dos resultados da Empresa.

2.8. Cumprimento dos princípios de bom governo

O ML tem vindo a implementar as ações necessárias para o cumprimento dos princípios de bom governo emanados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

No âmbito do novo modelo de governo do SEE, o ML tem atuado num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

2.9. Código de ética

Desde o dia 1 de julho de 2006 que existe o "Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.", que se aplica a todos as pessoas que trabalhem ou prestem serviços ao ML, quer por via de contrato de trabalho, quer por via de contrato de prestação de serviços, contrato de estágio e, ainda, por via de uma relação de mandato. Deve ser igualmente observado pelos colaboradores das sociedades que estejam numa relação de grupo com o ML, seja por via de uma relação de domínio ou de simples participação.

Decorridos mais de 5 anos sobre a sua entrada em vigor está a ser concluída uma revisão, iniciada ainda em 2011, ao Código de Ética e de Conduta, considerada necessária por terem ocorrido, durante esse período, mudanças organizacionais e de planeamento estratégico da empresa que conduziram a uma desatualização em alguns aspetos, e também como resultado da experiência e aprendizagem adquiridas com a sua aplicação.

2.10. Riscos relevantes para a empresa

Os riscos relevantes para a empresa são de ordem operacional, ambiental e financeira e encontram-se identificados no capítulo 2.7.4 "Identificação dos principais riscos para atividade e para o futuro da empresa".

Como trabalho prévio, preparatório, realizado em 2011, está em vias de lançamento a criação de um Sistema de Gestão de Risco (SGR) na empresa, que se espera estar operacional até ao fim de 2012, sistema esse que, conforme é determinado na referida RCM (nº 49/2007), irá "abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa".

2.11. Conflitos de interesse

Os membros dos órgãos sociais abstiveram-se de intervir nas decisões que envolveriam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Para além disso, no início do mandato, os membros declararam ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças, não deterem participações patrimoniais na empresa, bem como quaisquer relações relevantes que mantinham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

2.12. Divulgação de informação

	Divulgação			Comentário
Informação a constar no site do SEE	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Ficha síntese da Empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrigações do serviço público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Identificação dos órgãos sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e transações:				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de ética e de conduta	X			
Informação financeira histórica e atual	X			
Esforço financeiro do Estado	X			

	Divulgação			Comentário
Informação a constar no site da empresa	S	N	N.A.	
Existência de site	X			
Historial, visão, missão e estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificação de sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade económica, social e ambienta	X			
Código de ética e de conduta	X			
Relatório e contas	X			
Provedor do cliente	X			

Legenda:

S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

3.
Cumprimento das restantes obrigações legais

3.1. Objetivos de gestão

A explicitação dos objetivos a que a empresa se propôs com a assinatura do contrato com o Estado Português "Regime Transitório de Financiamento da Prestação de Serviço Público" encontra-se no capítulo 2.7.2. "Grau de cumprimento das metas fixadas". O nível de cumprimento dos mesmos é apresentado no quadro constante no final deste capítulo.

3.2. Risco financeiro

	Cumprido			Descrição
Gestão de risco financeiro (Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro)	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Empréstimos bancários de curto prazo e médio-longo prazo; empréstimos DGTF; operações Schuldschein; leasing financeiro e operacional; emissões obrigacionistas.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Taxa de juro variável, fixa, fixa revisível.
Diversificação de entidades credoras	X			Várias instituições financeiras nacionais e internacionais.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo curto em médio-longo prazo, em condições favoráveis	X			
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (*all-in-cost*) da operação	X			Os financiamentos disponibilizados pelo Estado a médio-longo prazo têm um custo financeiro atrativo face às atuais condições de mercado, dispensando a prestação de garantias reais e outras cláusulas restritivas.
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiando de fundos comunitários e de capital próprio	X			A empresa procura maximizar a percentagem de comparticipação por produtos nacionais e comunitários.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos Relatórios e Contas				
Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Ponto 4.1 do relatório
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Idem
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em termos descritivos.
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	X			De acordo com o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro.

Legenda:

S – Sim
N – Não
N.A. – Não Aplicável

3.3. Prazo médio de pagamento

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa "Pagar a tempo e horas", com o objetivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Un: n.º dias

Prazo médio de pagamentos (PMP)	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Ano 2009	56	61	61	65
Ano 2010	75	85	101	115
Ano 2011	109	115	108	128

Em 31/12/2011, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, encontravam-se em atraso os pagamentos abaixo descritos:

Un: €

Pagamentos em atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e seviços	0	3 736 654	340 388	1 078 657	1 265 838
Aquisições de capital	0	2 651 676	1 360 058	6 442 880	6 403 643
Saldo em dívida (total)	0	6 388 331	1 700 446	7 521 537	7 669 481

Os saldos em dívida com elevada antiguidade derivam da execução das empreitadas relacionadas com a execução do plano de expansão da rede.

3.4. Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, foi prestada informação atempada, através do envio à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes documentos:

- Planos de atividade anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

3.5. Recomendações do acionista

As contas de 2010 do ML ainda não se encontram aprovadas.

3.6. Remunerações

No ano de 2011 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2011, em todas as suas vertentes.

Assim, não obstante se mantenham formalmente em vigor as mesmas remunerações de 2009 constantes dos acordos de empresa que se encontram publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, quer em 2009, quer em 2010 (embora em 2010 não tenham sido efetuadas quaisquer alterações às remunerações de 2009), as retribuições pagas pela empresa foram objeto das reduções remuneratórias legalmente previstas.

3.7. Prémios de gestão

Os membros do Conselho de Administração do ML não auferem, nem nunca auferiram, remunerações variáveis ou prémios de gestão, pelo que não houve lugar à atribuição dos mesmos conforme instruções recebidas através de Despacho de 25 de março de 2010 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, comunicado através do Ofício Circular n.º 2590, de 26 de março de 2010.

3.8. Normas de contratação pública

Os procedimentos adotados em termos de normas de contratação pública encontram-se descritos no capítulo 2.4. "Outras transações". Foi dado cumprimento a todas as obrigações legais.

3.9. Racionalização de políticas de aprovisionamento

Ainda em 2010 o ML aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, dando cumprimento a uma medida de racionalização de políticas de aprovisionamento entretanto definida no Plano de Estabilidade e Crescimento.

3.10. Limites de acréscimo de endividamento

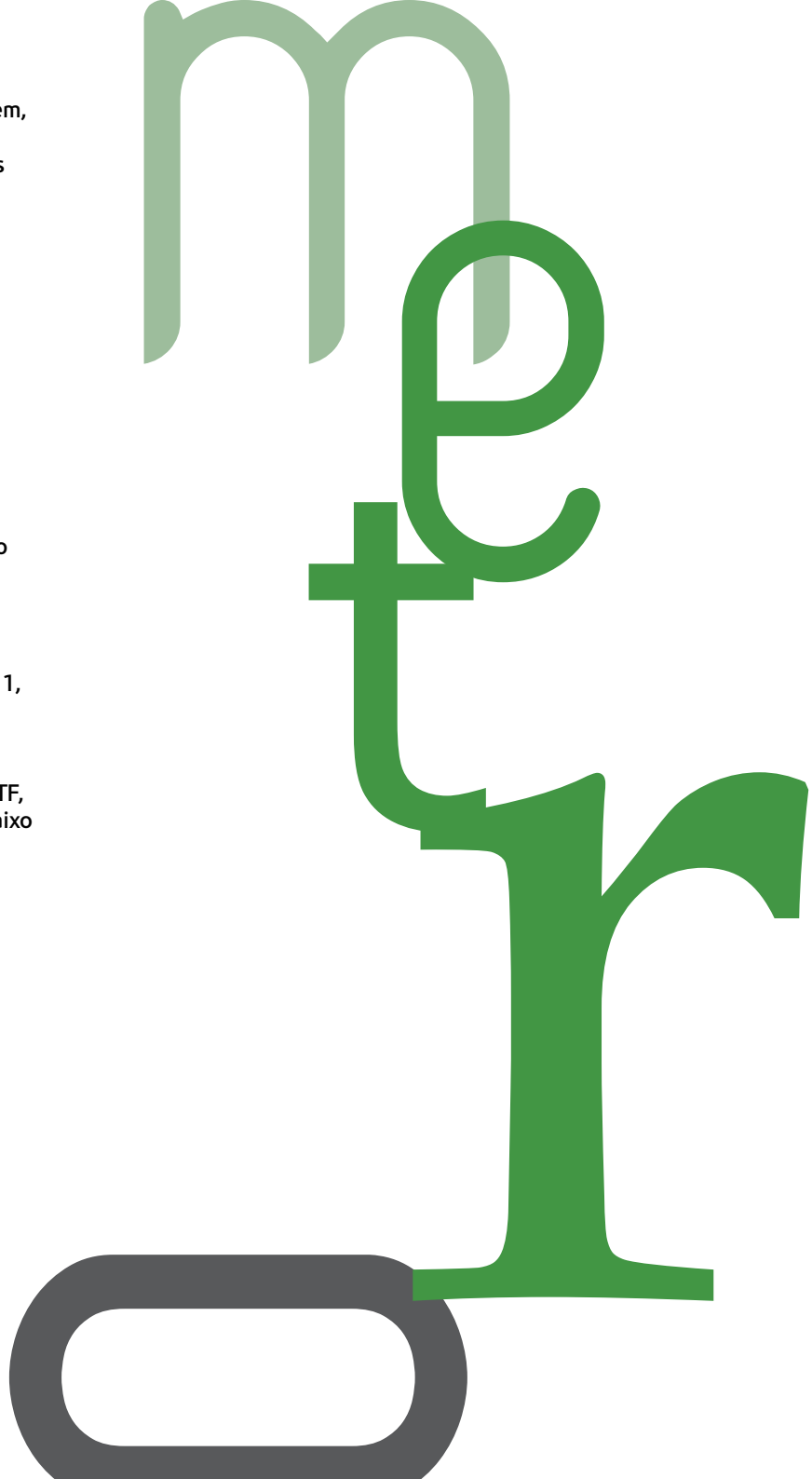
Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2011, definidos no PEC (aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de abril), e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF, de 01 de junho, comunicado pelo Ofício Circular n.º 4348, de 01 de junho de 2010, da DGTF, foram cumpridos. A dívida remunerada teve um acréscimo abaixo da meta de 6% definida pelo Governo, situando-se nos 4,1%.

3.11. Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos sociais foi objeto das reduções salariais constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2011, o que vem refletido no capítulo relativo às respetivas remunerações.

3.12. Princípio da unidade de tesouraria do Estado

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais.



3.13. Quadro resumo

Cumprimento das orientações legais		Cumprimento S	Cumprimento N	Cumprimento N.A.	Quantificação	Justificação
Objetivos de gestão						
Objetivo 1: Garantir oferta adequada		X			Intervalos entre comboios definidos no contrato com o Estado Português.	
Objetivo 2: Praticar tarifário a preços controlados		X			Aumento anual de tarifas >= 2%.	
Objetivo 3: Assegurar transporte gratuito ou com preços bonificados		X			De acordo com a legislação em vigor.	
Objetivo 4: Garantir segurança, eficiência e qualidade		X				
Objetivo 5:						
Total gastos operacionais	161 x 10^6 €	X			151,4 x 10^6 €	
Total receitas operacionais	139 x 10^6 €	X			137,4 x 10^6 € * sem ajustamento tarifário 143,8 x 10^6 € * com ajustamento tarifário	
Receitas (sem ICs)	97 x 10^6 €	X			95,4 x 10^6 € * sem ajustamento tarifário 101,9 x 10^6 € * com ajustamento tarifário	
Procura	827 x 10^6 pkm	X			864 x 10^6 pkm	
Gestão do risco financeiro		X				
Evolução do PMP a fornecedores			X			
Atrasos nos pagamentos (arrears)			X			
Deveres especiais de informação		X				
Recomendação do acionista na aprovação de contas						
–						
Remunerações						
Não atribuição de prémios de gestão		X			–	
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010		X			44 588,46 €	
Órgãos sociais – redução de 5% por aplicação art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010		X			23 474,96 €	
Auditor externo – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010		X			1 589,38 €	–
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei n.º 55-A/2010		X			3 200 625,76 €	
Contratação pública						
Normas de contratação pública		X				
Normas de contratação pública pelas participadas		X				
Adesão ao sistema nacional de compras públicas		X				
Limites de crescimento do endividamento		X				
Plano de redução de custos						
Gastos com pessoal		X			78,8 x 10^6 €	
Fornecimentos e serviços externos		X			28,1 x 10^6 € **	
Princípio da unidade de tesouraria		X				

* A previsão das receitas no contrato de gestão teve como pressuposto que o ML seria ressarcido de uma verba de 6,5 milhões de euros em 2011 resultante do ajustamento da chave de repartição do passe social, o que não veio a ocorrer. Expurgado o respetivo valor verifica-se, à semelhança dos gastos operacionais, uma melhoria das receitas operacionais face ao contratado.

** Expurgado as rendas de leasing operacional.

Legenda:

S – Sim
N – Não
N.A. – Não Aplicável

4.
Economia e finanças

4.1. Balanço do ano

Demonstração do rendimento integral

O resultado líquido apurado no exercício de 2011 foi de -146 milhões de euros, o que equivale a uma melhoria de 1,5% face ao resultado registado no ano anterior. Esta evolução positiva resulta exclusivamente do bom comportamento da vertente operacional, que registou uma variação positiva de 26,4%, equivalente a 25,3 milhões de euros, já que o resultado financeiro se agravou em 23,2 milhões de euros para 75,2 milhões de euros.

O resultado operacional antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos registou igualmente uma evolução fortemente favorável, passando de -64,0 milhões de euros em 2010 para -39,2 milhões de euros em 2011, e se expurgado das componentes sem impacto em termos de fluxos financeiros (imparidades, provisões e variações de justo valor), o EBITDA atingiu, pela primeira vez na história recente da empresa, um valor positivo de 4,6 milhões de euros.

A taxa de cobertura dos gastos operacionais globais pelos rendimentos operacionais aumentou 11,4%, para 65,8%.

Un: €

Rendimentos e gastos		Períodos		Variação	
		2011	2010	Valor	%
Vendas e serviços prestados	+	67 682 780	64 039 465	3 643 315	5,7%
Subsídios à exploração	+	45 179 058	29 450 415	15 728 643	53,4%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	+	(1 101 105)	(2 965 395)	1 864 290	-62,9%
Trabalhos para a própria entidade	-	5 113 390	3 508 747	1 604 643	45,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(2 166 757)	(2 606 599)	439 841	-16,9%
Fornecimentos e serviços externos	-	(38 156 119)	(38 674 372)	518 253	-1,3%
Gastos com pessoal	-/+	(78 836 976)	(87 656 930)	8 819 954	-10,1%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	(50 000)	(180 000)	130 000	-72,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	160 464	(57 335)	217 799	-379,9%
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	9 393 781	12 216 471	(2 822 690)	-23,1%
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	(53 373 171)	(44 096 566)	(9 276 605)	21,0%
Outros rendimentos e ganhos	+	8 539 201	5 366 251	3 172 950	59,1%
Outros gastos e perdas	-	(1 615 732)	(2 294 217)	678 485	-29,6%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	(39 231 186)	(63 950 065)	24 718 879	38,7%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(31 373 677)	(32 220 190)	846 513	-2,6%
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	(166 518)	63 584	(230 102)	-361,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(70 771 381)	(96 106 670)	25 335 289	26,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	+	13 072	264 762	(251 690)	-95,1%
Juros e gastos similares suportados	-	(75 177 668)	(52 278 165)	(22 899 503)	43,8%
Resultado antes de impostos	=	(145 935 977)	(148 120 073)	2 184 096	1,5%
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(116 302)	(217 174)	100 872	-46,4%
Resultado liquido do período	=	(146 052 279)	(148 337 248)	2 284 969	1,5%

Rendimentos operacionais	136 068 674	114 644 933	21 423 741	18,7%
Gastos operacionais	(206 840 055)	(210 751 604)	3 911 549	-1,9%
Resultado operacional	(70 771 381)	(96 106 670)	25 335 289	26,4%
EBITDA	4 637 740	(31 832 634)	36 470 375	114,6%
Resultado financeiro	(75 164 596)	(52 013 403)	(23 151 193)	-44,5%
Resultado líquido	(146 052 279)	(148 337 247)	2 284 969	1,5%
Rendimentos operacionais/Gastos operacionais	65,78%	54,40%	11,39%	

Resultado operacional

A evolução positiva do resultado operacional ficou a dever-se à combinação de um crescimento dos rendimentos operacionais em 21,4 milhões de euros (+18,7%), com uma redução dos gastos da mesma natureza em 3,9 milhões de euros (-1,9%), com um contributo positivo de todas as rubricas de gastos com exceção da referente a variações de justo valor.

Un: €

Rendimentos e gastos		Períodos 2011	Períodos 2010	Variação Valor	Variação %
Rendimentos operacionais					
Vendas e serviços prestados	+	67 682 780	64 039 465	3 643 315	5,7%
Subsídios à exploração	+	45 179 058	29 450 415	15 728 643	53,4%
Trabalhos para a própria entidade	+	5 113 390	3 508 747	1 604 643	45,7%
Imparidade de dívidas a receber e ativos depreciáveis (perdas/reversões)	+	160 464	63 584	96 880	152,4%
Provisões (aumentos/reduções)	+	9 393 781	12 216 471	(2 822 690)	-23,1%
Outros rendimentos	+	8 539 201	5 366 251	3 172 950	59,1%
Total		136 068 674	114 644 933	21 423 741	18,7%
Gastos operacionais					
Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e participadas	-	(1 101 105)	(2 294 217)	1 193 112	-52,0%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(2 166 757)	(2 606 599)	439 842	-16,9%
Fornecimentos e serviços externos	-	(38 156 119)	(38 674 372)	518 253	-1,3%
Gastos com pessoal	-	(78 836 976)	(87 656 930)	8 819 954	-10,1%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização e provisões	-	(31 590 195)	(32 220 190)	629 995	-2,0%
Aumentos/Reduções de justo valor	-	(53 373 171)	(44 096 566)	(9 276 605)	21,0%
Outros gastos e perdas	-	(1 615 732)	(3 202 730)	1 586 998	-49,6%
Total		(206 840 055)	(210 751 604)	3 911 549	-1,9%
Resultado operacional		(70 771 381)	(96 106 671)	25 335 289	26,4%
EBITDA		4 637 740	(31 832 634)	36 470 375	114,6%
Rendimentos operacionais/Gastos operacionais		65,78%	54,40%	11,39%	

Rendimentos operacionais

Os rendimentos operacionais registaram uma evolução positiva de 18,7%, equivalente a 21,4 milhões de euros, registando um comportamento positivo em todas as suas rubricas.

As vendas e serviços prestados registaram um aumento de 5,7%, para os 67,7 milhões de euros. Este valor inclui não apenas as receitas diretas do serviço de transporte, no valor de 63,8 milhões de euros, como também receitas provenientes dos contratos de concessão relativos a espaços comerciais e publicitários e de aluguer de fibra ótica, no valor de 1,7 e 1,0 e 0,6 milhões de euros respetivamente. Se consideradas como receitas de tráfego as compensações à empresa pelos descontos efetuados ao abrigo dos programas 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp, então o valor das vendas e prestação de serviços terá ultrapassando os 70,7 milhões de euros.

Os trabalhos para a própria entidade registaram um crescimento de 1,6 milhões de euros decorrentes do processo de conclusão das obras de expansão da rede, que contaram com um reforço dos meios humanos afetos à fiscalização e acompanhamento das diversas empreitadas ainda em curso.

A rubrica "Subsídios à exploração" registou um crescimento de 53,4%, para os 45,2 milhões de euros, na sequência do pagamento, pelo Estado, das compensações devidas ao Metropolitano de Lisboa pelo serviço de transporte público de passageiros prestado no ano.

Este crescimento foi particularmente expressivo no que diz respeito à componente da indemnização compensatória, com um crescimento de 58,5% para os 42,0 milhões de euros, assistindo-se igualmente a um aumento de 0,095 milhões de euros dos valores recebidos como compensação pelos descontos tarifários efectuados pela empresa referentes aos programas 4_18@escola.tp e sub23@superior.tp.

De referir que em 2011 a empresa voltou a ser beneficiária de compensações decorrentes da implementação do programa de apoio integrado a idosos (PAII), no valor de 0,1 milhões de euros.

Un: €

		Períodos		Variação	
Rendimentos operacionais		2011	2010	Valor	%
Vendas e serviços prestados	+	67 682 780	64 039 465	3 643 315	5,7%
Subsídios à exploração	+	45 179 058	29 450 415	15 728 643	53,4%
Trabalhos para a própria entidade	+	5 113 390	3 508 747	1 604 643	45,7%
Imparidade de dívidas a receber e ativos depreciáveis (perdas/reversões)	+	160 464	63 584	96 880	152,4%
Provisões (aumento/reduções)	+	9 393 781	12 216 471	(2 822 690)	-23,1%
Outros rendimentos	+	8 539 201	5 366 251	3 172 950	59,1%
Total		136 068 674	114 644 933	21 423 741	18,7%

Un: €

	Períodos		Variação	
Subsídios à exploração	2011	2010	Valor	%
Indemnização compensatória	42 000 000	26 502 996	15 497 004	58,5%
PAII – Programa de apoio integrado a idosos	136 409	–	136 409	100,0%
Passe 4_18@escola.tp	1 012 918	952 817	60 101	6,3%
Passe sub_23@superior.tp	2 029 731	1 994 602	35 130	1,8%
Total	45 179 058	29 450 415	15 728 643	53,4%

Gastos operacionais

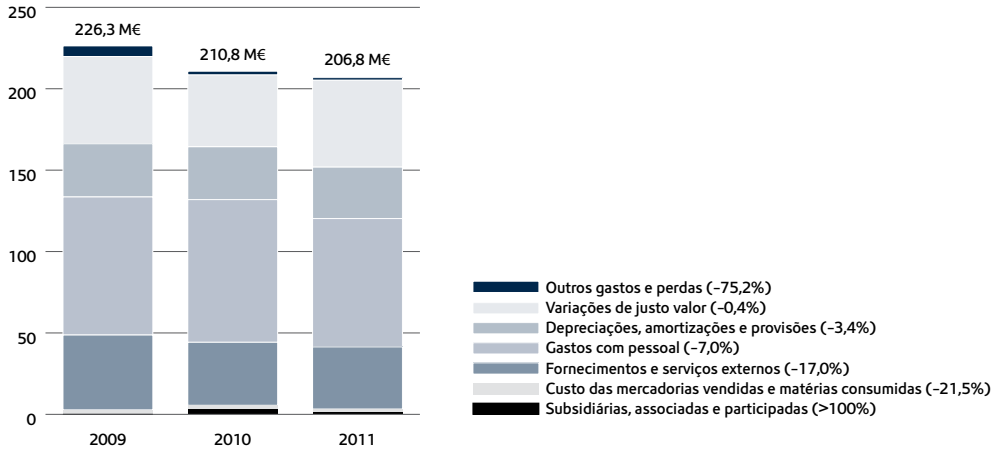
No que diz respeito aos gastos operacionais, foram aprofundadas ao longo de 2011 práticas de contenção de custos que resultaram numa redução deste agregado em 3,9 milhões de euros.
À semelhança do que aconteceu com as rubricas de ganhos operacionais, em que todas as componentes contribuíram para o seu crescimento, também ao nível dos custos o comportamento das suas diversas rubricas contribuiu para o resultado final, com exceção da componente de variação de justo valor, ligados à evolução da valorização dos instrumentos de cobertura de risco financeiro.

A comparação direta entre o nível de gastos existente em 2009 e o nível alcançado em 2011 revela um decréscimo de 9,4% em termos globais, ou de 12,5% se retirado o efeito já referido da variação do justo valor dos IGRF.

Un: €

	Períodos			Variação	
Gastos operacionais	2011	2010	2009	Valor	%
Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e participadas –	(1 101 105)	(2 965 395)	0	1 864 290	-62,9%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas –	(2 166 757)	(2 606 599)	(2 760 318)	439 841	-16,9%
Fornecimentos e serviços externos –	(38 156 119)	(38 674 372)	(45 957 684)	518 253	-1,3%
Gastos com pessoal –	(78 836 976)	(87 656 930)	(84 811 329)	8 819 954	-10,1%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização e provisões –	(31 590 195)	(32 457 525)	(32 690 716)	867 330	-2,7%
Aumentos/reduções de justo valor –	(53 373 171)	(44 096 566)	(53 593 257)	(9 276 605)	21,0%
Outros gastos e perdas –	(1 615 732)	(2 294 217)	(6 518 871)	678 485	-29,6%
Total	(206 840 055)	(210 751 604)	(226 332 175)	3 911 549	-1,9%

Evolução dos gastos operacionais
(2009/2011)



Individualmente, destaca-se as reduções de 17% ao nível dos fornecimentos e serviços externos e de 21,5% no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

No entanto a comparação direta não leva em consideração o facto de os custos do ano de 2009 refletirem apenas parcialmente o aumento da oferta ocorrido nesse ano, com a abertura do troço Alameda/S. Sebastião, nem o aumento de 24,6% do custo unitário da energia.

Analisando agora o comportamento individual das diversas rubricas, será de referir que redução das "Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e participadas" reflete essencialmente a evolução da participada Ferconsult, S.A., em que foram adotadas fortes medidas de contenção de custos e desenvolvida uma aposta na diversificação para mercados externos no ramo de prestação de serviços de conceção, desenvolvimento e fiscalização de infraestruturas na área dos transportes. As participações na Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A. e Publimetro – Publicidade em Meios de Transportes e Outros, S.A. registaram evoluções negativas expectáveis decorrentes da redução da atividade económica em setores pró-cíclicos.

A redução verificada na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no corrente exercício foi de 0,5 milhões de euros, bastante inferior à redução de 7,3 milhões de euros verificada em 2010. O principal contributo para esta redução veio dos serviços especializados, com uma redução de 3,0 milhões de euros. Em contrapartida, verificou-se novo agravamento dos custos com energia em 1,2 milhões de euros e de serviços diversos em 1,3 milhões de euros.

Na análise mais detalhada da rubrica de "Serviços especializados" destaque para as reduções alcançadas nas rubricas de conservação e reparação, fruto da entrada em vigor dos novos contratos de manutenção completa de escadas rolantes e elevadores, e que substituíram os anteriores contratos de manutenção simples com vantagens em termos de disponibilidade dos equipamentos e de custo unitário, bem como a nova redução do valor suportado a título de vigilância e segurança, fruto da otimização dos serviços prestados. Também ao nível da publicidade se assistiu a uma redução significativa dos montantes gastos.

Já no que diz respeito à evolução da rubrica de serviços diversos, que registou um agravamento de 1,3 milhões de euros, verifica-se que a mesma se ficou a dever exclusivamente ao impacto dos juros suportados nos contratos de leasing de material circulante, tendo as restantes componentes evidenciado reduções assinaláveis.

Un: €

	Períodos		Variação	
Fornecimento e serviços externos	2011	2010	Valor	%
Serviços especializados	12 792 744	15 745 966	(2 953 222)	-18,8%
Materiais	230 758	266 566	(35 808)	-13,4%
Energia e fluidos	9 368 246	8 196 279	1 171 967	14,3%
Deslocações, estadas e transportes	564 307	584 325	(20 018)	-3,4%
Serviços diversos	15 200 065	13 881 237	1 318 828	9,5%
Total	38 156 119	38 674 372	(518 253)	-1,3%

Un: €

	Períodos		Variação	
Serviços especializados	2011	2010	Valor	%
Conservação e reparação	4 611 898	5 408 785	(796 887)	-14,7%
Publicidade	200 565	650 044	(449 479)	-69,1%
Vigilância e segurança	6 198 377	7 831 461	(1 633 084)	-20,9%
Trabalhos especializados	1 470 136	1 523 037	(52 901)	-3,5%
Outros	311 768	332 638	(20 871)	-6,3%
Total	12 792 744	15 745 966	(2 953 222)	-18,8%

Un: €

	Períodos		Variação	
Serviços diversos	2011	2010	Valor	%
Rendas e alugueres de material circulante	10 049 327	8 492 522	1 556 805	18,3%
Limpeza	3 193 976	3 270 285	(76 310)	-2,3%
Outros	1 956 762	2 118 429	(161 667)	-7,6%
Total	15 200 065	13 881 237	1 318 828	9,5%

A evolução dos "Gastos com pessoal" foi determinada fundamentalmente pela aplicação das reduções salariais constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro), já que a redução do efetivo em 112 trabalhadores se concentrou no final do ano, o que originou um decréscimo menos acentuado do efetivo médio.

Ainda assim destaca-se a redução superior a 13,0% das principais componentes de "Gastos com pessoal" ("Remunerações" e "Taxa social única") e o crescimento dos valores gastos com complementos de pensões de reforma, que ultrapassaram em 2011 o valor suportado com a TSU dos trabalhadores no ativo e da rubrica de "Custos de ação social", que cresceram devido aos custos não recorrentes suportados com indemnizações com rescisões de contratos de trabalho no valor de 0,7 milhões de euros.

Os gastos com pessoal per capita decresceram 9,1% para os 47.636 euros/ano e a massa salarial per capita cerca de 12,1% para os 30.530 euros/ano.

Finalmente, apresenta-se de seguida a desagregação da rubrica de "Outros gastos operacionais", onde é igualmente patente o esforço de redução e racionalização de custos a todos os níveis. Destaque pela negativa para a componente de juros de mora suportados pela empresa.

Un: €

	2011		2010		Variação	
Gastos com pessoal	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Massa salarial	50 527 749		58 092 501		(7 564 752)	-13,0%
Remunerações	51 296 814	65,1%	59 043 526	67,4%	(7 746 712)	-13,1%
Taxa social única	11 461 619	14,5%	13 196 971	15,1%	(1 735 352)	-13,1%
Complemento de pensões de reforma	12 532 891	15,9%	12 216 471	13,9%	316 420	2,6%
Seguro de acidentes de trabalho	649 021	0,8%	845 674	1,0%	(196 654)	-23,3%
Custos de ação social	1 076 686	1,4%	1 132 460	1,3%	(55 774)	4,9%
Seguros de saúde	959 368	1,2%	962 977	1,1%	(3 609)	-0,4%
Indemnizações por despedimento	651 893	0,8%	0	0,0%	651 893	-
Fardamentos	189 703	0,2%	214 994	0,2%	(25 291)	-11,8%
Formação	10 816	0,0%	42 172	0,0%	(31 356)	-74,4%
Outros gastos com pessoal	8 164	0,0%	1 684	0,0%	(6 481)	384,8%
Total	78 836 976	100,0%	87 656 930	100,0%	(8 819 954)	-10,1%
Efetivo médio	1 655		1 672		(17)	-1,0%
Gastos com pessoal *per capita*	47 636		52 426		(4 791)	-9,1%
Massa salarial *per capita*	30 530		34 744		(4 214)	-12,1%

Un: €

	Períodos		Variação	
Outros gastos	2011	2010	Valor	%
Taxas e impostos	251 761	314 553	(62 791)	-20,0%
Dívidas incobráveis de cliente	-	-	-	-
Perdas em inventários	237 844	88 225	149 618	169,6%
Perdas em ativos tangíveis	5 140	64 385	(59 245)	-92,0%
Correções de gastos com pessoal	30 725	176 223	(145 498)	-82,6%
Correções de gastos com fornecedores	161 438	306 157	(144 719)	-47,3%
Donativos	329 596	983 554	(653 958)	-66,5%
Multas fiscais	18 266	5 501	12 766	232,1%
Insuficiência de estimativa para impostos	70 730	81 496	(10 766)	-13,2%
Quotizações	110 470	104 459	6 011	5,8%
Ações de relações públicas	47 750	144 896	(97 146)	-67,0%
Juros de mora	335 441	6 090	329 351	5408,2%
Diferenças de câmbio	4 464	4 286	178	4,1%
Outros gastos	12 107	14 393	(2 286)	-15,9%
Total	1 615 732	2 294 217	(678 486)	-29,6%

Resultado financeiro

A evolução do resultado financeiro foi fundamentalmente determinada pelo crescimento dos custos com os juros suportados no serviço da dívida afeta à exploração, que cresceram 44,5% para os 75,2 milhões de euros, não apenas devido ao aumento das taxas de juro, mas igualmente pelo aumento do stock da dívida. A este propósito deve ser referido que, mercê da situação equilibrada atingida ao nível da exploração, os gastos financeiros acabam por explicar a quase totalidade do crescimento do passivo remunerado afeto à atividade de exploração.

Ativo

O total do "Ativo" atingiu os 492,7 milhões de euros, uma redução de 27 milhões de euros face ao ano anterior fundamentalmente devida à amortização anual dos ativos fixos tangíveis. O valor das participações financeiras registou um acréscimo decorrente da aquisição, pelo Metropolitano de Lisboa, da parte que não lhe pertencia na participada Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A., após obtenção das respetivas autorizações tutelares. Verificou-se ainda uma redução de "Outros ativos financeiros" no valor de 19,8 milhões de euros, devido essencialmente à utilização de um depósito a prazo apresentado como colateral de um financiamento bancário, na liquidação do mesmo.

Un: €

	Períodos		Variação	
Resultado financeiro	2011	2010	Valor	%
Aplicações financeiras	13 072	264 762	(251 690)	-95,1%
Gastos financeiros de exploração	(54 478 698)	(34 099 479)	(20 379 219)	59,8%
Gastos financeiros com I.F.G.R. – locação operacional	(7 596 917)	(5 253 316)	(2 343 601)	49,6%
Rendimento atribuido ao estudo atuarial	(13 102 053)	(12 925 370)	(176 684)	1,4%
Total	(75 164 596)	(52 013 403)	(23 151 193)	44,5%

Un: €

	Períodos			Variação	
Ativo	2011	2010	2009	Valor	%
Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração	–	–	–	–	–
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	313 674 776	340 442 884	369 938 850	(26 768 108)	-7,9%
Propriedades de investimento	399 796	406 086	413 636	(6 290)	-1,5%
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	15 935 246	11 805 563	11 451 336	4 129 683	35,0%
Outras contas a receber	12 445 631	12 455 669	12 955 669	(10 038)	-0,1%
Derivados	36 525 070	22 552 850	18 432 871	13 972 220	62,0%
Outros ativos financeiros	24 351 216	44 143 384	43 679 310	(19 792 168)	-44,8%
Total do ativo não corrente	403 331 735	431 806 436	456 871 672	(28 474 701)	-6,6%
Ativo corrente					
Inventários	1 845 086	1 564 236	1 516 625	280 850	18,0%
Clientes	5 083 804	5 315 645	2 051 532	(231 841)	-4,4%
Adiantamentos a fornecedores	11 482	56 154	57 921	(44 672)	-79,6%
Estado e outros entes públicos	3 797 633	2 859 146	6 088 285	938 487	32,8%
Outras contas a receber	21 440 527	33 359 303	22 210 651	(11 918 776)	-35,7%
Diferimentos	57 067 206	45 070 840	46 596 526	11 996 366	26,6%
Caixa e depósitos bancários	110 684	84 151	338 233	26 533	31,5%
Total do ativo corrente	89 356 423	88 309 475	79 109 773	1 046 948	1,2%
Total	492 688 158	520 115 911	535 981 445	(27 427 753)	-5,3%

Salienta-se ainda que foi possível reduzir o stock de outras contas a receber para níveis inferiores aos registados no ano de 2009, resultante do recebimento de 7,1 e 2,6 milhões de euros respetivamente da REFER e de empresas participadas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Desde 2010 o balanço da empresa passou a integrar uma linha referente à posição líquida da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD's). Esta atividade traduz o impacto de investimento realizado na rede de metropolitano por conta do Estado, bem como a sua forma de financiamento.

Uma vez que essa atividade é realizada por conta e ordem do Estado, foram apurados todos os ativos (na sua maioria infraestruturas) e passivos (na sua maioria financiamentos bancários e obrigacionistas avalizados pelo Estado), associados à mesma, pelo que o seu impacto na posição financeira do Metropolitano de Lisboa é nulo.

O detalhe da composição das ILD's, bem como dos recursos afetos ao seu financiamento é apresentado no quadro seguinte:

Un: €

	2011		2010		Variação	
Atividades com investimento em ILD's	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo tangível						
Infraestrutura de longa duração	2 670 562 262	65,7%	2 624 513 844	66,5%	46 145 418	1,8%
Custos departamentais	67 728 668	1,7%	63 263 304	1,6%	4 465 364	7,1%
Custos financeiros de imobilizado	301 314 351	7,4%	297 697 506	7,5%	3 616 845	1,2%
	3 039 605 281	74,8%	2 985 474 654	75,6%	54 130 627	1,8%
Ativo intangível	6 883 717	0,2%	6 871 622	0,2%	12 095	0,2%
Ativo circulante	-	0,0%	55 070 778	1,4%	(55 070 778)	-100,0%
Investimento realizado por conta do Estado	3 046 488 998	75,0%	3 047 417 054	77,2%	(928 056)	0,0%
Gastos de empréstimos	1 015 233 387	25,0%	901 828 074	22,8%	113 405 313	12,6%
Investimento realizado por conta do Estado	4 061 722 385	100,0%	3 949 245 128	100,0%	112 477 257	2,8%
Fornecedores e outras contas a pagar	(23 316 413)	0,6%	(29 027 889)	0,7%	5 711 476	-19,7%
Provisões para processos judiciais em curso	(1 691 252)	0,0%	0	-	(1 691 252)	-
Subsídios	(870 738 640)	21,4%	(856 614 314)	21,7%	(14 124 326)	1,6%
Financiamentos obtidos	(3 165 976 080)	77,9%	(3 063 602 925)	77,6%	(102 373 155)	3,3%
Total financiamento obtido por conta do Estado	(4 061 722 385)	100,0%	(3 949 245 128)	100,0%	(112 477 257)	2,8%
Saldo atividades de investimento com ILD's	-		-			

O valor do ativo tangível construído por conta do estado cresceu 1,8% para atingir os 3.039,7 milhões de euros, a que se devem adicionar cerca de 6,9 milhões de euros de intangíveis para se obter o valor do investimento realizado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta do Estado.

Os encargos com juros suportados acumulados correspondem a 1.316,5 milhões de euros (incluindo 301,3 milhões de euros de gastos financeiros imobilizados), o que corresponde já a 32,4% do total do Investimento realizado por conta do Estado.

A redução observada no ativo circulante diz respeito à utilização, no início de 2011, de parte dos fundos captados no final do ano anterior, através de uma emissão obrigacionista, para amortização de financiamentos intercalares contraídos e para financiamento do investimento do ano.

Em termos de financiamento obtido, verifica-se que 78% corresponde a empréstimos, no valor de 3.166,0 milhões de euros, sendo a segunda fonte de financiamento mais importante (21,5%) os subsídios, correspondendo a 870,7 milhões de euros. O peso dos fornecedores de imobilizado como fonte de financiamento diminuiu 19,7% para os 23,3 milhões de euros.

De salientar que com exceção de um tap adicional de 25 milhões de euros realizado em fevereiro de 2011 sobre a já referida colocação de obrigações realizada em 2010 junto de investidores privados, todo o restante financiamento obtido ao longo do ano de 2011 corresponde a empréstimos obtidos junto do Tesouro Português, que atingiram em 2011 os 613,9 milhões de euros (dos quais 508 milhões para financiamento das necessidades decorrentes do investimento em ILD's e a parte restante para amortização de empréstimos bancários de curto prazo nas respetivas datas de vencimento).

A análise das variações ocorridas permite observar qual a atividade desenvolvida no exercício, bem como as diferenças ao nível do financiamento obtido:

Un: €

	2011		2010		Variação	
Variações nas atividades com investimento em ILD's	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo tangível						
Infraestrutura de longa duração	46 048 418	40,9%	83 986 427	55,2%	(37 938 009)	-45,2%
Custos departamentais	4 465 364	4,0%	3 171 250	2,1%	1 294 114	40,8%
Custos financeiros de imobilizado	3 616 845	3,2%	3 681 496	2,4%	(64 651)	-1,8%
	54 130 627	48,1%	90 839 173	59,7%	(36 708 546)	-40,4%
Ativo intangível	12 095	0,0%	19 197	0,0%	(7 102)	-37,0%
Ativo circulante	(55 070 778)	-49,0%	3 996 460	2,6%	(59 067 238)	-1478,0%
Investimento realizado por conta do Estado	(928 056)	-0,8%	94 854 830	62,4%	(95 782 886)	-101,0%
Gastos de empréstimos	113 405 313	100,8%	57 196 704	37,6%	56 208 608	98,3%
Investimento realizado por conta do Estado	112 477 257	100,0%	152 051 534	100,0%	(39 574 278)	-26,0%
Fornecedores e outras contas a pagar	5 711 476	-5,1%	27 051 633	-17,8%	(21 340 157)	-78,9%
Provisões para processos judiciais em curso	(1 691 252)	1,5%	0	0,0%	(1 691 252)	-
Subsídios	(14 124 326)	12,6%	(46 444 240)	30,5%	32 319 914	-69,6%
Financiamentos obtidos	(102 373 155)	91,0%	(132 658 927)	87,2%	30 285 772	-22,8%
Total financiamento obtido por conta do Estado	(112 477 257)	100,0%	(152 051 534)	100,0%	39 574 278	-26,0%
Saldo atividades de investimento com ILD's	-		-			

Verifica-se que o valor do investimento realizado sofreu uma redução de 45,2% face ao registado no exercício de 2010, dentro da trajetória prevista na sequência da reformulação e recalendarização do plano de investimento da empresa, e da conclusão do presente ciclo de expansão da rede (para efeitos de comparação refira-se que em 2009 o volume de investimento em ILD's, atingiu os 150,2 milhões de euros).

Apesar desta redução, o valor dos custos departamentais (custos de estrutura suportados pelo Metropolitano de Lisboa e afetos à atividade de construção e gestão de ILD's) aumentou, uma vez que foram reforçados os meios humanos próprios da empresa no acompanhamento e fiscalização das empreitadas.

Observa-se ainda um crescimento substancial dos juros suportados, quer por força do acréscimo do stock de dívida, quer por via dos spreads suportados e do efeito líquido de cash-flow proveniente dos IGRF's.

Naturalmente que ao nível do financiamento, toda a evolução é marcada pela utilização dos fundos transitados de 2010 para a amortização de financiamentos intercalares e para o financiamento de parte das despesas de investimento do ano. No entanto, apesar da redução do nível de investimento a financiar e do desinvestimento em ativo circulante, verifica-se que a estrutura de financiamento do investimento em 2011 ficou mais dependente de financiamentos obtidos (91% das necessidades de 2011 contra 87,2% em 2010), embora como já foi referido, a quase maioria do financiamento obtido em 2011 ter tido origem em empréstimos do Tesouro português.

Capital próprio e passivo

O "Capital próprio" da empresa atingiu, no final de 2011, os 840,7 milhões de euros negativos, o que representa um agravamento de 27,7% face a 2010, determinado pelo resultado líquido negativo apurado no exercício, e pelos ajustamentos efetuados no capital próprio decorrentes do acréscimo do valor atual das responsabilidades com serviços passados no âmbito do estudo atuarial do plano de pensões.

Un: €

	Períodos			Variação	
Capital próprio e passivo	2011	2010	2009	Valor	%
Capital próprio					
Capital realizado	603 750 000	603 750 000	573 629 603	0	0,0%
Reservas legais	21 597	21 597	21 597	0	0,0%
Outras reservas	1 501 878	1 501 878	1 501 878	0	0,0%
Resultados transitados	(1 325 608 309)	(1 144 011 150)	(995 913 373)	(181 597 159)	15,9%
Outras variações no capital próprio	25 730 815	28 637 046	31 543 277	(2 906 231)	-10,1%
	(694 604 019)	(510 100 629)	(389 217 018)	(184 503 391)	36,2%
Resultado líquido do período	(146 052 279)	(148 337 248)	(146 977 271)	2 284 969	-1,5%
Total do capital próprio	(840 656 298)	(658 437 877)	(536 194 289)	(182 218 422)	27,7%
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	1 565 994	753 958	516 106	812 036	107,7%
Financiamentos obtidos	399 130 629	312 384 745	650 689 205	86 745 884	27,8%
Derivados	211 713 563	144 368 172	96 151 627	67 345 391	46,6%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	262 695 165	229 032 219	224 881 875	33 662 946	14,7%
Total do passivo não corrente	875 105 351	686 539 094	972 238 813	188 566 257	27,5%
Passivo corrente					
Fornecedores	9 794 472	7 803 720	7 775 585	1 990 752	25,5%
Estado e outros entes públicos	3 866 933	3 338 500	2 559 114	528 433	15,8%
Financiamentos obtidos	404 172 531	433 652 816	42 996 449	(29 480 285)	-6,8%
Outras contas a pagar	36 726 075	43 152 652	42 116 507	(6 426 577)	-14,9%
Diferimentos	3 679 094	4 067 006	4 489 266	(387 912)	-9,5%
Total do passivo corrente	458 239 105	492 014 694	99 936 921	(33 775 589)	-6,9%
Total do passivo	1 333 344 456	1 178 553 788	1 072 175 734	154 790 668	13,1%
Total do capital próprio e do passivo	492 688 158	520 115 911	535 981 445	(27 427 753)	-5,3%

Quanto à evolução do passivo afeto à exploração, constata-se que o mesmo registou um acréscimo de 13,1%, essencialmente decorrente da variação negativa do justo valor dos IGRF's (67,3 milhões de euros) e dos financiamentos obtidos (54,8 milhões de euros em termos líquidos).

Apesar de se terem agravado, ao longo do ano de 2011, as dificuldades no acesso aos mercados de capitais, o Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas para efeitos de contas nacionais, pode beneficiar de empréstimos do tesouro português para suprir as suas necessidades de refinanciamento de dívida bancária de curto prazo. Estes empréstimos foram objeto de consolidação, no final do ano, numa operação a 5 anos, que permitiu à empresa apresentar uma estrutura de financiamento mais equilibrada, com uma redução do passivo corrente em 6,9% por contrapartida de um acréscimo de financiamentos obtidos a médio e longo prazo.

Necessidades totais de financiamento

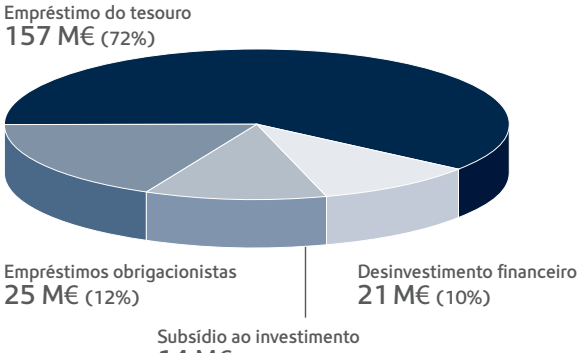
Como já foi referido anteriormente, o ano de 2011 ficará marcado na história da empresa como o ano em que foi invertido o persistente défice crónico da atividade operacional de transporte de passageiros. Esta realidade é particularmente evidente na observação do mapa de fluxos de caixa global (incluindo a atividade de construção de ILD's por conta do Estado e o respetivo financiamento), em que se observa que os fluxos financeiros ligados à atividade operacional cresceram 31,0 milhões de euros, dos 22,9 milhões de euros negativos para cerca de 8,1 milhões de euros positivos.

Esta evolução, a par de um decréscimo de 62,8 milhões de euros das necessidades decorrentes das atividades de investimento, permitiu a redução das necessidades líquidas de financiamento para 147,7 milhões de euros (-13,1%), embora em termos brutos se tivesse assistido a um acréscimo devido à liquidação, nas respetivas datas de vencimento, de grande parte da dívida bancária de curto prazo e a sua substituição por empréstimos do Tesouro Português. O valor do desinvestimento financeiro de 21 milhões de euros referido diz respeito à mobilização de um depósito que servia de colateral um financiamento bancário para pagamento parcial do respetivo crédito.

Un: €

	Período		Variação	
Necessidades de financiamento	2011	2010	Valor	%
Atividades operacionais	8 128 706	(22 912 795)	31 041 501	-135,5%
Atividades investimento	(64 998 301)	(127 782 201)	62 783 900	-49,1%
Amortizações:				
Empréstimos bancários	(455 810 718)	(198 657 800)	(257 152 918)	129,4%
Empréstimos obrigacionistas	(7 731 367)	(7 731 367)	0	0,0%
Leasing	(27 672 347)	(21 393 005)	(6 279 342)	29,4%
Juros e gastos similares	(175 858 271)	(88 794 765)	(87 063 506)	98,1%
Depósito a prazo (caução)	(671 566)	(277 735)	(393 831)	141,8%
Suprimentos concedidos	(5 138 645)	(3 319 621)	(1 819 024)	54,8%
Total das necessidades de financiamento	(729 752 509)	(470 869 289)	(258 883 220)	55,0%
Realização de aumentos de capital	0	30 120 397	(30 120 397)	-100,0%
Subsídios ao investimento	14 124 325	97 518 559	(83 394 234)	-85,5%
Depósitos a prazo	21 289 146	0	21 289 146	-
Novos empréstimos:				
Empréstimos bancários	613 932 000	312 808 903	301 123 097	96,3%
Empréstimos obrigacionistas	25 000 000	85 000 000	(60 000 000)	-70,6%
Juros e rendimentos similares	362 792	238 126	124 666	52,4%
Total dos financiamentos	674 708 263	525 685 985	149 022 278	28,3%
+/- das necessidade de investimento	(55 044 245)	54 816 696	(109 860 941)	
Depósito no IGCP para ILD's	55 070 778	(55 070 778)	110 141 556	
Variação dos saldos de caixa e bancos	26 533	(254 082)	280 615	

Fontes de financiamento em 2011



O valor dos subsídios ao investimento recebidos registou uma quebra assinalável, quer via PIDDAC, com uma redução de 25%, quer via fundos comunitários, a que não será alheio, quer o volume decrescente de investimento realizado, quer o elevado montante recebido em 2010, com base na despesa efetuada nos exercícios anteriores. Em 2010 verificou-se igualmente o efeito não recorrente da realização de um aumento de capital subscrito em 2002 destinado ao financiamento do programa de construção de infraestruturas.

Un: €

	Período		Variação	
Subsídios ao investimento em ILD's	2011	2010	Valor	%
Do Estado:				
PIDDAC	2 625 000	3 500 000	(875 000)	-25,0%
Dotações de capital	-	30 120 397	(30 120 397)	-100,0%
Subtotal	2 625 000	33 620 397	(30 995 397)	-92,2%
Fundos comunitários:				
Fundo de Coesão	11 429 981	94 018 558	(82 588 577)	-87,8%
Feder - QCA Transportes	69 345	-	69 345	-
Subtotal	11 499 326	94 018 558	(82 519 232)	-87,8%
Total	14 124 326	127 638 956	(113 514 629)	-88,9%

Evolução do passivo remunerado

Como já foi referido anteriormente, face a 2010 assistiu-se, em 2011 a um decréscimo acentuado das necessidades de financiamento, quer por via dos excedentes registados na atividade operacional, quer por via do controlo acrescido exercido ao nível da realização do programa de investimentos, e a conclusão do atual ciclo de expansão da rede.
Assim, constata-se que o endividamento global do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. registou, no exercício, um acréscimo de 4,1%, para se situar nos 3.969,3 milhões de euros, mas sendo esse crescimento claramente inferior ao limite de 6% imposto pelo Governo no âmbito do plano de estabilidade e crescimento (PEC). A causa do acréscimo de endividamento reside no peso dos encargos financeiros suportados com a divida histórica da empresa, que representaram 119,1% daquela variação.

Em termos de estrutura do passivo remunerado, destaque para o peso relativo dos empréstimos do Tesouro Português incluídos na rubrica "Outros de longo prazo", que asseguram 15,5% do total, por redução do financiamento bancário tradicional, em especial na vertente de curto prazo, e para o acréscimo do valor dos empréstimos obrigacionistas, por via do tap de 25 milhões de euros efetuado no início do ano. Em todas as restantes componentes, constata-se o efeito das amortizações anuais de acordo com os calendários contratados.

Em termos de maturidades, e após um ano de 2010 particularmente difícil em que o sistema financeiro nacional foi incapaz de apresentar alternativas de financiamento com prazos mais consentâneos com as necessidades da empresa em termos de construção de infraestruturas de longa duração, e do qual resultou um crescimento acentuado do peso relativo da componente de curto prazo, foi possível, em 2011, passar a contar com Empréstimo do Tesouro Português, concedidos por um prazo de 5 anos.

Embora esta maturidade seja naturalmente curta para a finalidade de construção de infraestruturas, poderá ser entendida como um passo intermédio na resolução do problema da dívida histórica da empresa em que o Estado se encontra empenhado. O prazo médio de endividamento "duration" situava-se, nos 8,0 anos, um decréscimo de 0,6 anos face a 2010.

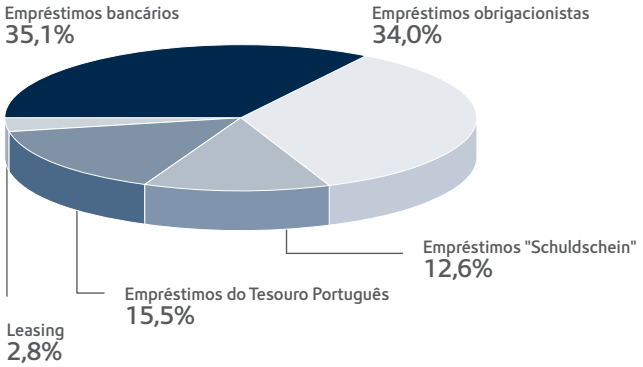
Un: €

	Período		Variação	
Passivo remunerado	2011	2010	Valor	%
Empréstimos obrigacionistas	1 348 656 837	1 331 388 204	17 268 633	1,3%
BEI	1 009 361 679	1 080 864 255	(71 502 576)	-6,6%
Outros longo prazo	613 932 000	170 000 000	443 932 000	261,1%
Schuldschein	500 000 000	502 000 000	(2 000 000)	-0,4%
Outros curto prazo	384 887 149	597 195 005	(212 307 856)	-35,6%
Leasing financeiro	112 446 077	130 691 028	(18 244 951)	-14,0%
Total	3 969 283 742	3 812 138 492	157 145 250	4,1%

Un: €

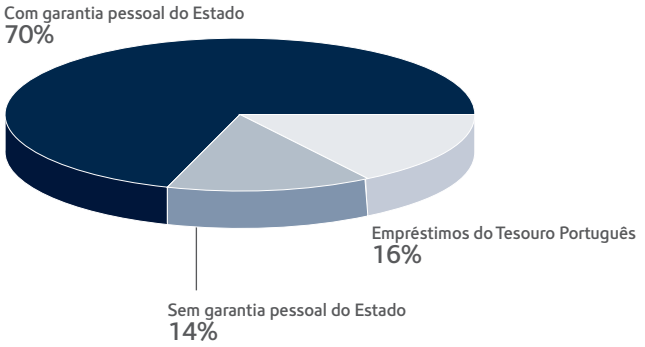
	Período		Variação	
Estrutura da dívida	2011	2010	Valor	%
Dívida curto prazo	384 887 149	597 195 005	(212 307 856)	-35,6%
Dívida médio e longo prazo	3 584 396 593	3 214 943 487	369 453 106	11,5%
Total	3 969 283 742	3 812 138 493	157 145 250	4,1%

Distribuição de endividamento por tipo de instrumento

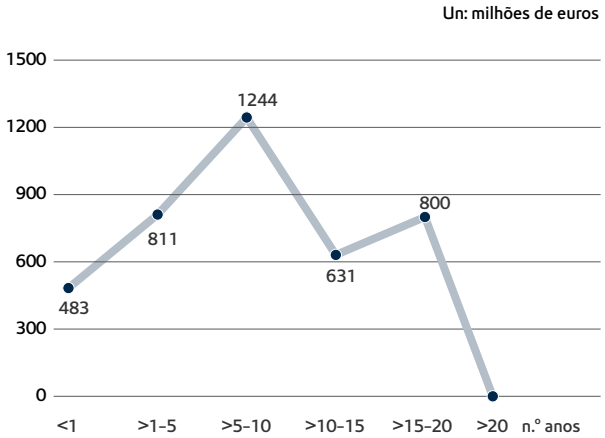


Para além da tradicional repartição do volume de empréstimos consoante beneficiem ou não de garantia pessoal do Estado, apresenta-se igualmente a parcela de empréstimos diretos do Tesouro Português, na medida em que estes últimos, embora não beneficiando de garantia do Estado, também não devem ser agregados ao volume de empréstimos de mercado não garantidos. Verifica-se assim que o Estado português garantiu ou disponibilizou diretamente um volume de financiamento de 3.395,7 milhões de euros (cerca de 86% do total de empréstimos concedidos à empresa), enquanto que os empréstimos de carácter comercial não beneficiando de garantia explícita do Estado ascendiam a 573,5 milhões de euros (cerca de 14% do total). Não considerando os empréstimos provenientes do Tesouro Nacional, o endividamento da empresa perante o sistema financeiro nacional e internacional registou um decréscimo de 12%, o equivalente a 457 milhões de euros.

Estrutura de financiamento por tipo de garantia

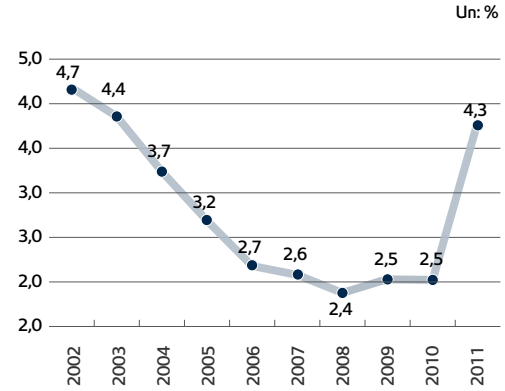


Prazo médio de endividamento



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual implícita no endividamento nos últimos dez anos (2002-2011), onde se pode observar o crescimento acelerado dos custos de financiamento da empresa durante o ano de 2011, para níveis próximos dos registados em 2003.

Taxa de juro implícita no endividamento



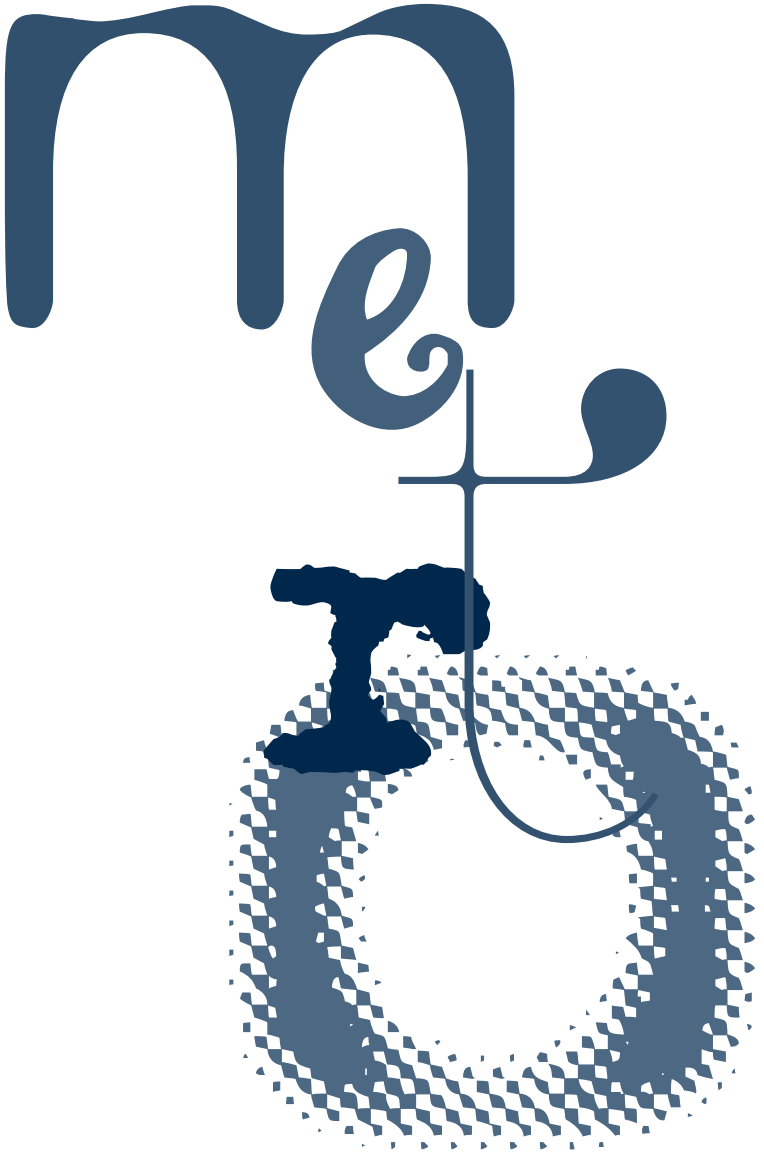
Naturalmente que esta evolução da taxa de juro implícita no endividamento está ligada, para além das taxas de juro das operações de financiamento do Tesouro, à progressiva degradação do rating da empresa, atribuído pela agência de notação financeira Standard & Poor's, que sofreu sucessivos downgrades, segundo a mesma, devido à diminuição da capacidade potencial do Estado Português em prestar auxílio atempado à empresa para fazer face ao serviço da dívida.

O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. tem vindo a manifestar o seu desacordo a estas conclusões, procurando demonstrar não apenas a melhoria dos indicadores de atividade operacionais da empresa, mas igualmente o empenho e a solidez do apoio estatal que tem evidenciado a ação necessária para assegurar o serviço da dívida histórica.

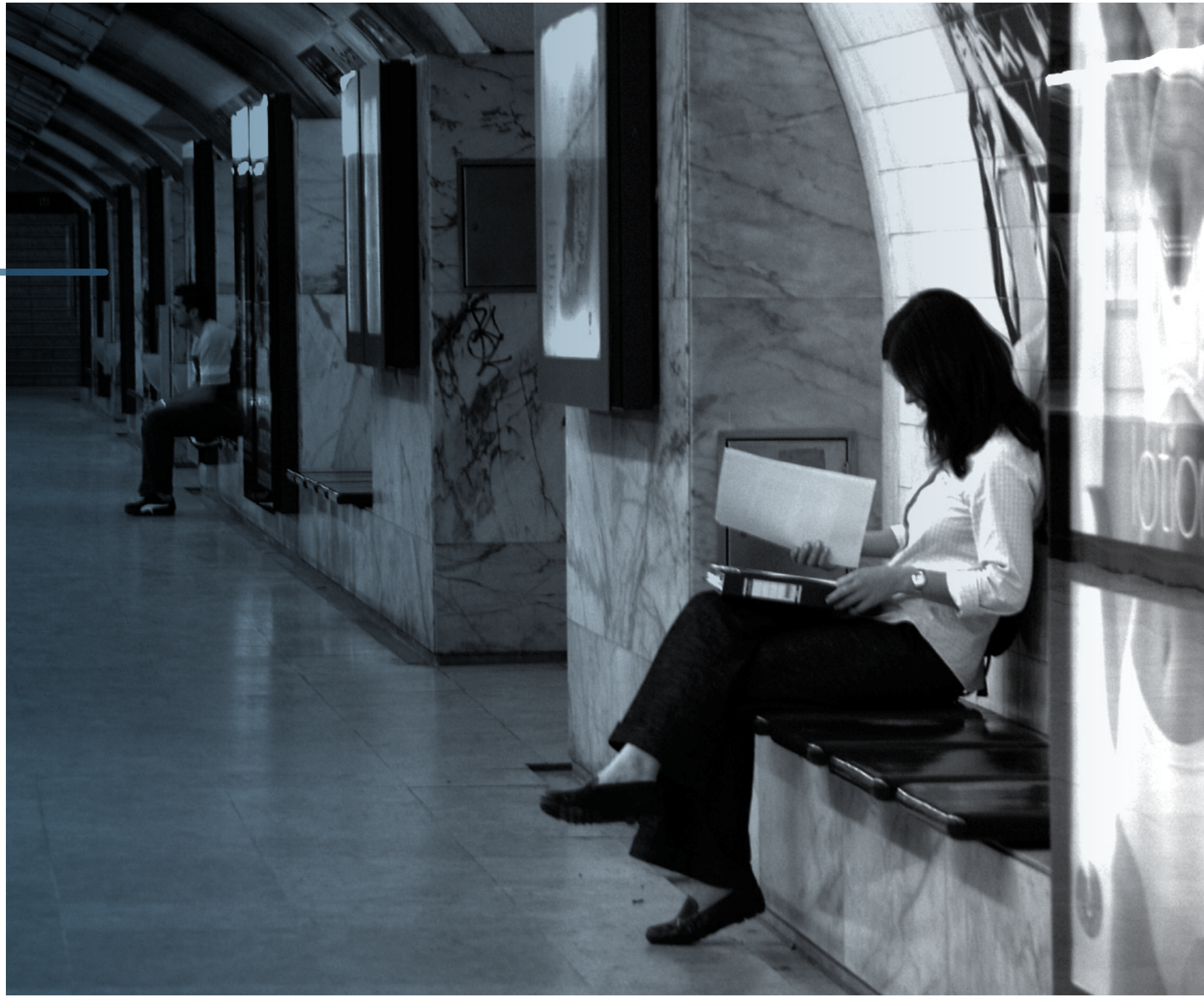
Rating do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
10 março 1997	AA-	Stable
.....		
07 dezembro 2009	A+	Negative
27 abril 2010	A-	Watch negative
29 setembro 2010	BBB+	Negative
03 dezembro 2010	BBB	Watch negative
04 março 2011	BB	Watch negative
31 março 2011	B+	Watch negative
30 dezembro 2011	B-	Watch negative

4.2. Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de 146.052.279 euros seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.



5.
Demonstrações financeiras



Balanços em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Un: €

Ativo	Notas	2011	2010
Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração	5	–	–
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangiveis	6 e 7	313 674 776	340 442 884
Propriedades de investimento	8	399 796	406 086
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	9	15 935 246	11 805 563
Outras contas a receber	13	12 445 631	12 455 669
Derivados	10	36 525 070	22 552 850
Outros ativos financeiros	11	24 351 216	44 143 384
Total do ativo não corrente		**403 331 735**	**431 806 436**
Ativo corrente			
Inventários	12	1 845 086	1 564 236
Clientes	13	5 083 804	5 315 645
Adiantamentos a fornecedores		11 483	56 154
Estado e outros entes públicos	21	3 797 633	2 859 146
Outras contas a receber	13	21 440 527	33 359 303
Diferimentos	14	57 067 206	45 070 840
Caixa e depósitos bancários	4	110 684	84 151
Total do ativo corrente		**89 356 423**	**88 309 475**
Total do ativo		492 688 158	520 115 911

Capital próprio e passivo	Notas	2011	2010
Capital próprio			
Capital realizado	15	603 750 000	603 750 000
Reservas legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 325 608 309)	(1 144 011 150)
Outras variações no capital próprio	16	25 730 815	28 637 046
		(694 604 019)	**(510 100 629)**
Resultado líquido do exercício		**(146 052 279)**	**(148 337 248)**
Total do capital próprio		(840 656 298)	(658 437 877)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	1 565 994	753 958
Financiamentos obtidos	18	399 130 629	312 384 745
Derivados	10	211 713 563	144 368 172
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	262 695 165	229 032 219
Total do passivo não corrente		**875 105 351**	**686 539 094**
Passivo corrente			
Fornecedores	20	9 794 472	7 803 720
Estado e outros entes públicos	21	3 866 933	3 338 500
Financiamentos obtidos	18	404 172 531	433 652 816
Outras contas a pagar	23	36 726 075	43 152 652
Diferimentos	24	3 679 094	4 067 006
Total do passivo corrente		**458 239 105**	**492 014 694**
Total do passivo		1 333 344 456	1 178 553 788
Total do capital próprio e do passivo		492 688 158	520 115 911

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2011.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Demonstração de resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Un: €

Rendimentos e gastos	Notas	2011	2010
Vendas e serviços prestados	25	67 682 780	64 039 465
Subsídios à exploração	26	45 179 058	29 450 415
Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(1 101 105)	(2 965 395)
Trabalhos para a própria entidade	3.19	5 113 390	3 508 747
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 166 757)	(2 606 599)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38 156 119)	(38 674 372)
Gastos com o pessoal	28	(78 836 976)	(87 656 930)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(50 000)	(180 000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	160 464	57 335
Provisões (aumentos/reduções)	17 e 19	9 393 781	12 216 471
Aumentos/reduções de justo valor	10	(53 373 171)	(44 096 566)
Outros rendimentos e ganhos	29	8 539 201	5 366 251
Outros gastos e perdas	30	(1 615 732)	(2 294 217)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(39 231 186)	(63 950 065)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(31 373 677)	(32 220 190)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8 e 9	(166 518)	63 584
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(70 771 381)	(96 106 671)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	13 072	264 762
Juros e gastos similares suportados	31	(75 177 668)	(52 278 165)
Resultado antes de impostos		(145 935 977)	(148 120 074)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(116 302)	(217 174)
Resultado líquido do exercício		**(146 052 279)**	**(148 337 248)**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Un: €

Rubricas		Notas	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto				
Venda de bilhetes e passes			80 119 941	74 695 949
Subsídios à exploração		3.18	46 694 180	28 975 536
Recebimentos de clientes			8 859 850	2 991 612
Pagamentos a fornecedores			(39 151 126)	(44 862 708)
Pagamentos ao pessoal			(66 785 940)	(72 653 135)
Caixa gerada pelas operações			29 736 905	(10 852 746)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			(12 159 504)	(7 428 491)
Outros recebimentos / pagamentos			(9 448 694)	(4 631 558)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)		8 128 707	(22 912 795)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Desinvestimento financeiro			21 289 146	–
Atividades de investimento em ILD's – Subsídios ao investimento			69 195 103	42 447 781
Juros e rendimentos similares			362 792	238 126
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			(5 276 650)	(12 245 356)
Atividades de investimento em ILD's – Ativos fixos tangíveis			(59 721 472)	(115 350 506)
Outros pagamentos			(179)	(186 339)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)		25 848 740	(85 096 294)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Atividades de investimento em ILD's – Financiamentos obtidos			507 957 564	94 539 088
Financiamentos obtidos			105 974 436	218 269 815
Atividades de investimento em ILD's – Empréstimos obrigacionistas		18	25 000 000	85 000 000
Realização de capital		15	–	30 120 397
Pagamentos respeitantes a:				
Atividades de investimento em ILD's – Financiamentos obtidos			(71 502 576)	(39 701 752)
Financiamentos obtidos			(384 308 142)	(158 956 048)
Locações financeiras			(18 308 351)	(13 467 657)
Locações operacionais			(9 363 996)	(7 925 348)
Atividades de investimento em ILD's – Empréstimos obrigacionistas			(7 731 367)	(7 731 367)
Atividades de investimento em ILD's– Juros e gastos similares			(138 048 742)	(59 203 244)
Juros e gastos similares			(37 809 528)	(29 591 521)
Depósitos a prazo (caução)			(671 566)	(277 735)
Suprimentos concedidos		9	(5 138 646)	(3 319 621)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		(33 950 914)	107 755 007
Variação de caixa e seus equivalentes	**4=(1)+(2)+(3)**		**26 533**	**(254 082)**
Caixa e seus equivalentes no início do período		4	84 151	338 233
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4	110 684	84 151

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2011.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Un: €

Descrição	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 01 de janeiro de 2010		573 629 603	21 597	1 501 878	(995 913 373)	31 543 277	(146 977 271)	(536 194 289)
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009		–	–	–	(146 977 271)	–	146 977 271	–
Reconhecimento de subsídios		–	–	–	–	(2 906 231)	–	(2 906 231)
Outros		–	–	–	(1 120 506)	–	–	(1 120 506)
		573 629 603	**21 597**	**1 501 878**	**(1 144 011 150)**	**28 637 046**	**–**	**(540 221 026)**
Resultado líquido do período		–	–	–	–	–	(148 337 248)	(148 337 248)
Resultado integral		–	–	–	–	–	**(148 337 248)**	**(148 337 248)**
Operações com detentores de capital no exercício:								
Aumento de capital	15	30 120 397	–	–	–	–	–	30 120 397
		30 120 397	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**30 120 397**
Posição em 31 de dezembro de 2010		**603 750 000**	**21 597**	**1 501 878**	**(1 144 011 150)**	**28 637 046**	**(148 337 248)**	**(658 437 877)**
Posição em 01 de janeiro de 2011		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 144 011 150)	28 637 046	(148 337 248)	(658 437 877)
Alterações no período:				–				
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	15	–	–	–	(148 337 248)	–	148 337 248	–
Reconhecimento de subsídios	16	–	–	–	–	(2 906 231)	–	(2 906 231)
Plano de benefício definidos – ganhos e perdas atuariais	19	–	–	–	(30 766 709)	–	–	(30 766 709)
Anulação de gastos com montagem de financiamento	18	–	–	–	(2 493 504)	–	–	(2 493 504)
Outros		–	–	–	302	–	–	302
		603 750 000	**21 597**	**1 501 878**	**(1 325 608 309)**	**25 730 815**	**–**	**(694 604 019)**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	–	(146 052 279)	(146 052 279)
Resultado integral		–	–	–	–	–	**(146 052 279)**	**(146 052 279)**
Posição em 31 de dezembro de 2011		**603 750 000**	**21 597**	**1 501 878**	**(1 325 608 309)**	**25 730 815**	**(146 052 279)**	**(840 656 298)**

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O Técnico Oficial e Contas

Carlos Alberto Meira Rodrigues

O Conselho de Administração

Francisco José Cardoso dos Reis

Carlos José Bento Nunes

Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob

Luis Miguel Silva Ribeiro

António Gregório Ventura

6.
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Montantes expressos em euros

1. Nota Introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Empresa Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designado por "Empresa".

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L.

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2011 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 08 de junho de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Estado Português, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF").

3.2. Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD's)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento

do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a Empresa o papel de "agente" nesta atividade.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são divulgados no balanço, na rubrica "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

- As infraestruturas de longa duração (ILD's) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD's, com a natureza de inventários;
- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD's;
- Os saldos a receber da comparticipação de outras entidades em investimentos de ILD's;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD's;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD's, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD's, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto de selo decorrentes da atividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD's durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD's, os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento acima referida, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto de selo, taxa de aval e gasto de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou as mesmas à rubrica de "Atividade de investimentos em infraestruturas de longa duração". Contudo esta quantificação apenas considerou tais encargos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas
Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 3.1.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

Peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD's")
Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD's encontram-se registados na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado com base nos critérios acima mencionados para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas diretamente ao valor de custo e debitadas às respetivas reservas de reavaliação como fator corretivo das mesmas, as quais se encontram consideradas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração". Após 01 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD's encontram-se registados na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda de imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou

que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.8. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada

ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversão)".

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Aumentos/reduções de justo valor".

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos financeiros

Ativos financeiros	Notas	2011 Derivados (justo valor)	2011 Custo ou custo amortizado	2010 Derivados (justo valor)	2010 Custo ou custo amortizado
Não correntes:					
Outras contas a receber	13	–	12 445 631	–	12 455 669
Derivados	10	36 525 070	–	22 552 850	–
Outros ativos financeiros	11	–	24 351 216	–	44 143 384
		36 525 070	36 796 846	22 552 850	56 599 053
Correntes:					
Clientes	13	–	5 083 804	–	5 315 645
Adiantamentos a fornecedores		–	11 482	–	56 154
Outras contas a receber	13	–	21 440 527	–	33 359 303
Caixa e depósitos bancários	4	–	110 684	–	84 151
		–	26 646 498	–	38 815 253
		36 525 070	63 443 345	22 552 850	95 414 306

Passivos financeiros

Passivos financeiros	Notas	2011 Derivados (justo valor)	2011 Custo ou custo amortizado	2010 Derivados (justo valor)	2010 Custo ou custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	18	–	399 130 629	–	312 384 745
Derivados	10	211 713 563	–	144 368 172	–
		211 713 563	399 130 629	144 368 172	312 384 745
Correntes:					
Fornecedores	20	–	9 794 472	–	7 803 720
Financiamentos obtidos	18	–	404 172 531	–	433 652 816
Outras contas a pagar	23	–	36 726 075	–	43 152 652
		–	450 693 078	–	484 609 188
		211 713 563	849 823 707	144 368 172	796 993 933

3.11. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD'S no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.2, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração".

3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 25%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2006 a 2011, ocorreram situações que conduziriam ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 209.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

3.13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15. Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
b) Reformas antecipadas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2011. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.16. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua política de gestão do risco de cobertura de taxa de juro para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos às ILD's.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco da Empresa, não cumpram todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como não correntes.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro, dos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de "Aumentos/ reduções do justo valor".

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro dos financiamentos contratados para financiar a atividade das ILD's, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração", sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessa rubrica à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

A 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

3.17. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. ("I.M.T.T.").
  Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.
- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

3.19. Gastos departamentais

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos em infraestruturas de longa duração – ILD's (ativos financiados pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecidos de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.21. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – os quais no final de cada exercício são determinados por uma entidade independente que não corresponde à entidade com a qual os mesmos foram contratados;
e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelos atuários.

3.23. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de caixa	2011	2010
Numerário	18 723	18 071
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	91 961	66 080
	110 684	84 151

5. Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos em infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos a seguinte:

Descrição	Notas	2011	2010
Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração			
Ativo tangível (ILD's)	5.1	3 039 605 281	2 985 474 654
Ativo intangível (ILD's)	5.2	6 883 717	6 871 622
Fundos circulantes	5.3	693 450 057	325 456 549
Subsídios (ILD's)	5.4	(870 738 640)	(856 614 314)
Gastos de empréstimos	5.5	1 015 233 387	901 828 074
Financiamentos obtidos	5.6	(3 165 976 080)	(3 063 602 925)
Instrumentos financeiros derivados	5.7	(718 457 722)	(299 413 660)
Total de ILD's		-	-

5.1. Ativo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2011					
Ativo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos fixos tangíveis - ILD's	2 943 300 377	(199 062 008)	2 744 238 369	4 490 839	2 064 860	2 750 794 068
Terrenos e recursos naturais	15 989 979	(2 388 442)	13 601 537	-	(3 580)	13 597 957
Edifícios e outras construções	2 516 688 119	(176 310 029)	2 340 378 090	4 262 341	1 725 893	2 346 366 324
Equipamento básico	410 622 279	(20 363 537)	390 258 742	228 498	342 547	390 829 787
Ativos fixos tangíveis em curso	231 952 414	-	231 952 414	55 631 708	(2 068 440)	285 515 682
Terrenos e recursos naturais	143 926	-	143 926	71	-	143 997
Edifícios e outras construções	221 184 704	-	221 184 704	31 846 771	(1 725 893)	251 305 582
Equipamento básico	10 623 784	-	10 623 784	23 784 866	(342 547)	34 066 103
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	9 283 871	-	9 283 871	-	(5 988 340)	3 295 531
Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's	3 184 536 662	(199 062 008)	2 985 474 654	60 122 547	(5 991 920)	3 039 605 281

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 55.631.637 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto e Amadora Este /Reboleira, com 33.512.134 euros e 13.127.553 euros, respetivamente.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2011, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, Alameda/S. Sebastião e Amadora Este/Reboleira, nos montantes de 3.513.638 euros, 1.706.658 euros e 452.601 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2011 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 1.725.893 euros e 342.547 euros respetivamente referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

	31 de dezembro de 2010					
Ativo bruto	Saldo inicial	Reavaliações	Saldo inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos fixos tangíveis – ILD's	2 689 784 029	(199 062 008)	2 490 722 021	3 085 652	250 430 696	2 744 238 369
Terrenos e recursos naturais	15 561 038	(2 388 442)	13 172 596	428 941	–	13 601 537
Edifícios e outras construções	2 298 782 270	(176 310 029)	2 122 472 241	2 465 128	215 440 721	2 340 378 090
Equipamento básico	375 440 721	(20 363 537)	355 077 184	191 583	34 989 975	390 258 742
Ativos fixos tangíveis em curso	397 066 845	--	397 066 845	85 317 544	(250 431 975)	231 952 414
Terrenos e recursos naturais	98 809	–	98 809	45 117	–	143 926
Edifícios e outras construções	360 488 685	–	360 488 685	76 136 740	(215 440 721)	221 184 704
Equipamento básico	36 479 351	–	36 479 351	9 135 687	(34 991 254)	10 623 784
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	6 846 615	–	6 846 615	5 264 897	(2 827 641)	9 283 871
Total do ativo fixo tangível bruto – ILD's	3 093 697 489	(199 062 008)	2 894 635 481	93 668 093	(2 828 920)	2 985 474 654

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 nas rubricas de "Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções" e de "Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 85.272.427 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira, com 41.169.510 e 24.459.297 euros, respetivamente.

As transferências e abates ocorridos durante o exercício de 2010 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 215.440.721 euros e 34.989.975 euros, respetivamente, referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de ativo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Alameda/S. Sebastião.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 40.448.593 euros e 35.194.989 euros, respetivamente, os quais referem-se essencialmente a processos intentados relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados por trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho foi conhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras (Nota 5.3.4.). Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2011 qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas serão registadas como encargos com expropriações na rubrica de ILD's "Ativo tangível".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa assumiu indemnizações por danos causados com as obras de expansão da rede, através de prestações pecuniárias, respetivamente, no montante de 234.727 euros (868.413 euros em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de "Terrenos e recursos naturais", "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico", nos montantes de 143.997 euros, 251.305.582 euros e 34.066.103 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	–	12 774 625	2 051 435
Extensão Rato/Estrela	–	1 456 432	–
Extensão Amadora Este/Reboleira	–	48 743 604	839 353
Extensão S. Sebastião/Campolide	–	2 280 063	389 360
Interface do Cais do Sodré	–	12 999 593	1 264 810
Extensão Oriente/Aeroporto	111 885	168 526 155	28 970 267
Promoção de acessibilidades	–	1 395 228	–
Outros	32 112	3 129 882	550 878
	143 997	251 305 582	34 066 103

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2011 e 2010, encontram-se incluídos os seguintes gastos suplementares:

	2011			2010		
Gastos capitalizados	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	56 178 659	11 550 009	67 728 668	55 870 508	7 392 116	63 262 624
	56 178 659	11 550 009	67 728 668	55 870 508	7 392 116	63 262 624

5.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2011 e 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de dezembro de 2011

Ativo bruto	Saldo inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos intangíveis – ILD's				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 437 156	–	–	1 437 156
Despesas de instalação	2 019 827	–	–	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	3 414 639	12 095	–	3 426 734
Total do ativo intangível bruto – ILD's	6 871 622	12 095	–	6 883 717

31 de dezembro de 2010

Ativo bruto	Saldo inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo final
Ativos intangíveis – ILD's				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 437 156	–	–	1 437 156
Despesas de instalação	2 019 827	–	–	2 019 827
Ativos intangíveis em curso	3 395 442	19 197	–	3 414 639
Total do ativo intangível bruto – ILD's	6 852 425	19 197	–	6 871 622

No valor de custo dos ativos intangíveis, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, encontram-se incluídos os montantes de 10.345 euros e 0 euros, respetivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do ativo.

5.3. Fundos circulantes

Esta rubrica refere-se aos ativos e passivos circulantes associados às atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração, sendo que a sua decomposição é a seguinte:

Descrição	Notas	2011	2010
Fundo de Coesão e Subsídios	5.3.1	-	55 070 778
Fornecedores e outras contas a pagar	5.3.2	(23 316 413)	(29 027 889)
Conta a receber do Estado	5.3.3	718 457 722	299 413 660
Provisões para processos judiciais em curso	5.3.4	(1 691 252)	-
Total de fundos circulantes		693 450 057	325 456 549

5.3.1. Fundo de Coesão e PIDDAC

No ano 2010 o montante de 55.070.778 euros respeita, essencialmente, ao reembolso que se encontrava em dívida após a OP 16/10 e do valor a receber do Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Alameda/S. Sebastião, nos montantes de 30.372.361 euros e 24.690.296 euros, respetivamente recebidos no corrente exercício.

5.3.2. Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede (Nota 32).

5.3.3. Contas a receber do Estado

O saldo da rubrica a receber do Estado, no montante de 718.457.722 euros (299.413.660 euros em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao montante a suportar pelo acionista relativamente aos instrumentos financeiros contratados pela Empresa (Nota 5.7).

5.3.4. Provisões para processos judiciais em curso

O saldo desta rubrica é relativo a provisões constituídas no montante de 1.691.252 euros, para fazer face a processos que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos realizados.

5.4. Subsídios

O movimento ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi como segue:

31 de dezembro de 2011

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reeduções	Saldo final
FEDER	229 395 052	69 345	-	229 464 397
PIDDAC	164 039 860	2 625 000	-	166 664 860
Fundo de Coesão	258 662 006	11 429 981	-	270 091 987
Subsídios diversos	204 517 396	-	-	204 517 396
Total de subsídios	856 614 314	14 124 326	-	870 738 640

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, inclui os subsídios atribuídos: (i) ao abrigo do PIDDAC, no montante de 2.625.000 euros para a extensão Oriente/Aeroporto, e (ii) ao abrigo do Fundo de Coesão, no montante 11.429.981 euros para a extensão Alameda/S. Sebastião.

5.5. Gastos de empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos em infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD's construídas.

Tal como mencionado na Nota 3.11, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, a Empresa refletiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam refletidos anteriormente na rubrica de "Resultados transitados", para a rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração – gastos de empréstimos", tendo o Conselho de Administração optado por fazer refletir nesta rubrica o montante de 289.555.301 euros relativo a juros e outros encargos incorridos pela Empresa anteriores a 1995, por contrapartida de "Resultados transitados", que serviram para saldar a rubrica de ILD's. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2011	2010	Variação do ano
Juros, taxa de aval e imposto de selo	705 447 936	594 797 622	110 650 314
Gastos de emissão	20 230 151	17 475 151	2 755 000
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301	–
Total de gastos de empréstimos	1 015 233 387	901 828 074	113 405 313

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo tangível" e "Ativo fixo tangível em curso" detalha-se como segue:

	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
Descrição	Intangível	Fixo tangível	Tangível em curso	Total	Intangível	Fixo tangível	Tangível em curso	Total
Gastos com empréstimos	139 257	289 763 990	11 411 104	301 314 351	139 257	289 763 990	7 794 259	297 697 506
	139 257	289 763 990	11 411 104	301 314 351	139 257	289 763 990	7 794 259	297 697 506

5.6. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade das ILD's em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se como segue:

	Entidade financiadora	2011 Limite	2011 Corrente	2011 Não corrente	2011 Total	2010 Limite	2010 Corrente	2010 Não corrente	2010 Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77 313 674	7 731 367	30 925 470	38 656 837	77 313 674	7 731 367	38 656 837	46 388 204
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2026	BNPP	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	Barclays	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	–	110 000 000	110 000 000	85 000 000	–	85 000 000	85 000 000
			7 731 367	1 340 925 470	1 348 656 837		7 731 367	1 323 656 837	1 331 388 204
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57 193 405	3 000 000	15 822 150	18 822 150	57 193 405	3 000 000	18 822 150	21 822 150
ML B	BEI	124 699 474	8 949 737	–	8 949 737	124 699 474	8 900 000	8 949 737	17 849 737
ML I/2	BEI	234 435 012	18 000 000	119 579 594	137 579 594	234 435 012	18 000 000	137 579 594	155 579 594
ML II	BEI	74 819 685	4 987 979	34 915 853	39 903 832	74 819 685	4 987 979	39 903 832	44 891 811
ML III	BEI	54 867 769	5 584 000	41 871 084	47 455 084	54 867 769	5 583 759	47 455 084	53 038 843
ML II/B	BEI	99 759 579	6 650 639	53 205 109	59 855 748	99 759 579	6 650 639	59 855 748	66 506 386
ML II/C	BEI	54 867 769	3 657 851	34 749 587	38 407 438	54 867 769	3 657 851	38 407 438	42 065 289
ML IV	BEI	169 591 285	18 964 847	129 904 090	148 868 937	169 591 285	20 722 348	148 868 937	169 591 285
ML I/3	BEI	124 699 474	1 707 523	122 991 951	124 699 474	124 699 474	–	124 699 474	124 699 474
ML I/3B	BEI	74 819 685	–	74 819 685	74 819 685	74 819 685	–	74 819 685	74 819 685
ML V/A	BEI	150 000 000	–	150 000 000	150 000 000	150 000 000	–	150 000 000	150 000 000
ML V/B	BEI	80 000 000	–	80 000 000	80 000 000	80 000 000	–	80 000 000	80 000 000
ML V/C	BEI	80 000 000	–	80 000 000	80 000 000	80 000 000	–	80 000 000	80 000 000
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	–	–	–	–	175 000 000	175 000 000	–	175 000 000
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	–	–	–	–	50 000 000	50 000 000	–	50 000 000
Emp. CP 50 M EUR	Deutsche Bank	–	–	–	–	–	–	–	–
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	–	507 957 564	507 957 564	–	–	–	–
			71 502 576	1 445 816 667	1 517 319 243		296 502 576	1 009 361 679	1 305 864 255
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	–	300 000 000	300 000 000	300 000 000	–	300 000 000	300 000 000
			–	300 000 000	300 000 000		–	300 000 000	300 000 000
Linhas de crédito:									
	BNP Paribas	–	–	–	–	100 000 000	83 059 805	–	83 059 805
	Millenium BCP	–	–	–	–	2 057 393	2 057 393	–	2 057 393
	Bilbao Vizcaya	–	–	–	–	41 880 689	41 233 268	–	41 233 268
			–	–	–		126 350 466	–	126 350 466
Total de empréstimos obtidos			79 233 943	3 086 742 137	3 165 976 080		430 584 409	2 633 018 516	3 063 602 925

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 07 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com Swap/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 04 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 07 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as infraestruturas de longa duração (ILD's), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2011, estes empréstimos por obrigações classificados como não correntes, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2013	7 731 367
2014	7 731 367
2015	7 731 367
2016	7 731 367
2017 e seguintes	1 310 000 000
	1 340 925 468

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2013	198 491 967
2014	198 491 967
2015	198 491 967
2016	198 491 967
2017 e seguintes	951 848 799
	1 745 816 667

Com exceção do empréstimo classificado como corrente, obtido junto do BNP Paribas (linha de 100 milhões), todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado Português, contudo os mesmos foram contratados com o intuito de financiar os investimentos efetuados por conta do Estado pelo que os mesmos foram afetos à rubrica de ILD's.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/12/2011	Prazo	Garantias	"Pari Passu"	Cláusula de detenção	"Rating"	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
BEI – ML A	21 822 150	05 de dezembro de 2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML B	17 849 737	15 de setembro de 2012	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML I/2	155 579 594	15 de setembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML II	44 891 811	15 de dezembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML III	53 038 843	15 de junho de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML II/B	66 506 386	15 de dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML I/3	124 699 474	15 de setembro de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML I/3B	74 819 685	15 de setembro de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML II/C	42 065 289	15 de junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML IV	169 591 285	15 de setembro de 2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML V/A	150 000 000	15 de dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML V/B	80 000 000	15 de junho de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI – ML V/C	80 000 000	15 de junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000	20 de julho de 2024	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa
Emissão Metro 2019	400 000 000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa /Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400 000 000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa /Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	400 000 000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa /Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	110 000 000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objeto social da empresa/ Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

5.7. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.16, de forma a cobrir o risco financeiro de variação das taxas de juro, contratou SWAP's de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD's. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da política de gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Atividades de investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2011 os contratos de SWAP afetos às ILD's e o justo valor dos mesmos, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, detalham-se como segue:

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 31/12/2011			Justo valor		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2011	31/12/2010	Variação
B E I (ML A)		BBVA	02/02/2006	12/05/2005	15/12/2017	-	-	-	-	-	-
B E I (ML A)		M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/12/2017	-	-	-	-	-	-
						18 061 075	761 075	18 822 150	(451 271)	38 976	(490 247)
B E I (ML B)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	BST	18/10/2005	15/09/2005	15/09/2012	-	-	-	38 700	169 199	(130 499)
B E I (ML B)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	11/07/2008	15/09/2005	15/09/2012	6 234 974	-	-	(23 340)	(152 137)	128 797
B E I (ML B)	6° DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	17/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(12 660)	64 607	(77 267)
B E I (ML B)	6° DESEMBOLSO	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/09/2012	2 672 131	-	-	(28 497)	(39 315)	10 818
						8 907 105	42 632	8 949 737	42 354	(68 151)	(68 151)
B E I (ML I/2)	1°, 4°, 5°, 7°, 8° DESEMBOLSOS	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/09/2019	78 477 536	-	-	(22 131 566)	54 751	(22 186 317)
B E I (ML I/2)	2°, 3° e 6° DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019	46 554 470	-	-	(4 930 663)	(1 348 508)	(3 582 155)
						125 032 006	12 547 588	137 579 594	(27 062 229)	(1 293 757)	(25 768 472)
B E I (ML II)	4° DESEMBOLSO	JP MORGAN	12/02/2012	15/06/2008	15/12/2019	15 961 533	-	-	(183 183)	484 395	(667 578)
B E I (ML II)	2° e 3° DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	17/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(110 248)	(742 132)	631 884
B E I (ML II)	2° e 3° DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019	15 961 533	-	-	269 638	920 860	(651 222)
B E I (ML II)	1° DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/12/2019	8 479 564	-	-	(399 192)	(112 551)	(286 641)
						40 402 629	-	40 402 629	(422 985)	550 572	(973 557)
B E I (ML III)	1° e 4° DESEMBOLSOS	M LYNCH	26/09/2003	15/12/2003	15/06/2011	-	-	-	(400 336)	97 361	(497 697)
B E I (ML III)	1° e 4° DESEMBOLSOS	M LYNCH	16/07/2010	15/06/2010	15/06/2020	19 785 650	-	-	-	815 799	(815 799)
B E I (ML III)	2° e 3° DESEMBOLSOS	BST	31/07/2002	17/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(77 388)	(519 134)	441 746
B E I (ML III)	2° e 3° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/06/2020	11 306 086	-	-	(1 820 408)	(6 863)	(1 813 545)
						31 091 736	16 363 348	47 455 084	(2 298 132)	387 163	(2 685 295)
B E I (ML II/B)	1°, 2°, 3°, 4° DESEMBOLSOS	DBI	11/02/2008	15/12/2007	15/12/2020	59 855 748	-	59 855 748	(3 361 654)	(564 271)	(2 797 383)
B E I (ML I/3)	1°, 2°, 3°, 4°, 5° DESEMBOLSOS	SG	14/09/2010	15/03/2010	15/09/2021	83 132 983	41 566 491	124 699 474	(18 104 607)	(24 141 968)	6 037 361

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 31/12/2011			Justo valor		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2011	31/12/2010	Variação
B E I (ML I/3-B)	1°, 2° DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	25 604 959	-	-	(7 630 399)	(9 909 856)	2 279 457
B E I (ML I/3-B)	3° DESEMBOLSO	BST	31/07/2002	15/03/2003	15/03/2012	-	-	-	(275 704)	(1 277 206)	1 001 502
B E I (ML I/3-B)	3° DESEMBOLSO	BARCLAYS	18/02/2011	15/03/2011	15/06/2022	27 932 682	-	-	(5 459 346)	121 504	(5 580 850)
						53 537 641	22 445 905	75 983 547	(13 365 449)	(11 065 558)	(2 299 891)
B E I (ML II/C)	1°, 2° DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	40 236 364	-	40 236 364	(12 344 897)	(15 572 630)	3 227 733
B E I (ML IV)	1°, 2°, 3°, 4° E 5° DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018	118 713 900	30 155 037	148 868 937	(15 412 249)	(5 547 367)	(9 864 882)
B E I (ML V/A)	1°, 2°, 3° E 4° DESEMBOLSOS	DBI	27/04/2009	15/03/2009	15/12/2020	140 000 000	10 000 000	150 000 000	(22 161 604)	(14 313 061)	(7 848 543)
B E I (ML V/B)	1°, 2°, 3° DESEMBOLSOS	BARCLAYS	10/07/2008	15/06/2008	15/06/2021	77 333 333	2 666 667	80 000 000	7 902 075	15 942 362	(8 040 287)
B E I (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022	-	-	-	(5 537 448)	(3 127 159)	(2 410 289)
B E I (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	BNPP	14/02/2006	15/12/2005	15/06/2022	-	-	-	1 069 553	4 254 257	(3 184 704)
B E I (ML V/C)	1° DESEMBOLSO	JP MORGAN	31/05/2007	15/12/2006	15/06/2022	40 000 000	-		2 800 083	2 202 107	597 976
B E I (ML V/C)	2° DESEMBOLSO	BNPP	26/11/2008	15/09/2008	15/06/2022	40 000 000	-		(1 764 853)	927 013	(2 691 866)
						80 000 000	-	80 000 000	(3 432 665)	4 256 218	(7 688 883)
BEI (reest-taxas fixas revisíveis)		BST	09/03/2006	15/03/2006	15/09/2012	6 234 974	-	6 234 974	(4 251)	(318 117)	313 866
BEI (reest-inc capital)	TRANCHE A	C SUISSE	03/06/2008	15/03/2008	15/06/2022	68 274 372	-		(50 271 813)	(40 948 661)	(9 323 152)
BEI (reest-inc capital)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022	-	-	-	(106 757 476)	(15 186 335)	(91 571 141)
BEI (reest-inc capital)	TRANCHE B	JP MORGAN	15/07/2009	15/03/2007	15/06/2022	-	-	-	(225 484)	(5 187 218)	4 961 734
BEI (reest-inc capital)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2007	15/06/2022	34 137 186	-	-	(225 484)	(5 187 218)	4 961 734
BEI (reest-inc capital)	TRANCHE C	DBI	26/03/2010	15/03/2010	15/06/2022	34 137 186	-	-	(1 221 344)	5 683 335	(6 904 679)
						136 548 744	(136 548 744)	-	(158 701 601)	(60 826 097)	(97 875 505)

Financiamentos bancários			Data			Capital coberto 31/12/2011			Justo valor		
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2011	31/12/2010	Variação
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08/07/2008	22/07/2010	22/07/2024	–	–	–	(24 580 849)	(12 710 614)	(11 870 235)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE A	C SUISSE	18/04/2011	22/07/2006	22/07/2024	100 000 000	–	–	7 998 540	6 624 737	1 373 803
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE B	SG	10/09/2010	22/07/2010	22/07/2024	100 000 000	–	–	(38 130 245)	(26 603 242)	(11 527 003)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024	–	–	–	(24 136 994)	(12 263 611)	(11 873 383)
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	C SUISSE	03/03/2010	22/07/2006	22/07/2024	100 000 000	–	–	24 807 622	(480 579)	25 288 201
						300 000 000	–	300 000 000	(54 041 926)	(45 433 309)	(8 608 617)
MERRILL LYNCH		M LYNCH	16/07/2010	15/04/2010	15/10/2016	38 656 837	–	38 656 837	(1 441 825)	(682 402)	(759 423)
						–	–	–	5 293 389	5 904 577	(611 188)
						38 656 837	–	38 656 837	3 851 564	5 222 175	(1 370 610)
OBRIGAÇÕES 2026		BARCLAYS	16/05/2008	04/12/2007	04/12/2026	100 000 000	–	100 000 000	(996 861)	(209 906)	(786 955)
OBRIGAÇÕES 2026		JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	–	100 000 000	(15 401 670)	(26 978 018)	11 576 348
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026	70 000 000	–	70 000 000	(11 628 863)	(4 264 833)	(7 364 030)
OBRIGAÇÕES 2026		M LYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	–	30 000 000	5 252 042	466 963	4 785 079
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	–	30 000 000	5 252 042	5 528 035	(275 993)
OBRIGAÇÕES 2026		C SUISSE	09/08/2011	04/12/2009	04/12/2026	70 000 000	–	70 000 000	(962 533)	5 528 035	(6 490 568)
OBRIGAÇÕES 2026		BARCLAYS	17/05/2007	04/12/2006	04/12/2026	200 000 000	–	200 000 000	4 848 207	16 820 497	(11 972 290)
OBRIGAÇÕES 2026		JP MORGAN	06/07/2010	04/12/2009	04/12/2026	170 000 000	–	170 000 000	(145 874 013)	(27 896)	(145 846 117)
OBRIGAÇÕES 2026		JP MORGAN	29/11/2010	04/12/2009	04/12/2026	30 000 000	–	30 000 000	(5 556 592)	4 868 730	(10 425 322)
OBRIGAÇÕES 2026		BARCLAYS	15/05/2009	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	–	100 000 000	(63 136 898)	(90 738 160)	27 601 262
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026	100 000 000	–	100 000 000	24 639 744	(9 013 841)	33 653 585
OBRIGAÇÕES 2026		DBI	26/03/2010	04/12/2009	04/12/2026	70 000 000	–	70 000 000	(46 936 341)	(39 234 478)	(7 701 863)
OBRIGAÇÕES 2026		DBI	27/07/2009	04/12/2008	04/12/2026	70 000 000	–	70 000 000	3 417 284	5 295 281	(1 877 997)
						1 140 000 000	–	1 140 000 000	(247 084 452)	(131 959 591)	(115 124 861)

Financiamentos bancários		Data			Capital coberto 31/12/2011			Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31/12/2011	31/12/2010	Variação
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20/12/2007	07/12/2007	07/12/2022	200 000 000	-	200 000 000	(18 392 382)	(347 573)	(18 044 809)
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07/12/2007	07/12/2007	07/12/2027	100 000 000	-	100 000 000	(57 204 517)	(141 285)	(57 063 232)
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	28/04/2010	07/12/2009	07/12/2027	100 000 000	-	100 000 000	1 266 745	(7 870 272)	9 137 017
					400 000 000	-	400 000 000	(74 330 155)	(8 359 130)	(65 971 024)
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28/01/2009	04/02/2009	04/02/2019	400 000 000	-	400 000 000	38 880 099	11 670 851	27 209 248
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019	100 000 000	-	100 000 000	(20 802 592)	(257 448)	(20 545 144)
OBRIGAÇÕES 2019	GSI	11/03/2011	04/08/2012	04/02/2019	300 000 000		300 000 000	(27 125 777)		(27 125 777)
					800 000 000	-	800 000 000	(9 048 279)	11 413 403	(20 461 673)
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30/12/2010	30/12/2010	30/12/2030	300 000 000	-	300 000 000	(68 557 167)	(17 872 027)	(50 685 140)
					3 997 745 075	-	3 997 745 075	(718 457 722)	(299 413 660)	(419 044 062)

A metodologia utilizada pelo avaliador independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos cash-flows esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no saldo da rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" dado que o ativo correspondente, se encontra considerado de forma intrínseca nesta rubrica, compensando o efeito líquido negativo destes swaps em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", inclui (i) 1.571.836 euros relativo à aquisição de equipamentos de venda automática, controlo de acessos e monitorização para as novas estações; (ii) 714.526 euros relativo à aquisição de módulos de pagamento eletrónico para integrar nas máquinas de venda de títulos; (iii) 578.333 euros relativo à aquisição de equipamentos de comunicação BACKBONE; (iv) 294.461 euros relativo a despesas com o Sistema Plago – Sistema de Planeamento Ótimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML e (v) 52.009 euros relativo à aquisição de estações de rádio móvel e de portáteis tetra para o material circulante.

2011	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos:								
Saldo inicial	24 287 545	251 246 725	497 529 500	1 218 093	25 642 153	24 626 564	2 432 361	826 982 940
Aquisições	134	5 039	65 486	93 319	696 281	207 336	3 488 159	4 555 754
Alienações	–	–	(62 100)	(74 970)	–	–	–	(137 070)
Transferências	–	–	–	–	27 940	–	(27 940)	–
Abates	–	–	(27 365)	–	(160 780)	(4 304)	–	(192 449)
Saldo final	24 287 679	251 251 764	497 505 521	1 236 442	26 205 594	24 829 596	5 892 580	831 209 175
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	–	148 729 213	303 643 014	1 053 452	24 610 959	8 503 418	–	486 540 056
Amortizações do exercício	–	10 821 149	19 030 143	92 713	487 289	871 250	–	31 302 544
Alienações	–	–	(51 462)	(65 777)	–	–	–	(117 239)
Abates	–	–	(26 431)	–	(160 439)	(4 092)	–	(190 962)
Saldo final	–	159 550 362	322 595 264	1 080 388	24 937 809	9 370 576	–	517 534 399
Ativos líquidos	24 287 679	91 701 401	174 910 257	156 054	1 267 785	15 459 020	5 892 580	313 674 776

2010	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos:								
Saldo inicial	24 285 925	251 242 072	494 721 270	1 115 553	25 539 042	23 817 442	3 907 197	824 628 501
Aquisições	1 620	4 653	406 575	115 540	144 964	821 489	1 276 602	2 771 443
Alienações	–	–	(313 112)	(13 000)	(7 479)	–	–	(333 591)
Transferências	–	–	2 724 618	–	26 820	–	(2 751 438)	–
Abates	–	–	(9 852)	–	(61 194)	(12 367)	–	(83 413)
Saldo final	24 287 545	251 246 725	497 529 499	1 218 093	25 642 153	24 626 564	2 432 361	826 982 940
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	–	137 873 145	284 084 867	992 391	24 112 142	7 627 106	–	454 689 651
Amortizações do exercício	–	10 856 068	19 773 568	67 562	563 474	888 385	–	32 149 057
Alienações	–	–	(206 226)	(6 501)	(4 499)	–	–	(217 226)
Abates	–	–	(9 195)	–	(60 158)	(12 073)	–	(81 426)
Saldo final	–	148 729 213	303 643 014	1 053 452	24 610 959	8 503 418	–	486 540 056
Ativos líquidos	24 287 545	102 517 512	193 886 485	164 641	1 031 194	16 123 146	2 432 361	340 442 884

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 na rubrica de "Equipamento básico", no montante de 406.576 euros, respeita, essencialmente, à aquisição de estações de rádio móvel.

O aumento ocorrido em 2010 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", inclui 581.911 euros relativo a despesas com o Sistema Plago – Sistema de Planeamento Ótimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML, 468.084 euros relativo à aquisição de estações de rádio móvel e de portáteis Tetra para o Material Circulante e 265.472 euros de despesas com a aquisição de equipamentos para a gestão de comunicações para o posto de comando central.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2010 para a rubrica de "Equipamento básico", no montante de 2.724.618 euros, incluem, essencialmente, 825.305 euros referentes ao equipamento de centralização da videovigilância das estações, 455.804 euros relativos ao "upgrade" dos painéis de informação das estações e 242.843 euros relacionados com o sistema de controlo de acessos S2000.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2011	2010
Gastos de empréstimos	67 433	84 194
	67 433	84 194

As amortizações do exercício, no montante de 31.302.544 euros (32.149.057 euros em 2010), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" na demonstração dos resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5. a Empresa regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração, três viaturas ligeiras e uma máquina fotocopiadora registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – equipamento básico" e "Ativos fixos tangíveis – equipamento administrativo", respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhados conforme se segue:

	2011			2010
Locações financeiras – Bens	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305 858 686	156 678 772	149 179 914	160 103 522
Equipamento de transporte	77 399	52 503	24 896	–
Equipamento administrativo	8 956	7 320	1 636	3 216
	305 945 041	156 738 595	149 206 446	160 106 738

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 10,754%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	Capital em dívida (Nota 18)	
Locações financeiras	2011	2010
Até 1 ano	19 289 884	18 306 283
Entre 1 ano e 5 anos	70 443 178	80 327 221
A mais de 5 anos	22 713 015	32 057 524
	112 446 077	130 691 028

Locações operacionais
Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) e Hewlett-Packard International Bank não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 243.249.885 euros (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
Locações Operacionais	2011	2010
Até 1 ano	10 141 441	7 863 758
Entre 1 ano e 5 anos	59 265 912	74 082 390
A mais de 5 anos	173 842 532	158 626 402
	243 249 885	240 572 550

8. Propriedades de investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	31/12/2011				
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3 555 595	1 211 601	1 944 198	399 796	399 796
	3 555 595	1 211 601	1 944 198	399 796	406 086

	31/12/2010				
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3 555 595	1 140 467	2 009 042	406 086	406 086
	3 555 595	1 140 467	2 009 042	406 086	406 086

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os custos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31/12/2011			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24 288	24 796	71 133	(71 641)
	24 288	24 796	71 133	(71 641)

	31/12/2010			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	23 984	10 406	71 133	(57 555)
	23 984	10 406	71 133	(57 555)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 64.843 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no montante de 71.133 euros, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	2011										
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
Subsidiárias:											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	16 380 599	11 767 865	4 612 734	8 916 509	(1 482 371)	100,00%	(1 482 371)	(1 482 371)	4 612 736	b)
Ferconsult, S.A. – suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	973 698	
Metrocom, S.A.	Lisboa	1 990 419	902 542	1 087 877	2 944 297	394 821	100,00%	394 821	394 821	1 087 877	b)
Empresas associadas:											
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	2 595 705	3 598 573	(2 868)	1 781 984	(143 333)	40,00%	(57 333)	–	(1 147)	
Fernave, S.A.	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	–	
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	6 848 653	6 563 257	285 396	6 153 853	285 396	5,00%	14 270	14 270	14 270	
Total de investimentos em subsidiárias e associadas										6 687 434	
Investimentos noutras empresas:											
Edel – Empresa Editorial, Lda.	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	77 479 614	87 169 956	(9 690 343)	5 042 609	(874 806)	16,00%	(139 969)	–	–	
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. – suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	8 998 267	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	3 476 800	1 730 125	1 746 675	3 279 937	495 176	14,29%	70 736	70 736	249 525	
TREM, A.C.E.	Lisboa	12 996 751	75 633 011	(62 636 260) d)	3 299 951	(1 401 138) d)	0,01%	(126)	–	–	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	39 567 732	168 896 357	(129 328 625) d)	6 687 979	(3 320 688) d)	0,01%	(299)	–	–	
Total de investimentos noutras empresas										9 247 812	
Total										15 935 246	

a) Informação financeira não auditada em 31 de dezembro de 2011.
b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) Informação não disponível.
d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

	2010										
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida	
Subsidiárias:											
Fercosult, S.A.	Lisboa	19 320 571	13 225 464	6 095 107	12 416 491	(2 836 702)	100,00%	(2 836 702)	(2 836 702)	6 095 107	b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	2 307 084	1 614 030	693 053	3 089 289	126 236	80,00%	100 989	100 989	554 442	b)
Empresas associadas:											
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	7 694 788	7 554 324	140 465	2 289 021	(367 246)	40,00%	(146 898)	(146 898)	56 186	
Fernave, S.A.	Lisboa	2 355 707	6 136 161	(3 800 454)	2 363 204	(2 103 490)	20,00%	(420 698)	–	–	
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	4 540 693	4 368 514	172 179	6 348 360	172 179	5,00%	8 609	8 609	8 609	
Total de investimentos em subsidiárias e associadas										6 714 345	
Investimentos noutras empresas:											
Edel – Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20	a)
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	78 248 158	87 176 815	(8 928 657)	5 377 667	(1 128 564)	16,00%	(180 570)	–	–	
GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. – suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	4 819 621	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	7 461 271	5 260 134	1 901 137	5 092 513	352 875	14,29%	50 408	50 408	271 577	
TREM, A.C.E.	Lisboa	17 858 848	78 073 468	(8 079 936) d)	2 961 543	(1 360 221) d)	0,01%	(122)	–	–	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	48 167 241	173 714 152	(14 050 253) d)	5 810 554	(3 295 320) d)	0,01%	(297)	–	–	
Total de investimentos noutras empresas										5 091 218	
Total										11 805 563	

a) Informação financeira não auditada em 31 de dezembro de 2010.
b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.
c) Informação não disponível.
d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se, em 31 de dezembro de 2011 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado uma perda no decurso do exercício de 2011 no montante de 1.482.371 euros que foi reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas".

A participação financeira que a Empresa detém na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada por valor nulo, dado ser entendimento do Conselho de Administração que apesar da atual situação económica desta associada, a qual segundo informação financeira em 31 de dezembro de 2011 apresenta perdas acumuladas de 9.690.343 euros, não decorrerão perdas adicionais para a Empresa.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa concedeu suprimentos, à Ferconsult, S.A. e à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 960.000 euros e 4.178.646 euros, respetivamente. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a estes montantes, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa aumentou a sua participação financeira na Metrocom, S.A. em 20%, cujo valor de aquisição ascendeu a 368.825 euros. Em resultado desta aquisição a Empresa reconheceu uma perda de imparidade, na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", pelo montante de 230.214 euros, o qual corresponde ao diferencial entre o valor de aquisição e o valor dos capitais próprios da participação adquirida, dado ser entendimento do Conselho de Administração que este montante não seria recuperável no futuro.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Empresa reconheceu a sua quota-parte nas perdas acumuladas apresentadas pela participada Publimetro, S.A., no montante de 1.147 euros.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras:			
Saldo inicial	6 985 942	5 131 967	12 117 909
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1 058 698)	–	(1 058 698)
Dividendos	(59 035)	–	(59 035)
Aquisição de 20% da Metrocom	–	368 825	368 825
Desreconhecimento do "Goodwill"	–	(230 214)	(230 214)
Outras variações no capital próprio – subsídios	(42 407)	–	(42 407)
Aumento de suprimentos – GIL	–	4 178 646	4 178 646
Aumento de suprimentos – Ferconsult	–	960 000	960 000
Juros de suprimentos – Ferconsult	–	13 698	13 698
Outras variações	–	15	15
Saldo final	5 825 802	10 422 937	16 248 739
Perdas por imparidade:			
Saldo inicial	–	(312 346)	(312 346)
Perdas por imparidade do exercício – Publimetro	–	(1 147)	(1 147)
Saldo final	–	(313 493)	(313 493)
Ativos líquidos	5 825 802	10 109 444	15 935 246

	2010		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras:			
Saldo inicial	9 951 316	1 812 366	11 763 682
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(2 823 594)	–	(2 823 594)
Dividendos	(2 342)	–	(2 342)
Outras variações no capital próprio – subsídios	(139 458)	–	(139 458)
Aumento de suprimentos – GIL	–	3 319 621	3 319 621
Outras variações	21	(21)	–
Saldo final	6 985 943	5 131 966	12 117 909
Perdas por imparidade:			
Saldo inicial	–	(312 346)	(312 346)
Perdas por imparidade do exercício	–	–	–
Saldo final	–	(312 346)	(312 346)
Ativos líquidos	6 985 943	4 819 621	11 805 563

10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2011 e 2010, corresponde ao justo valor dos contratos de swap, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data				Justo valor				
						31/12/2011		31/12/2010		Variação
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11/03/2011	21/07/2010	21/07/2016	71 042 080	8 648 218	–	–	(8 094 816)	16 743 034
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11/03/2011	24/07/2010	24/07/2016	50 000 000	6 203 110	–	–	(5 604 700)	11 807 810
DB EXPORT/95	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2013	26 199 752	–	(1 049 048)	–	(1 417 367)	368 319
DB EXPORT/97	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2015	29 132 966	–	(2 008 031)	–	(1 752 852)	(255 179)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019		–	(63 505 413)	–	(33 155 300)	(30 350 112)
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	57 050 204	4 916 378	–	4 715 062	–	201 316
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019		4 916 378	–	4 715 062	–	201 316
TREM I	C SUISSE	16/11/2009	20/03/2007	20/03/2020	75 227 378	–	(7 369 895)	–	(5 495 474)	(1 874 421)
TREM II	C SUISSE	16/11/2009	24/03/2007	24/09/2021	82 949 743	–	(11 809 381)	–	(9 815 117)	(1 994 264)
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	85 072 763	–		–	(77 715 053)	(41 507 942)
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	08/07/2008	23/03/2008	23/09/2022		11 495 006	(119 222 996)	12 128 573	–	(633 567)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2014	150 000 000	–	(5 393 975)	–	(1 317 493)	(4 076 482)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	25 500 000	–	(1 354 825)	158 203	–	(1 513 028)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27/07/2009	18/08/2009	18/08/2016	24 500 000	345 980	–	835 950	–	(489 970)
						36 525 070	(211 713 563)	22 552 850	(144 368 172)	(53 373 171)

A metodologia utilizada pelo avaliador independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos cash-flows esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O efeito da variação do justo valor dos derivados no exercício de 2011, no montante de 53.373.171 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2011, efetuada pelo avaliador independente, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos às ILD's (Nota 5.7), seria como segue:

	+1%	-1%
Justo valor	224 243 532	(376 624 775)
	224 243 532	(376 624 775)

11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" apresentava a seguinte composição:

Ativos financeiros	2011	2010
Depósito a prazo - Wells Fargo Bank	24 351 216	22 854 238
Depósitos bancários	-	21 289 146
	24 351 216	44 143 384

O montante de 24.351.216 euros, respeita a uma garantia adicional que a Empresa teve de conceder em abril de 2009 no montante de 22.576.503 euros, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT's, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à República Portuguesa, o qual foi reforçado no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2011, no montante de 277.735 euros e de 1.496.978 euros, respetivamente, em resultado de uma nova descida do "rating".

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2011 Montante bruto	2011 Perdas por imparidade	2011 Montante líquido	2010 Montante bruto	2010 Perdas por imparidade	2010 Montante líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	931 921	(330 000)	601 921	820 518	(280 000)	540 518
Ferramentas	33 997	–	33 997	38 614	–	38 614
Produtos de limpeza	17 439	–	17 439	17 490	–	17 490
Combustíveis	19 261	–	19 261	22 187	–	22 187
Títulos de transporte	607 796	–	607 796	883 162	–	883 162
Outros materiais	564 672	–	564 672	62 265	–	62 265
	2 175 086	(330 000)	1 845 086	1 844 236	(280 000)	1 564 236

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

Custos das mercadorias vendidas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo 2011	2010
Saldo inicial	1 844 236	1 616 625
Compras	2 403 145	3 459 070
Regularizações	94 462	(624 860)
Saldo final	2 175 086	1 844 236
	2 166 757	2 606 599

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidades – Inventários	2011 Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	280 000	50 000	–	330 000
	280 000	50 000	–	330 000

Perdas por imparidades – Inventários	2010 Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	100 000	180 000	–	280 000
	100 000	180 000	–	280 000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários – (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2011			2010		
Clientes e outras contas a receber	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Outras contas a receber	12 445 631	–	12 445 631	12 455 669	–	12 455 669
	12 445 631	–	12 445 631	12 455 669	–	12 455 669
Correntes:						
Clientes	5 086 559	(2 755)	5 083 804	5 318 400	(2 755)	5 315 645
Outras contas a receber	25 894 713	(4 454 186)	21 440 527	37 973 953	(4 614 650)	33 359 303
	30 981 272	(4 456 941)	26 524 331	43 292 353	(4 617 405)	38 674 948
	43 426 903	(4 456 941)	38 969 962	55 748 022	(4 617 405)	51 130 617

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

	2011		2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes:				
Simtejo	59 624	–	2 216 989	–
Optimus – Comunicações, S.A.	–	–	773 232	–
Ar Telecom	463 383	–	463 383	–
Direção Geral de Transportes Terrestres	233 649	–	233 649	–
Tmn – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	190 147	–	239 075	–
C.P. – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	188 309	–	188 309	–
REFER	1 045	–	1 045	–
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	1 957 207	–	47 809	–
Outros	1 993 195	–	1 154 909	–
	5 086 559	–	5 318 400	–
Imparidade de contas a receber	(2 755)		(2 755)	–
	5 083 804		5 315 645	–
Outros devedores:				
Parque Expo' 98	7 980 766	–	7 980 766	–
Transtejo	2 586 074	12 002 602	2 045 587	12 002 602
C.P. – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	963 706	–	921 737	–
Câmara Municipal do Barreiro	2 807 530	–	2 658 789	–
Câmara Municipal de Lisboa	68 766	413 067	–	423 105
Rodoviária de Lisboa	908 999	–	1 400 085	–
REFER	114 414	–	7 220 274	–
Receitas de tráfego	743 239	–	741 169	–
Pessoal	884 097	–	902 700	–
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	5 045 596	–	7 294 232	–
Outros	3 791 526	29 962	6 808 614	29 962
	25 894 713	12 445 631	37 973 953	12 455 669
Imparidade de outras contas a receber	(4 454 186)		(4 614 650)	–
	21 440 527	12 445 631	33 359 303	12 455 669
	26 524 331	12 445 631	38 674 948	12 455 669

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2011 da compensação total a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo a parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria início à exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estação Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar à Empresa, anualmente, o montante de 1.000.000 euros, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 euros caso aquela entidade assim o comunique à Empresa, tal como se verificou no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Transtejo não procedeu ao pagamento de qualquer montante à Empresa.

Esta conta a receber vence juros a taxas normais de mercado. O montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2013	1 000 000
2014	1 000 000
2015	1 000 000
2016	1 000 000
2017 e seguintes	8 002 602
	12 002 602

Relativamente ao saldo a receber da REFER em 31 de dezembro de 2010 no montante de 6.027.829 euros respeitante a despesas com a construção do terminal fluvial e interface do Cais do Sodré, a Empresa, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, emitiu uma nota de crédito em resultado de existirem algumas dúvidas quanto ao montante debitado. Desta forma, a Empresa reconheceu o montante creditado na rubrica de "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" (Nota 14).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é próximo do seu justo valor.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011				2010			
Imparidades	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	2 755	–	–	2 755	2 755	–	–	2 755
De outras contas a receber	4 614 650	–	(160 464)	4 454 186	4 557 315	57 335	–	4 614 650
	4 617 405	–	(160 464)	4 456 941	4 560 070	57 3345	–	4 617 405

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2011	2010
Seguros	3 536	3 842
Encargos com contratos de leasing	2 356 969	2 656 502
Encargos com financiamentos	1 600 617	1 725 061
Trabalhos por conta de terceiros	52 864 466	40 654 538
Contratos de assistência técnica	–	30 825
Outros	241 618	72
	57 067 206	45 070 840

A rubrica "Diferimentos ativos – encargos com contratos de leasing", no montante de 2.356.969 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" inclui, essencialmente, os montantes de 33.271.756 euros (o qual inclui o montante de 1.052.061 euros relativo às obras efetuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 32.219.695 euros relativo às obras efetuadas pela Empresa no Terreiro do Paço), e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação), 9.550.544 euros e 7.306.867 euros relativos a obras efetuadas pela Empresa por conta da Câmara Municipal de Lisboa e da REFER, respetivamente.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2011 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 603.750.000 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

O resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de 148.337.248 euros foi transferido para a rubrica de "Resultados transitados", apesar das demonstrações financeiras do exercício findo naquela data não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi realizado montante de 30.120.397 euros decorrente do aumento de capital efetuado em 2001 que se encontrava pendente de realização.

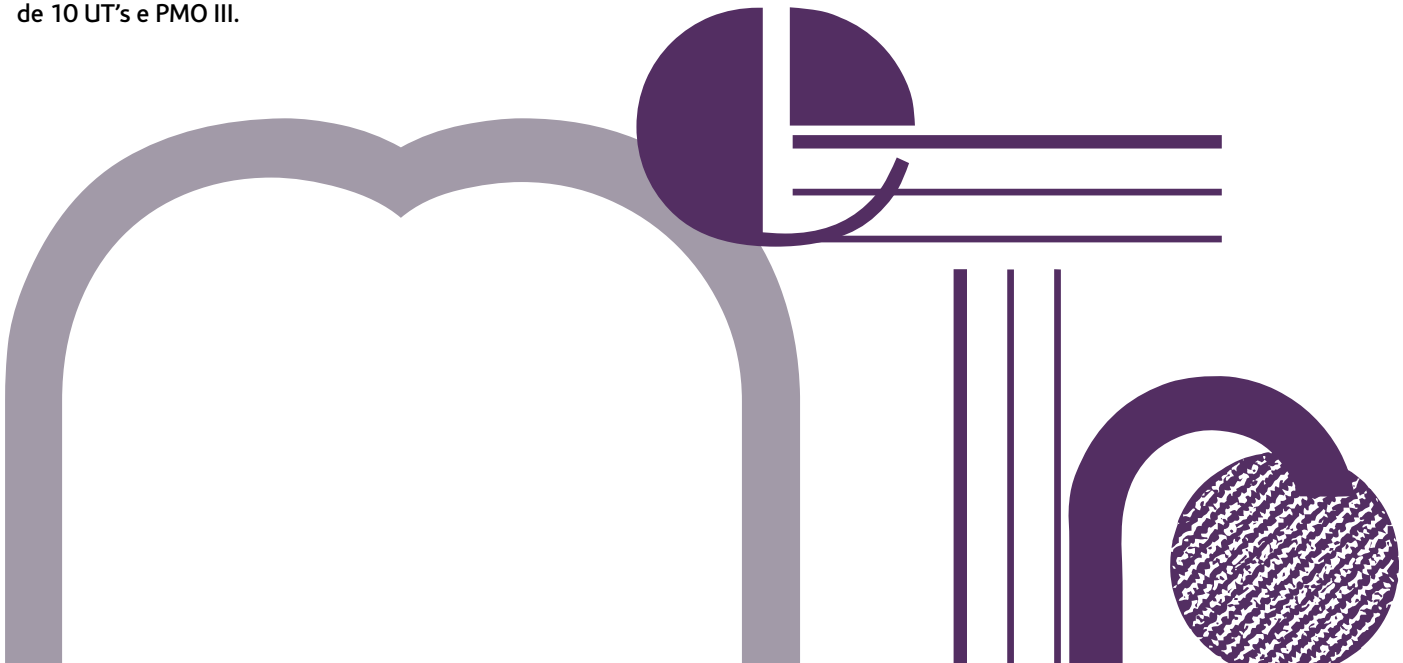
16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos às ILD's:

	2011				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos:					
FEDER – PRODAC	10 942 880	10 942 880	494 838	6 778 707	4 164 173
FEDER – QCA	54 528 374	54 528 374	2 411 393	32 961 732	21 566 642
	65 471 254	65 471 254	2 906 231	39 740 439	25 730 815

	2010				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos:					
FEDER – PRODAC	10 942 880	10 942 880	494 838	6 283 869	4 659 011
FEDER – QCA	54 528 374	54 528 374	2 411 393	30 550 339	23 978 035
	65 471 254	65 471 254	2 906 231	36 834 208	28 637 046

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar de 10 UT's e PMO III.



17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos m 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011			
Provisões e passivos contigentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	347 534	796 331	–	1 143 865
Juros a liquidar	261 881	–	–	261 881
Despesas com pessoal	142 971	–	–	142 971
	752 386	796 331	–	1 548 717
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1 572	–	–	1 572
Outras	–	15 705	–	15 705
	1 572	15 705	–	17 277
	753 958	812 036	–	1 565 994

	2010			
Provisões e passivos contigentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	109 682	237 852	–	347 534
Juros a liquidar	261 881	–	–	261 881
Despesas com pessoal	142 971	–	–	142 971
	514 534	237 852	–	752 386
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1 572	–	–	1 572
	1 572	–	–	1 572
	516 106	237 852	–	753 958

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2011, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 40.448.593 euros, os quais referem-se essencialmente, a um processo intentado a contestar a adjudicação de uma obra, processos de expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2011 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram registados encargos de saúde no montante de 959.368 euros (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 112.446.077 euros (Notas 7 e 18) e 130.691.028 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 243.249.885 euros (Nota 7).

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de gestão de infraestruturas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se como segue:

		2011			2010				
			Montante utilizado			Montante utilizado			
Financiamento	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento	Tipo de amortização
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	50 000 000	50 000 000	–	50 000 000	50 000 000	–	09/08/2012	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas 2014	50 000 000	50 000 000	–	–	–	–		
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	175 000 000	175 000 000	–	–	–	–		
Emp. CP 150 M EUR	CGD	–	–	–	150 000 000	65 000 000	–	12/07/2011	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	Deutsche Bank	–	–	–	50 000 000	50 000 000	100 000 000	26/07/2011	Anual
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100 000 000	–	100 000 000	100 000 000	–	50 000 000	21/07/2016	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50 000 000	–	50 000 000	50 000 000	–	–	24/07/2016	Maturidade
Emp. CP/LP 150 M EUR	Deutsche Bank	–	–	–	150 000 000	2 000 000	25 500 000	18/08/2014	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50 000 000	–	50 000 000	25 500 000	–	24 500 000	18/08/2016	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	–	–	–	24 500 000	–	–	18/08/2016	Maturidade
Emp. LP 100 M EUR	Santander Totta	–	–	–	100 000 000	100 000 000	–	15/07/2011	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	BPI	–	–	–	50 000 000	50 000 000	–	15/07/2011	Maturidade
Emp. LP 20 M EUR	BPI	–	–	–	20 000 000	20 000 000	–	15/07/2011	Maturidade
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF	–	–	105 974 436	–	–	–		Maturidade
Total empréstimos bancários			275 000 000	305 974 436		337 000 000	200 000 000		
Linhas de crédito:	Santander Totta	–	–	–	30 000 000	26 492 909	–	01/11/2011	Rollover
	Bilbao Vizcaya	–	–	–	18 119 311	18 119 311	–	31/12/2011	Rollover
	Barclays Bank	25 000 000	24 935 491	–	25 000 000	18 745 269	–	24/07/2012	Rollover
	Millenium BCP	–	–	–	22 942 607	17 487 050	–	31/03/2011	Rollover
	BNP Paribas	100 000 000	84 951 658	–	–	–	–		
Total linha de crédito			109 887 149	–		27.575.049	–		
Locações financeiras:									
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export – Leasing	–	7 834 121	18 365 631	–	7 315 356	26 199 752	30/12/2013	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export – Leasing	–	4 942 630	24 190 336	–	4 658 903	29 132 966	30/12/2015	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	–	6 513 133	50 600 226	–	6 332 025	57 052 027	02/01/2019	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH – Sucursal Portugal	–	24 243	39 368	–	–	–	28/06/2014	Mensal
Total de locações financeiras			19 289 884	93 156 193	112 384 745	18 306 283	112 384 745		
Encargos financeiros			(2 498 006)			(2 498 006)	–		
Total instituições financeiras			401 679 027	399 130 629	312 384 745		312 384 745		

Em 11 de fevereiro de 2011, a Empresa procedeu ao pagamento dos 2.000.000 euros que se encontravam considerados na parcela de curto prazo, ao Deutsche Bank, dado que entrou em incumprimento dos "covenants" contratualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.436 euros, estão associados a responsabilidades com a produção do transporte, e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2013	26 493 609
2014	76 493 609
2015	26 493 609
2016	26 493 609
2017 e seguintes	150 000 000
	305 974 436

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing Gmbh, dois contratos de *leasing*, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT's), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2011, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 55.332.718 euros (42.555.967 euros classificados como não corrente e 12.776.751 euros como corrente).

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT's de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval.

A realização do contrato de financiamento ocorreu em 06 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2011, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 57.049.748 euros.

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração e uma máquina fotocopiadora, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 17)	19 265 641	93 116 825	112 382 466
3 viaturas ligeiras (Nota 18)	24 243	39 368	63 611
	19 289 884	93 156 193	112 446 077

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2013	30 326 035
2014	12 444 388
2015	20 434 554
2016	7 238 201
2017 e seguintes	22 713 015
	93 156 193

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 10,7538%.

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa tinha linhas de crédito, contas correntes e descobertos bancários autorizados, no montante de 400.000.000 euros, dos quais naquela data se encontravam por utilizar 15.112.851 euros.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa desreconheceu por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" o montante de 2.493.504 euros relativo a despesas incorridas com a montagem de empréstimos, os quais se encontravam a ser diferidos, em resultado de se ter procedido ao reembolso dos mesmos durante o ano de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31/12/2011	Prazo	Garantias	"Pari Passu"	Cláusula de detenção	"Rating"	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
Banque Nationale de Paris	84 951 658	Um ano prorrogável automaticamente por períodos iguais e sucessivos	Arrolamento, arresto ou congelamento de quaisquer bens da Empresa	Não	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Não	n/a
BNP Paribas	50 000 000	09 de agosto de 2012	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
BNP Paribas	50 000 000	08 de maio de 2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Barclays Bank	24 935 491	36 meses	Em caso de arresto, penhora ou qualquer providência equiparável sobre quaisquer bens ou direitos do ML, na medida em que tal determine uma alteração materialmente adversa da respetiva solvabilidade	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Barclays Bank	175 000 000	36 meses	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de julho de 2009, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100 000 000	10 de julho 2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" /Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de julho de 2009, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50 000 000	24 de julho de 2016	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" /Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Deutsche Bank AG e o Dexia Sabadell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de julho de 2009, alterado em 28 de janeiro de 2011, sujeito à Lei Alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	150 000 000 (reduzido em janeiro de 2011 para 50 000 000)	18 de julho de 2014	Sim	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	(2 notches abaixo de A+ pela S&P ou A3 pela Moody's) (esta cláusula foi eliminada no aditamento de 2011)	Sim	"Negative Pledge" /Contrato com garantia da República Portuguesa

19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2011, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas abrangidos ascendia a 1.183 e 1.401, respetivamente (1.273 e 1.360 em 31 de dezembro de 2010).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2011	2010
Trabalhadores ativos	66 811 180	61 420 995
Reformados	195 883 985	167 611 224
	262 695 165	229 032 219

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2011 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais.

Projected Unit Credit	2011	2010
Tábuas de mortalidade	TV 88/90 - França	TV 73/77 - França
Tábuas de invalidez	EVK 80 - Suíça	EVK 80 - Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,50%	2,25%
Taxa média anual do rendimento do fundo	6%	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	2%	2%
Taxa média anual de atualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	5%	5%

Na determinação das responsabilidades dos benefícios pós-emprego com referência a 31 de dezembro de 2011, a entidade independente procedeu à alteração da tábua de mortalidade utilizada para determinação das referidas responsabilidades, passando a adotar a TV 88/90, dado ser entendimento que esta tábua é a que melhor se adequa às características da população afeta, sendo que a Empresa procedeu ao reconhecimento do aumento das responsabilidades na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2011 e 2010 foi como se segue:

	2011	2010
Responsabilidades totais no início do período	229 032 219	224 881 875
Custos dos serviços correntes	2 327 075	3 405 187
Custo dos juros	13 102 053	12 925 370
Benefícios pagos no exercício (Nota 28)	(12 532 891)	(12 216 471)
Ganhos / perdas actuariais do exercício	30 766 709	36 258
Reponsabilidades totais no fim do período	262 695 165	229 032 219

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2011, nos montantes de 2.327.075 euros e 13.102.053 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas de "Provisões (aumentos/reduções)" e "Juros e gastos similares suportados", respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 30.766.709 euros e 36.258 euros, respetivamente, relativo a perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.15).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 262.695.165 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego".

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se como segue:

Fornecedores	2011	2010
2045 Empresa de Segurança	1 883 004	1 255 100
Edp Comercial	1 676 269	1 239 736
Empresas do Grupo (Nota 32)	857 536	459 547
Grupo 8 - Vigilância e Prevenção	590 594	564 266
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	461 596	-
Iberlim, S.A.	444 825	-
Emel	290 986	281 486
Companhia Carris de Ferro	245 864	-
Iss Facility Services	239 327	123 621
Safira Facility Services	229 915	384 348
Eurest, S.A.	219 416	-
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	122 956	150 260
Optimus Comunicações, S.A.	24 653	156 261
Polícia de Segurança Pública	13 639	136 802
Vadeca Ambiente	1 244	409 377
Efacec Ambiente, S.A.	-	13 191
Itau	-	162 372
Outros	2 492 648	2 467 353
	9 794 472	7 803 720

21. . Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
Estado e outros entes públicos	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:				
Pagamentos por conta	280 000	-	280 000	-
Estimativa de imposto	-	116 302	-	67 122
Retenções na fonte	2 253 331	-	2 035 028	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares:	-	773 698	-	983 028
Imposto sobre o valor acrescentado	805 452	1 454 179	544 118	384 464
Contribuições para a Segurança Social	-	1 258 483	-	1 545 394
Outros impostos	458 850	264 271	-	358 492
	3 797 633	3 866 933	2 859 146	3 338 500

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2011, os quais serão liquidados em janeiro de 2012.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2011 e em 2010 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2011	2010
Imposto corrente	116 302	217 174
	116 302	217 174

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 837.430.316 euros e 834.153.456 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

	2011		2010	
Prejuízos fiscais	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2004	–	–	–	–
Gerados em 2005	–	–	152 356 406	2011
Gerados em 2006	151 322 961	2012	151 322 961	2012
Gerados em 2007	143 790 051	2013	143 790 051	2013
Gerados em 2008	118 382 911	2014	118 382 911	2014
Gerados em 2009	120 689 141	2015	120 689 141	2015
Gerados em 2010	147 611 986	2014	147 611 986	2014
Gerados em 2011	155 633 266	2016	–	–
	837 430 316		833 997 950	

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2011	2010
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7 082 930	7 082 930
Pessoal	564 771	337 232
Rodoviária de Lisboa	142 030	99 679
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	3 888 835	4 899 251
Transtejo	17 795	35 760
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais	4 560 435	8 481 209
Juros vencidos e não pagos	11 134 331	11 416 955
Credores por acréscimos de gastos	2 729 536	7 015 019
Outros	6 605 412	3 784 617
	36 726 075	43 152 652

A redução verificada na rubrica de "Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais" resulta das medidas aprovadas no Orçamento de Estado de 2012, o qual prevê um escalonamento na atribuição do subsídio de férias e de natal aos trabalhadores das empresas do setor empresarial do Estado, onde a Empresa se insere.

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

24. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2011	2010
Leasings financeiros – mais-valias diferidas	2 471 490	2 918 119
Receitas de tráfego	1 205 635	1 146 879
Rendimento de imóveis	1 969	2 008
	3 679 094	4 067 006

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT's e 24 UT's encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2011	2010
Vendas:		
Sucatas	1 530	11 996
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	63 751 751	59 583 045
Serviços secundários	3 929 304	4 444 301
Outros	195	123
	67 682 780	64 039 465

26. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Subsídios à exploração	2011	2010
Indemnização compensatória	42 000 000	26 502 996
Passe 4_18@escola.tp	1 012 918	952 817
Passe sub23@superior.tp	2 029 731	1 994 602
PAII – Programa Apoio Integrado a Idosos	136 409	–
	45 179 058	29 450 415

Em 31 de dezembro de 2011 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 44.520.000 euros (42.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011 de 16 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2010 foram atribuídas compensações no valor de 28.093.176 euros (26.502.996 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4_18@escola.tp, o passe sub23@superior.tp no montante de 3.225.208 euros (3.042.649 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 3.118.970 euros (2.947.419 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2011	2010
Eletricidade	8 637 618	7 512 632
Rendas e alugueres	10 242 676	8 757 924
Vigilância e segurança	6 198 377	7 831 461
Conservação e reparação	4 611 898	5 408 784
Limpeza, higiene e conforto	3 193 976	3 270 285
Trabalhos especializados	1 470 136	1 523 037
Outros	3 801 438	4 370 249
	38 156 119	38 674 372

A rubrica de "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, o montante de 10.049.327 euros relativo às rendas dos *leasings* operacionais (8.492.522 euros em 31 de dezembro de 2010). O aumento verificado face ao exercício de 2010 resulta do facto da componente variável que compõe a renda ter sofrido um acréscimo face ao exercício de 2010 em resultado do aumento da taxa de juro a que se encontra indexada esta renda.

28. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	417 624	522 077
Remunerações do pessoal	50 879 190	58 521 448
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	12 532 891	12 216 471
Encargos sobre remunerações	11 461 619	13 196 971
Seguros de saúde (Nota 17)	959 368	962 977
Gastos de acção social	1 076 686	1 132 460
Outros	1 509 598	1 104 526
	78 836 976	87 656 930

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, na rubrica de "Remunerações ao pessoal", resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei n.º 55-A/2010 do "Orçamento de Estado 2011".

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número médio de trabalhadores foi de 1.655 e 1.672 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.590 e 1.672 pessoas, respetivamente.

29. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2011	2010
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2 906 231	2 906 231
Reconhecimento de mais-valias	446 629	446 629
Serviços sociais	257 558	251 891
Ganhos em inventários – sobras	337 625	151 836
Venda de energia	210 177	81 231
Juros de mora	58 230	57 334
Diferenças de câmbio	825 412	–
Rendas de imóveis (Nota 8)	24 288	23 984
Outros	3 473 051	1 684 967
	8 539 201	5 604 103

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT's e 24 UT's, cujo montante a 31 de dezembro de 2011 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2011	2010
Juros de mora	335 441	6 090
Donativos	329 596	983 554
Perdas em inventários	237 844	88 225
Imposto municipal sobre imóveis	200 581	261 180
Quotizações	110 470	104 458
Outros	401 800	850 710
	1 615 732	2 294 217

A rubrica de "Juros de mora" em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

31. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2011	2010
Gastos e perdas:		
Juros suportados com financiamentos bancários	54 478 698	33 997 646
Juros suportados com benefícios pós-emprego (Nota 19)	13 102 053	12 925 370
Locações financeiras	7 596 917	5 355 149
	75 177 668	52 278 165
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	13 072	264 762
	13 072	264 762
Resultados financeiros	(75 164 596)	(52 013 403)

O montante de 7.596.917 euros registado na rubrica de "Locações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

O montante de 13.072 euros registado na rubrica de "Juros obtidos em aplicações financeiras" respeita aos juros obtidos em aplicações de curto prazo efetuadas ao longo do exercício de 2011, os quais venceram juros a taxas normais de mercado.

32. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2011						
	Contas a receber				Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC – Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	–	973 698	70 675	4 686 916	–	2 946 168	2 794 121
Metrocom, S.A.	566 331	–	340 876	3 731	61 986	–	848 952
Associadas:							
Fernave, S.A.	800	–	–	–	–	–	800
Publimetro, S.A.	1 244 251	–	–	269 499	–	–	1 513 750
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	85 450	–	134 498	(49 048)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	145 825	–	–	–	601 431	–	(455 606)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	–	8 998 267	–	–	194 119	–	8 804 148
	1 957 207	9 971 965	420 551	5 045 596	857 536	3 080 666	13 457 117

	2010						
	Contas a receber				Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC – Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	–	–	79 675	4 308 308	–	6 416 249	(2 028 266)
Metrocom, S.A.	–	–	276 263	507 984	40 808	–	743 439
Associadas:							
Fernave, S.A.	787	–	–	–	3 167	–	(2 381)
Publimetro, S.A.	–	–	–	2 392 491	–	–	2 392 491
Ensitrans, A.E.I.E.	–	–	–	85 449	–	136 839	(51 390)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	47 022	–	–	–	303 966	–	(256 944)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	–	4 819 621	–	–	111 606	–	4 708 015
	47 809	4 819 621	355 938	7 294 232	459 547	6 553 088	5 504 965

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ferconsult e Ensitrans em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no montante 3.080.666 euros e 6.553.088 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" (Nota 5.3.2).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2011			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	2 800 065	348 206	344 033
Metrocom, S.A.	-	-	112 978	2 173 491
Associadas:				
Fernave, S.A.	-	-	1 015	650
Publimetro, S.A.	-	-	-	1 379 122
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	-	-	748 265	1 159 354
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	315 641	38
	-	2 800 065	1 526 105	5 056 687

	2010			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	4 708 848	161 815	213 060
Metrocom, S.A.	-	-	60 852	2 248 553
Associadas:				
Fernave, S.A.	-	-	61 830	650
Publimetro, S.A.	-	-	-	1 905 756
Ensitrans, A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	-	37 143	789 439	1 034 045
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	368 945	-
	-	4 745 990	1 442 881	5 402 064

33. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 62.388.012 euros e 60.985.479 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2011, é como segue:

Entidade	Montante	Data início	Beneficiário
Banco BPI	5 185	19/12/2003	CM Lisboa
Banco BPI	1 205 911	24/02/2011	CM Lisboa
Banco BPI	7 661	17/08/2011	CM Lisboa
Banco BPI	7 500	02/05/2006	REFER
Banco BPI	7 086	03/07/2006	Tribunal Trab. Lisboa
Banco BPI	16 213	19/10/2009	Farmácia Cardeira
Banco BPI	13 087	30/03/2010	Edp – Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 345	17/03/2011	Edp – Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 345	17/03/2011	Edp – Serv. Universal, S.A.
Banco BPI	1 583	30/06/2010	Trib. Tribut. 2ª Inst. Lis
Banco BPI	11 886	05/12/2001	Trib. Tribut. 1ª Inst. Lis
Banco BPI	7 494	10/03/2006	Trib. Adm. F. Lx – 2º juízo
Banco BPI	95 482	11/05/2006	Finanças 4º Bairro Fiscal
Banco BPI	6 940	03/07/2006	Trib. Adm. F. Lx – 2º juízo
Barclays Bank	17 458	25/05/1994	Petrogal
Barclays Bank	335 980	20/06/1994	Tribunal Cível
Barclays Bank	18 256	07/07/1994	Tribunal Cível
Barclays Bank	10 101	03/08/1994	Tribunal Cível
Banco BPI	17 500	11/04/2011	5º Juízo Cível de Lisboa
Banco BPI	600 000	19/09/2011	1ª Vara Cível de Lisboa
	2 388 013		

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas
Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 15.045 euros.

35. Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência da aprovação em Conselho de Ministros n.º 35/2011, de 10 de novembro de 2011 do Plano Estratégico dos Transportes, foi aprovado em Diário da República em 03 de maio de 2012 pelo Decreto-Lei n.º 98/2012, o qual prevê que durante o ano de 2012, ocorra a extinção das Empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris), por fusão numa única entidade a constituir, que será denominada de Transportes de Lisboa, E.P.E..

7. Parecer do Conselho Fiscal

I. Introdução

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual foi aprovado por este órgão em sua reunião de 08 de junho de dois mil e doze.

Por determinação do Decreto-Lei n.º 36.620 de 24 de novembro de 1947 foi atribuída a exploração do subsolo da cidade de Lisboa ao Metropolitano cuja sociedade veio a ser constituída em 26 de janeiro de 1948 com a designação de "Sociedade Metropolitana de Lisboa, S.A.R.L.". No entanto, a abertura ao serviço público, como transportadora, só veio a ter lugar a 31 de dezembro de 1959.

Posteriormente, a Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L. veio a ser nacionalizada através do Decreto-Lei n.º 280-A/75 de 5 de junho, passando, por via disso, a fazer parte do universo das Empresas Públicas ou "Sector Empresarial do Estado".

Atualmente, a empresa rege-se pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009 de 26 de junho, que integra os seus novos Estatutos, e subsidiariamente pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado, consagrado pela Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Metropolitano de Lisboa passado a denominar-se "Entidade Pública Empresarial (E.P.E.)".

Sendo o Metropolitano de Lisboa uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência.

Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitos estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nos "princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado", consagrados no anexo à RCM n.º 49/2007 de 01 de fevereiro, e no respeito pelas suas orientações estratégicas, previstas no anexo na RCM n.º 70/2008 de 27 de março.

Importa ainda referir, que no decurso do exercício agora em apreciação, a empresa observou também as orientações estatuídas, nomeadamente, as seguintes;

- Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de Março – Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.ºs 101-A/2010 e 01/2011, sobre as medidas de consolidação orçamental;
- RCM n.º 45/2011 de 13 de outubro que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.

Saliente-se, em conclusão, que a empresa passou a ser considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como "entidade pública reclassificada" integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo passou a observar em cumprimento da Circular nº 1.367 da DGO, de 01 de agosto de 2011.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Ao longo de 2011, no cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador reuniu ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, atas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foi estabelecido através do vogal ROC um contacto regular com os auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

Importa referir que, todos os factos e opiniões fundamentadas do Conselho Fiscal, foram pormenorizadas e mencionadas nos Relatórios Trimestrais que elaborou e endereçou às entidades tutelares.

III. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade do Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2011. Do conteúdo desse documento, considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- Foi, inquestionavelmente, num quadro de constrangimentos múltiplos e conhecidos, que a empresa desenvolveu a sua atividade durante o exercício de 2011;
- Durante o ano foi, finalmente, celebrado um acordo com o Governo para a fixação de valores, tendo em vista a compensação pelo serviço público prestado pela empresa, situação esta que, desde há muito, este Conselho vinha achando indispensável;
- Atenta a alteração estatutária operada em 2009 e a entrada em vigor em 2010 de um novo sistema de normalização contabilística cuja transição foi também reportada a 2009, a empresa evidenciou, neste exercício como já o havia feito no anterior, a separação entre a atividade de construção de Infraestruturas de longa duração, efetuada por conta do Estado, e a atividade de transporte de passageiros e manutenção do material circulante e da rede e respetivos equipamentos, a cargo da Empresa, evidenciando no balanço apenas os ativos e passivos associados a esta última atividade, e surgindo os ativos e passivos relacionados com as ILDs compensados numa única rubrica do Ativo designada "Atividades de investimento em ILDs", critério de reconhecimento contabilístico cuja adequação nos termos das NCRF não é possível confirmar;
- A empresa entrou no segundo meio século de atividade do transporte metropolitano enquanto serviço público, na Área Metropolitana de Lisboa, hoje referenciado pelo mercado como transporte de elevada qualidade. Releva-se que pelo sexto ano consecutivo, o ML obteve o primeiro lugar no índice Nacional de Satisfação do Cliente;
- Foi alcançado pela empresa um nível de eficiência, em termos de custos operacionais por passageiro transportado, tido como um dos melhores da Europa, medido por uma entidade internacional especializada;
- Não tendo sido possível, por diversas razões a conclusão da extensão da linha vermelha até ao Aeroporto, mantém-se a mesma estrutura da rede de metropolitano, constituída por quatro linhas que se estendem por cerca de 40 km, com 52 estações, sendo uma rede planeada de forma global e intermodal;
- Com os atuais investimentos em curso, a curto prazo, a extensão total das linhas passará para mais de 45 km com 57 estações;
- A nova estrutura organizativa da empresa, implementada no último trimestre de 2010, prevendo novos descritivos funcionais, respetivos objetivos e KPI's de primeiro nível foi consolidada apesar de ter sofrido alguns ajustamentos face às mais recentes exigências de redução de custos e de pessoas;
- Como já havia acontecido em anos anteriores, para algumas áreas operacionais, durante 2011 o Metropolitano de Lisboa como empresa e na sua globalidade, obteve a Certificação de Gestão de Qualidade, pela SGS ICAS, segundo a norma internacional NP EN ISO 9001:2008;
- Releva-se, igualmente, que a revisão de tarifas aprovada em 2011, alterou muito significativamente a fonte de receitas e de venda de passes e títulos. No entanto, há já alguns anos que estudos efetuados por entidades credíveis, revelam que a atual repartição de verbas dos títulos intermodais, partindo de um cenário ultrapassado, vem prejudicando fortemente as receitas de exploração do ML, situação que o Governo já aceitou promover a respetiva correção da chave de repartição de receita dos passes;
- Durante 2011 foram transportados menos cerca de 2,5 milhões de passageiros, perto de 1,4% em relação ao ano anterior. Esta situação é, com certeza, justificada pelo maior acentuar da crise económica e aumento do desemprego;
- Em consequência da diminuição do número de passageiros, a empresa viu-se forçada a fazer reajustamentos da oferta à procura, tendo no primeiro caso reduzido cerca de 4,3% e no segundo cerca de 0,16%. Mesmo assim, e considerando o aumento tarifário, verificou-se no período um acréscimo das receitas de tráfego em 7,5%;
- No exercício foram investidos cerca de 55 milhões de euros (a custos técnicos), correspondendo a perto de 74% do que estava orçamentado;
- O endividamento global da empresa cresceu 4,1%, para os 3.969 milhões de euros, valor abaixo do limite de 6% definido pelo Governo;
- De acordo com os registos dos indicadores emitidos pela Direção de Recursos Humanos, a comunidade de trabalho

do Metropolitano de Lisboa, no final de dezembro de 2011, era constituída por 1.590 trabalhadores, tendo havido um decréscimo de 82 colaboradores, em relação ao ano transato. Conforme instruções da Tutela, não houve atualização salarial nominal;

- Releva-se, o facto de que embora, neste período, a sinistralidade laboral tenha sofrido um ligeiro acréscimo de mais 12 acidentes de trabalho, face ao registado no ano anterior, evidencia-se o facto de que foi reduzido substancialmente o número de dias perdidos -210;
- Regista-se pela primeira vez, na última década o abaixamento da taxa de absentismo (7,11%), menos 2,49% do que a do ano anterior, reflexo dos bons resultados da implementação do projeto "Menos absentismo – Mais produtividade", bem como a constituição da Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho;
- Continuam, por concretizar, os projetos envolvendo as soluções definitivas, em relação ao Parque de Material e Oficinas de Sete Rios (PMO I), objeto de um acordo protocolar entre a empresa e o Município de Lisboa;
- No decorrer do exercício, à semelhança do que já tinha ocorrido em anos anteriores, a empresa viu-se na contingência de ocorrer, por instruções da tutela, a colmatar necessidades de empresas participadas através da realização de suprimentos.

IV. Avaliação do desempenho dos administradores

Nos termos do n.º 17 da Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março, deve o Conselho Fiscal proceder à avaliação individual dos gestores executivos. Na avaliação dos membros do Conselho de Administração do ML, o Conselho Fiscal teve em conta que a gestão da empresa encontra-se estatutariamente atribuída a um Conselho de Administração composto por um Presidente e quatro vogais, encontrando-se o seu funcionamento assente na distribuição de pelouros pelos membros integrantes do órgão, tendo as deliberações finais uma natureza colegial, sem que por isso deixe de existir uma natural responsabilização hierárquica.

Neste sentido, não se torna possível ao órgão fiscalizador, a identificação de elementos diferenciadores que permitam avaliar de forma qualitativa e quantitativa o desempenho e mérito individual dos administradores. Por essa razão, a avaliação da gestão, através da análise do grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos para a empresa e da implementação das medidas estratégicas, deve ser imputada de forma coletiva e responsabilizado o Conselho de Administração no seu conjunto.

Releva-se que de acordo com o contrato celebrado entre o Estado Português e o ML em 24 de março de 2011 e entretanto revogado, foram definidas para a empresa uma série de obrigações de serviço público que, na sua generalidade, foram cumpridas e em alguns casos superadas. No mesmo contrato, foram definidos e quantificados objetivos anuais de promoção de eficiência e de redefinição das obrigações de serviço público, metas essas que foram total e integralmente alcançadas.

De referir, ainda, que os membros do Conselho de Administração, como aliás tem sido norma na empresa, não auferiram no exercício remunerações variáveis ou prémios de gestão, bem como, foram cumpridos pelos mesmos todos os procedimentos e ações suscetíveis de não criar eventuais conflitos de interesses no desempenho das suas atribuições.

V. Situação económica e financeira

As demonstrações financeiras de 2011, foram objeto de Parecer dos Auditores Externos, assim como da revisão do Revisor Oficial de Contas, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas, bem como o seu Relatório de Revisão/Auditoria. Nestes documentos foram expressas as "reservas" e "ênfases" julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

De acordo com a demonstração de resultados a empresa apresentou em 2011 um resultado líquido negativo de 146 milhões de euros, ligeiramente inferior aos 148 milhões de euros registados em 2010, resultante da conjugação da melhoria do resultado operacional em 25,3 milhões de euros com a degradação do resultado financeiro em 23,2 milhões de euros.

A persistência dos elevados resultados líquidos negativos e o contínuo crescimento do passivo remunerado da empresa (embora a ritmos claramente inferiores aos verificados no passado) colocam em causa a sua sustentabilidade no longo prazo, agravada no imediato pelas atuais restrições de acesso ao crédito e pelas circunstâncias específicas do próprio país, tornando premente o reforço das medidas de racionalização económica e financeira adicionais às já tomadas em 2010 e 2011 com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.

Neste âmbito, julgamos manter-se:

- A necessidade de celebração com a empresa do contrato de concessão da infraestrutura e do serviço de transporte de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 148-A/2009, que estabeleça a responsabilidade pelo investimento em ILDs e que defina, de modo claro, a forma de exercício da atividade de prestação de serviços de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e regiões limítrofes, e seu financiamento bem como o custo da exploração de tais infraestruturas para o concessionário.
  De facto, afigura-se insustentável a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, embora atuando por conta do Estado, e do respetivo financiamento com recurso a passivo remunerado, quer pelos elevados custos do mesmo quer pela impossibilidade de acesso ao crédito na atual conjuntura, tal como já verificado no presente exercício em que a indisponibilidade do mercado de crédito para financiar a empresa obrigou a significativo esforço do Estado através de financiamentos do IGCP para fazer face às necessidades do serviço da dívida.
- A necessidade de revisão do modelo de repartição da receita comum aos diversos operadores de transportes da AML (receita gerada pelos títulos intermodais, vulgo "passes sociais"), que tenha em conta a efetiva utilização dos diversos meios de transporte que integram o sistema pela procura.
  De facto, e de acordo com o inquérito à repartição de tais verbas efetuado pelo IMTT em 2007, a empresa deveria, relativamente a tais receitas, ter recebido, pelo menos desde essa data, um valor substancialmente superior ao efetivamente recebido. De acordo com estimativas da empresa tal valor seria em 2009 da ordem dos 12 milhões de euros.

Refira-se ainda o ónus para a empresa das responsabilidades assumidas no passado com o pagamento de complementos de reforma e pensões com o pessoal ao serviço e aposentado, sendo o respetivo plano de benefícios definidos, pelo que a tendência futura é de agravamento dos respetivos custos, os quais rondam atualmente cerca de 12 milhões de euros por ano.

VI. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2011, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

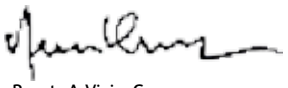
1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício.
2. Durante o exercício, a empresa desenvolveu as ações necessárias para o cumprimento dos princípios de bom governo emanadas na RCM n.º 49/2007 de 28 de março. Deste modo, no âmbito do novo modelo de governo do SEE, durante a gestão de 2011 o ML, atuou num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade de serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.
3. O Relatório menciona as transações de maior dimensão financeira com empreiteiros e fornecedores, e o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços.
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2011.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2011, concordando, também, com a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores do ML, que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 11 de junho de 2012

O Conselho Fiscal

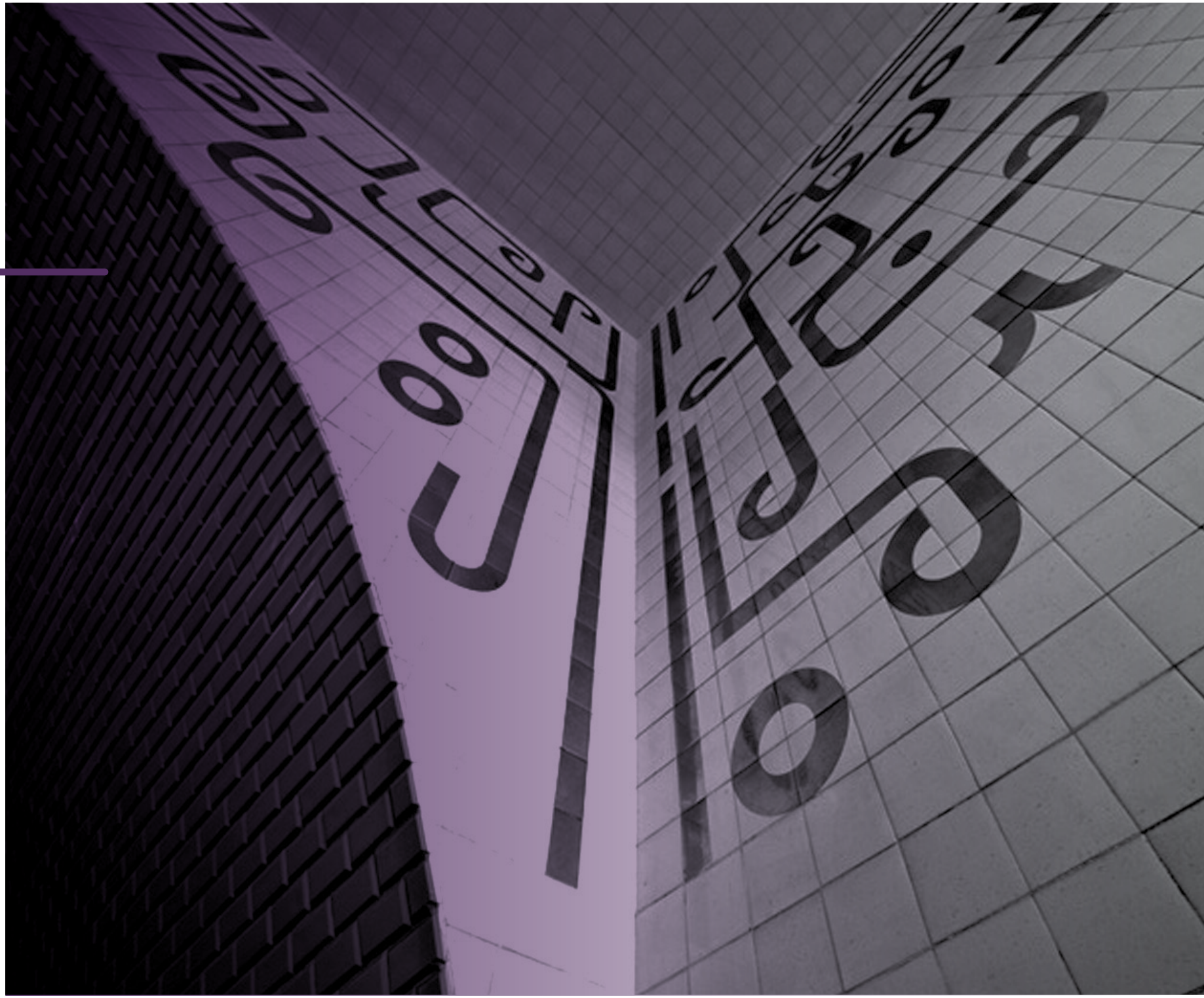


Renato A. Vieira Campos

Evaristo da Cruz Branquinho

Luis Caiano Pereira (ROC)

8. Certificação legal de contas



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa. E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço 492.688.158 euros e um total de capital próprio negativo em 840.656.298 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 146.052.279 euros), a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado as suas operações, os fluxos de caixa e as alterações do capital próprio, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
   - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
   - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
   - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Exceto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 a 11 abaixo, entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Governo assumiu no passado o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (ILDs) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, tendo a empresa, de acordo com os seus estatutos, a responsabilidade de administrar os bens de domínio público afetos à sua atividade, nomeadamente assegurar por delegação do Estado a construção, a instalação, a renovação, a manutenção e a gestão das infraestruturas ferroviárias que lhe estão afetas (ILDs) e cabendo ao Estado salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro da empresa e o serviço das dívidas constituídas para a construção, instalação e renovação das referidas infraestruturas. Face à inexistência de disposição contratual que defina os termos desta atuação por parte da empresa e sobre a administração daqueles bens, nomeadamente a inexistência de um contrato de concessão, que permita o seu enquadramento nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, todos os investimentos realizados e respetivos financiamentos e gastos suportados afetos a ILDs encontram-se registados desde o exercício de 2009 pelo seu valor líquido em rubrica do ativo, designada "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração", a qual assume natureza financeira e evidencia saldo nulo em 31 de dezembro de 2011 (igualmente nulo em 31 de dezembro de 2010). Consequentemente não nos foi possível concluir sobre a política de amortizações a adotar para tais ativos e quais os critérios de afetação dos diferentes subsídios que têm vindo a ser atribuídos pelo Estado e por programas comunitários e: (i) se os valores relativos a investimentos em infraestruturas de longa duração e os correspondentes capitais próprios (subsídios atribuídos e reservas de reavaliação) identificados pela empresa em 31 de dezembro de 2011 como relativas àqueles investimentos de 3.245.551.006 euros e 1.069.800.648 euros, respetivamente (3.191.408.284 euros e 1.055.676.322 euros em 31 de dezembro de 2010), que integram o saldo da rubrica de "Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração" em resultado da referida

política de reconhecimento, deveriam estar registados no balanço da empresa e por que valores, nem concluir sobre a razoabilidade do procedimento de não amortização destes bens; ii) quanto à aceitação inequívoca por parte do Estado da inclusão no valor daqueles investimentos de gastos financeiros e departamentais incorridos até 31 de dezembro de 2011 nos valores de 301.314.351 euros e 67.739.013 euros, respetivamente (297.697.506 euros e 63.262.624 euros em 31 de dezembro de 2010); (iii) quanto ao critério de repartição dos financiamentos (empréstimos bancários, obrigacionistas e financiamentos por locação financeira) considerado pela empresa em 31 de dezembro de 2011 entre as atividades de investimento em ILDs e gestão de infraestruturas propriedade da empresa, refletidos no balanço em 31 de dezembro de 2011 pelos valores de 3.165.976 euros e 803.303.160 euros, respectivamente, dos quais o primeiro se encontra integrado no saldo da rubrica em apreciação (3.063.602.925 euros e 746.037.561 euros em 31 de dezembro de 2010); (iv) quanto ao reconhecimento na mesma rubrica dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos contraídos para financiar a atividade de ILDs, que em 31 de dezembro de 2011, de acordo com a avaliação efetuada, de acordo com o mencionado no parágrafo 9 abaixo, tinham um justo valor negativo de 718.457.722 euros (299.413.660 euros em 31 de dezembro de 2010); (v) quanto ao valor dos gastos com empréstimos incorridos pela empresa no exercício e em exercícios anteriores e que, de acordo com a política supra mencionada, foram quantificados e registados na rubrica de ILDs e cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2011 ascende a 1.015.233.387 euros (901.828.074 euros em 31 de dezembro de 2010); (vi) quanto ao valor de 289.555.301 euros (incluído nos valores de 1.015.233.387 euros e 901.828.074 euros anteriormente referidos) relativo a eventuais juros e outros gastos incorridos pela Empresa anteriores a 1996 por contrapartida de "resultados transitados", que saldou a rubrica de ILDs em 01 de janeiro de 2009; e (vii) quanto ao tratamento contabilístico dado pela empresa no reconhecimento dos ativos e passivos afetos a ILDs. Face ao supra mencionado não nos é possível concluir acerca da política contabilística adotada pela empresa no reconhecimento dos ativos, passivos, capital próprio e gastos financeiros e departamentais relacionados com ILDs em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 e, consequentemente, concluir quanto ao valor nulo, da rubrica atividades de investimento em infraestruturas de longa duração naquelas datas.

8. Conforme divulgado na Nota 14 do anexo o ativo em 31 de dezembro de 2010 inclui em rubrica de "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" o valor de 52.864.466 euros (40.654.538 euros em 31 de dezembro de 2010) relativo a obras efetuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram faturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e que não foram objeto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a faturar e os momentos e formas de faturação e liquidação financeira. Do exposto, não nos é possível concluir quanto ao momento e por que valor tais trabalhos serão faturados, pelo que não podemos concluir quanto à respetiva razoabilidade e à efetiva realização de tais ativos.

9. De acordo com a NCRF 27 a empresa reconheceu nas demonstrações financeiras o justo valor dos instrumentos financeiros derivados por si contratados para cobrir o risco de flutuação das taxas de juro dos empréstimos contraídos para financiar a atividade de exploração e o financiamento dos investimentos de longa duração (Notas 3.16 e 10). O justo valor considerado nas demonstrações financeiras foi determinado por um consultor externo com base em pressupostos e assunções por este efetuadas em virtude de a informação relativa a alguns dos instrumentos financeiros derivados não se encontrar disponível, e que seria considerada caso a avaliação do justo valor tivesse sido determinada pela entidade com o qual o instrumento financeiro foi contratado. Até à presente data, a Empresa não dispõe de informação do justo valor dos instrumentos financeiros derivadas por si contratados quantificada pelas entidades que são parte dos respetivos contratos, pelo que não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade do valor pelo qual os mesmos se encontram refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, nem quanto aos efeitos, se alguns, nos resultados transitados e na demonstração dos resultados decorrentes das alterações de justo valor.

10. Em 31 de dezembro de 2011 a empresa detém uma participação financeira na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., representativa de 16% do seu capital, registada na rubrica de Participações Financeiras de acordo com método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 9.690.343 euros. Adicionalmente, encontra-se registado na mesma rubrica o valor de 8.998.267 euros relativo a suprimentos concedidos à GIL, S.A. (4.819.621 euros em 31 de dezembro de 2010). A Certificação Legal das Contas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 de tal sociedade contém: (i) ênfases relacionadas com a continuidade das operações e a insuficiência dos fluxos de caixa das atividades operacionais para fazer face ao serviço da dívida financeira da sociedade, pelo que a realização dos seus ativos e exigibilidade dos seus passivos, incluindo os saldos existentes com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., depende do apoio continuado dos seus acionistas; e (ii) reservas quanto à realização de ativos no valor de 2.378.037 euros. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto aos efeitos de tais reservas e ênfases, se alguns, nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2011, nomeadamente, quanto ao momento e valor de realização dos suprimentos realizados pela empresa.

11. Em 31 de dezembro de 2011, as rubricas "Outras contas a receber – não correntes" e "Outras contas a receber – correntes" incluem os valores de 2.586.074 euros e 12.002.602 euros, respetivamente relativos à dívida da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. à empresa relativa à transferência para aquela do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, conforme protocolo celebrado no exercício de 2009 entre ambas, o qual previa um plano de pagamento conforme mencionado na Nota 13 que não tem vindo a ser cumprido pela Transtejo. Atento o referido incumprimento e a informação disponível sobre tal assunto na presente data, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade, momento e valor de realização daquelas contas a receber em 31 de dezembro de 2011.

Opinião

12. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 a 11 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada. Em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

13. A atividade da empresa tem-se revelado cronicamente deficitária, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo, os quais em 2011 ascenderam a 146.052.279 euros (148.337.248 euros no exercício de 2010), cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital, e fluxos de caixa negativos, e mantendo-se a existência de planos de investimento em curso os quais requerem igualmente financiamentos de valor relevante. A empresa apresenta uma estrutura financeira fortemente desequilibrada, expressa na existência de capitais próprios em 31 de dezembro de 2011 negativos em 840.656.297 euros (658.437.877 euros em 31 de dezembro de 2010), situação que obriga à adoção dos mecanismos de recapitalização constantes dos art.°s 35° e 171°, não se encontrando a empresa a cumprir com tais disposições legais, e na insuficiência do seu ativo circulante para fazer face ao passivo de curto prazo. Adicionalmente, não são conhecidos os eventuais efeitos na atividade da empresa e no reconhecimento e valorimetria dos seus ativos e passivos da implementação do Plano Estratégico dos Transportes mencionado no Decreto-Lei n.° 98/2012, de 3 de maio. Do referido é nossa opinião que a continuidade das operações da empresa, e consequentemente a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado português.

14. Em 31 de dezembro de 2011 o balanço inclui na rubrica de "Responsabilidade por benefícios pós-emprego" o valor de 262.695.165 euros (229.032.219 euros em 31 de dezembro de 2010) relativo ao compromisso assumido pela empresa em conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento das pensões de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social, de acordo com estudo salarial elaborado por uma entidade independente. A avaliação atuarial reportada a 31 de dezembro de 2011 reflete a substituição da tábua de mortalidade TV 73/77, adotada até 2010 e para a qual não havia sido obtida confirmação da sua adequação à população da empresa (ativa e inativa) pela entidade independente responsável pelo estudo atuarial, de que resultou a inclusão de uma reserva por limitação de âmbito na certificação legal das contas de tal exercício por nós emitida, pela tábua de mortalidade TV 88/90, que melhor reflete as referidas responsabilidades, tendo a empresa registado o aumento das mesmas resultante da referida alteração de pressuposto atuarial como um gasto diretamente na rubrica de Resultados Transitados. Contudo, por não nos ter sida disponibilizada informação sobre o efeito de referida alteração de pressuposto atuarial entre exercícios, não nos foi possível concluir quanto ao efeito, se existente, de tal alteração nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos.

15. As demonstrações financeiras objeto da presente Certificação foram preparadas em base individual, para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, encontrando-se os investimentos em empresas subsidiárias e associadas constantes do balanço registados pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado nas Notas 3.8) e 9) do anexo. A empresa irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, as quais apresentarão que modo mais apropriado a posição financeira, o resultado das operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa do conjunto formado pela empresa, suas subsidiárias e associadas, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, para aprovação e publicação em separado.

16. As demonstrações financeiras da empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação do resultado daquele exercício, conforme a proposta incluída no seu relatório de gestão sobre o mesmo, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão objeto de aprovação sem alterações significativas.

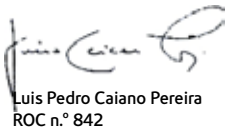
17. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 apresentadas para efeitos comparativos foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 08 de setembro de 2011, inclui cinco reservas por limitação de âmbito, relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 11 e 14 acima.

Relato sobre outros requisitos legais

18. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de junho de 2012

Caiano Pereira, António e José Reimão
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luis Pedro Caiano Pereira
ROC n.º 842

Ficha técnica

Edição
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Estratégia e Desempenho Corporativo
Coordenação
Marta Laborinho
Sandra Tavares

Produção
Marketing, Comunicação e Imagem
Coordenação
Filipe Trigo
Projeto gráfico
Maria João Rodrigues
Raquel Batalha

Fotografia
Marketing, Comunicação e Imagem
Pedro Lopes